



Instituto Superior de Línguas e Administração

Empreendedorismo e as Políticas Ativas de Emprego
Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio
Emprego

Maria João Marques Lemos Bastos

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos
do grau de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos
com especialidade em Empreendedorismo
sob a orientação do Professor Doutor Manuel Pinto Teixeira

Vila Nova de Gaia

2012



Instituto Superior de Línguas e Administração

Empreendedorismo e as Políticas Ativas de Emprego
Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio
Emprego

Maria João Marques Lemos Bastos

Aprovada em

Composição do Júri

Prof(a). Doutor(a)

Presidente

Prof(a). Doutor(a)

Arguente

Prof. Doutor Manuel Pinto Teixeira

Orientador

Vila Nova de Gaia

2012

Tese de Mestrado realizada sob a orientação do Prof. Doutor Manuel Pinto Teixeira, apresentada ao Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos Humanos, na especialidade de Empreendedorismo, no âmbito do PAECPE, conforme Aviso nº 16961/2010, da DGES, publicado no nº 217, na 2ª Série do Diário da República, em 9 de Novembro de 2010.

Dedicatória

Aos meus pais e aos meus filhos

Aos meus pais que sempre me apoiaram e incentivaram, sem a sua ajuda e disponibilidade, este trabalho não teria sido humanamente possível.

Aos meus filhos, tentei sempre não retirar o tempo devido, não os privar da infância e da adolescência e de todas as atividades que lhes estão inerentes.

Resumo

Este trabalho de investigação pretende contribuir para uma análise sobre o Empreendedorismo e as políticas ativas de emprego, na medida de “Apoio à criação do próprio emprego, por beneficiários das prestações de desemprego”, integrado no Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), cujo regime jurídico está estabelecido na Portaria nº 985/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 58/2011, de 28 de janeiro.

Para se compreender a complexidade do empreendedorismo e do processo de empreendedor, este estudo tem como fundamento nas teorias de base económica, comportamental e social e procura explicar, a origem e o desenvolvimento do empreendedorismo, a organização do trabalho, marcos históricos e, caracteriza o desemprego, em Portugal e o perfil dos beneficiários da medida.

Este estudo incide sobre projetos abrangidos no período 2009- 2011, sintetiza a execução do PAECPE no Continente, Distrito do Porto versus Distrito de Lisboa e Região Norte versus Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Emprego e Desemprego e Criação do Próprio Emprego.

Abstract

This research aims to contribute to an analysis of the Entrepreneurship and active employment policies, the measure "Support for self-employment for recipients of unemployment benefits," in Integrated Support Program for Entrepreneurship and the Creation of Self-employment (PAECPE), whose legal status is established by Ordinance No. 985/2009, dated September 4, as amended by Ordinance No. 58/2011 of 28 January.

To understand the complexity of entrepreneurship and the entrepreneurial process, this study is based on basic economic theories, behavioral, and social and seeks to explain the origin and development of entrepreneurship, the organization of work, milestones, and characterizes the unemployment in Portugal and the profile of the beneficiaries of the measure.

This study focuses on projects covered in the end of 2009-2011, summarizes the implementation of PAECPE on the Continent, the District of Oporto versus Lisbon District and Northern Region versus Region of Lisbon and Tagus Valley

Key Word: Entrepreneurship, Employment and Unemployment and Self-Employment.

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1 Finalidade	4
1.2 Metodologia.....	5
1.3 Fontes.....	5
2. Enquadramento Teórico/ Revisão da Literatura.....	7
2.1 Evolução da Organização do Trabalho.....	8
2.1.1 Marcos Históricos	11
2.1.2 Papel da Atividade Sindical	14
2.1.3 Movimento Sindical em Portugal.....	15
2.2 Empreendedorismo.....	19
2.2.1 Surgimento do Empreendedorismo.....	20
2.2.2 Definições de Empreendedorismo	22
2.2.3 Empreendedor	25
2.3 Empreendedorismo em Portugal	27
2.3.1 Quem são os Empreendedores Portugueses?	28
2.3.2 Os Responsáveis pela Implementação e o seu Papel (Os Atores, as Entidades Públicas, as Entidades Privadas)	30
3. Desenvolvimento/ Aplicação	33
3.1 A interação entre o Empreendedorismo, o Desemprego a Criação do Próprio Emprego.....	33
3.2 Desemprego em Portugal.....	36
3.3 Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE).....	50
3.3.1 Destinatários.....	51
3.3.2 Requisitos do Projeto/ Empresas.....	52
3.3.3 Incumprimento	53
3.4 Modelo de Análise.....	54
3.4.1 Enquadramento dos projetos registados no Continente - Portugal	55
3.4.2 Enquadramento Territorial do Distrito de Porto versus Distrito de Lisboa	61
3.4.3 A Região do Norte versus Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	72

4. Resultados.....	79
4.1 Formulação do problema e definição do modelo de análise	79
4.2 Definição das hipóteses a testar.....	80
4.3 Universo e Amostra	81
5. Análise e Discussão de Resultados.....	83
5.1 Caracterização dos projetos registados no Continente	83
5.2 Características do perfil dos beneficiários da medida do PAECPE	83
5.3 Limitações do estudo	87
6. Conclusão.....	89
6.1 Indicações para Investigação Futura.....	91
6.2 Recomendações	91
Referências Bibliográficas	93

LISTA DE SIGLAS

AFL - Federação Americana do Trabalho

ANJE – Associação Nacional de Jovens Empreendedores

BES – Banco Espírito Santo

BIC – Business Incubation Centers

BPI – Banco Português de Investimento

BPN – Banco Português de Negócios

CACE - Centros de Apoio à Criação de Empresas

CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CEE – Comunidade Económica Europeia

CFE - Centros de Formalidades das Empresas

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

CMP – Câmara Municipal do Porto

CPCS – Conselho Permanente da Concertação Social

CT – Código do Trabalho

CTE – Centro de Emprego

EUA – Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais

IAS - Indexante dos Apoios Sociais

IEFP, IP – Instituto do Emprego e Formação profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

I&D – Investigação e Desenvolvimento

MFA – Movimento das Forças Armadas

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego

PCP – Partido Comunista Português

PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado

PME – Pequenas e Médias Empresas

PPD – Partido Popular Democrático

PRT – Portarias de Regulamentação de Trabalho

PS – Partido Socialista

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UGT – União Geral de Trabalhadores

UON – União Operária Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo a Testar.....54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da taxa de desemprego, situação no fim do ano.....	38
Gráfico 2 – Caraterização dos beneficiários de prestações de desemprego, no continente, situação no fim do ano.....	40
Gráfico 3 – Caraterização dos desempregados, no Continente, segundo o género.....	41
Gráfico 4 – Caraterização dos beneficiários de prestações de desemprego, no Continente, segundo o género.....	42
Gráfico 5 – Caraterização dos desempregados, no Continente, segundo o género.....	43
Gráfico 6 – Caraterização dos desempregados, no Continente, segundo o grupo etário.....	44
Gráfico 7 – Caraterização dos beneficiários de prestações de desemprego, no Continente, segundo o grupo etário.....	45
Gráfico 8 – Caraterização dos desempregados, no Continente, segundo as habilitações literárias, no período de 2009-2011.....	47
Gráfico 9 – Projetos registados, no Continente, no âmbito do PAECPE	55
Gráfico 10 - Caraterização dos projetos registados segundo a Região.....	56
Gráfico 11 – Caraterização dos beneficiários da medida, no Continente, segundo o género	57
Gráfico 12 – Caraterização dos beneficiários da medida, no Continente, por grupo etário, no período de 2009-2011.....	58
Gráfico 13 – Caraterização dos beneficiários da medida, no Continente, segundo as habilitações literárias.....	60
Gráfico 14 - Caraterização dos projetos registados no Distrito do Porto, por concelho, no período de 2009-2011.....	65
Gráfico 15 - Caraterização dos projetos registados no Distrito de Lisboa, no período de 2009-2011.....	71
Gráfico 16 - Caraterização dos projetos registados no Distrito do Porto vs Distrito de Lisboa, no período temporal.....	71
Gráfico 17 - Estrutura do desemprego registado por género, na Região Norte, no período de 2009-2011	72
Gráfico 18 - Estrutura dos beneficiários de prestações de desemprego, segundo o género, na Região Norte, no final de 2009 e 2010	73
Gráfico 19 - Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida, na Região Norte.....	74

Gráfico 20 - Estrutura do desemprego registado por género, na Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	75
Gráfico 21 - Estrutura dos beneficiários de prestações de desemprego, segundo o género, na Região de Lisboa e Vale do Tejo.....	76
Gráfico 22 - Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida, na Região Lisboa e Vale do Tejo.....	77
Gráfico 23 - Estrutura dos projetos registado, na Região Norte vs Região Lisboa e Vale do Tejo – Situação no fim do ano.....	78
Gráfico 24 – Caraterização dos beneficiários de subsídio, dos desempregados e dos beneficiários da medida, por sexo.....	84
Gráfico 25 – Caraterização dos desempregados e dos beneficiários da medida, por grupo etário, no período 2009-2011.....	85
Gráfico 26 – Caraterização dos desempregados e beneficiários da medida, por nível de habilitações literárias, no período 2009-2011.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do desemprego registado, no Continente, por Região.....	40
Quadro 2 - Estrutura e evolução do desemprego registado segundo: género, grupo etário e habilitações literárias.....	49
Quadro 3 – Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e dos beneficiários da medida, no Distrito do Porto, por concelho, no final de 2009.....	62
Quadro 4 – Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida, no Distrito do Porto, por concelho, no final de 2010.....	63
Quadro 5 – Estrutura do desemprego e beneficiários da medida, no Distrito do Porto, por concelho, no fim de 2011.....	64
Quadro 6 – Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e dos beneficiários da medida, no Distrito de Lisboa, no final de 2009.....	67
Quadro 7 – Estrutura do desempregado, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida, no Distrito de Lisboa, por concelho, no final de 2010.....	69
Quadro 8 – Estrutura do desempregado e beneficiários da medida, no Distrito de Lisboa, por concelho, no final de 2011.....	70

1. Introdução

Este estudo aborda o tema do empreendedorismo e em particular a sua relação com a criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, em Portugal. Esta tese pretende estudar o fenómeno do empreendedorismo, o desemprego em Portugal, o perfil do empreendedor, dos desempregados e dos beneficiários da medida, os incentivos e as barreiras resultantes do meio ambiente. Tem como objetivo examinar as relações existentes entre o empreendedorismo e o papel das políticas públicas direcionadas para o fomento do empreendedorismo na criação do próprio emprego, no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE).

O interesse por tentar compreender os fatores motivadores do empreendedorismo através das políticas públicas do país, na criação do próprio emprego, reside no facto de que as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, com taxa de desemprego crescente, têm imposto muitos desafios aos indivíduos, levando algumas pessoas a aventurarem-se na criação do próprio emprego, como alternativa ao trabalho por conta de outrem e, de sobrevivência.

O desemprego pela sua dimensão quantitativa e pelas implicações económicas e sociais que comporta origina a inevitável e urgente necessidade de análise e de debate, não somente nos planos meramente institucional e formal, mas também no político e económico. O desemprego tem uma dimensão tal na vida dos cidadãos que constitui um dos mais importantes assuntos da atualidade, conforme os meios de comunicação social o demonstram, assim como os dados estatísticos do IEFP, IP., e INE o confirmam, não deixando transparecer uma melhoria na situação para os próximos tempos.

O apoio ao desenvolvimento de uma atividade por conta própria constitui um dos instrumentos mais relevantes da política de emprego na promoção da (re) integração socioprofissional dos indivíduos que se encontram no desemprego, a par com os apoios públicos que têm como objetivo estimular a criação de postos de trabalho. Em Portugal, o apoio ao próprio emprego consubstancia-se em várias medidas de política, entre as quais se inclui a medida - Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, integrado no PAECPE, cujo regime jurídico está estabelecido na Portaria n° 985/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n° 58/2011, de 28 de janeiro.

Destinada exclusivamente a beneficiários de prestações de desemprego, esta medida visa promover a criação do próprio emprego, por via do pagamento por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego.

Não obstante o virtuosismo que pode ser reconhecido numa medida de política de emprego com estas características, as evidências empíricas suscitam dúvidas quanto à sua eficácia social, pelo que se reveste de particular importância o desenvolvimento de um trabalho de investigação que contribua para a avaliação do seu impacto, nomeadamente, na perspetiva da criação de emprego sustentado e da utilização mais eficiente dos recursos públicos.

A questão do crescimento económico apresenta-se como um dos desafios centrais enfrentados pelas sociedades. Essa problematização ocupa com destaque as agendas e as ações de governantes, empresários e por vários segmentos sociais em todo o mundo.

Nas últimas décadas, o empreendedorismo aparece como um pilar da sustentabilidade da economia, quer através do investimento, quer pelo emprego criado, quer ainda, pela competitividade que lhe confere, concorrendo de forma clara para a criação de novos negócios ou de novas oportunidades de negócio em empresas já existentes (Global Entrepreneurship Monitor Portugal – GEM, 2004).

Para alguns autores como Schumpeter (1982) e McClelland (1972) o empreendedorismo é visto como um dos principais agentes causadores do crescimento económico de um país.

As origens do empreendedorismo surgem no século XVIII, pelo autor Richard Cantillon (1680-1734), seguindo-se com avanços significativos, com autores como Joseph Schumpeter (1883-1950), que definiu empreendedor como alguém com capacidade única para efetuar novas combinações, capazes de introduzir rupturas no equilíbrio do sistema económico e produzir inovação (1961), ou por Frank Knigh (1885-1972), que distinguiu “risco” e “incerteza”, competindo ao empreendedor assumir a incerteza existente no meio (1921-1971). Enquanto disciplina, o empreendedorismo só se verifica em finais da década de 70 (Sexton & Landstrom, 2000), surgindo nos anos 80 com o aumento de estudos, a realização de oferta de cursos, conferências e a constituição de centros especificamente desenhados para investigar este fenómeno.

Henrekson (2002) identifica a importância atribuída ao empreendedorismo a três razões principais: a criação de emprego, a inovação e a criação de riqueza.

Baptista e Thurik (2004) estudaram a relação entre a criação de novas empresas e o desemprego em Portugal e concluíram que essa relação é menos significativa ou decorre com um desfasamento temporal mais alargado do que na média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), mas mesmo assim é positiva.

A estabilidade de emprego, emprego para toda a vida, hoje é inadequado e obsoleto. Como afirma Wim Noortman (1996), a era da incerteza substitui a era dos direitos adquiridos.

Como se pode constatar das publicações sobre este tema, por vários autores, as definições de “empreendedorismo e de “empreendedor” continuam a ser questões em aberto, sobre as quais os investigadores ainda não chegaram a um consenso.

Este estudo incide sobre projetos abrangidos pelo PAECPE, no período de 2009-2011, no Continente, Distrito do Porto versus Distrito de Lisboa, Região Norte versus Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O domínio de análise identificado como relevante para a compreensão deste estudo centrou-se na caracterização dos desempregados, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida. Esta caracterização iniciou-se com recurso a informação recolhida segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP., IP.) e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Este trabalho também pretende elucidar e descrever o enquadramento histórico e evolutivo das lógicas de trabalho, desde a era industrial (século XVIII) até aos nossos dias.

Este estudo está organizado em seis capítulos. O capítulo 1, onde se descreve a introdução, finalidade, a metodologia e as fontes.

O capítulo 2 faz-se uma revisão da bibliografia sobre a evolução da organização do trabalho em Portugal e no mundo, marcos históricos, a ação dos parceiros sociais, o empreendedorismo, o empreendedorismo em Portugal, os responsáveis pela implementação e o seu papel e apresenta várias definições de conceitos.

O capítulo 3 estabelece a ligação entre os vários conceitos. Esta análise pode servir para caracterizar o que é o empreendedorismo, o desemprego e a criação do próprio emprego e qual a sua importância na nossa economia. Caracteriza-se o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE). Define-se o modelo de análise, enquadramento territorial dos projetos abrangidos no Continente, do Distrito do Porto versus Distrito de Lisboa, Região Norte versus Região de Lisboa e Vale do Tejo.

No capítulo 4 procedeu-se à operacionalização dos conceitos em dimensões, subdimensões, indicadores e o respetivo tratamento estatístico. Definiu-se as hipóteses a testar, assim como o universo e amostra.

O capítulo 5 apresenta-se os dados estatísticos, assim como se discutem os resultados obtidos. Neste capítulo é apresentada uma interpretação crítica dos dados recolhidos e a confirmação das hipóteses formuladas, que vai permitir dar uma resposta à questão de fundo

desta tese e expor os argumentos propostos neste trabalho à comunidade científica e as limitações do estudo. Define também as limitações do estudo.

O capítulo 6 faz a conclusão desta investigação. O capítulo termina com sugestões para investigação futura e recomendações nesta área.

Finalmente é incluída a bibliografia do trabalho teórico-empírico.

1.1 Finalidade

Este trabalho tem por finalidade averiguar quais os determinantes da propensão para o empreendedorismo, pelos desempregados subsidiados em Portugal. Para tal serão avaliados vários fatores considerados determinantes para a decisão de criar o seu próprio emprego, dos desempregados beneficiários de prestações de desemprego. Estes fatores estão reunidos em diferentes contextos: sociodemográfico, de formação e de ambiente.

Esta tese vai analisar a valia do recurso das políticas públicas direcionadas para o fomento do empreendedorismo na criação do próprio emprego, no âmbito do PAECPE. Será que contribuem para o desempregado se decidir a avançar na criação do seu próprio emprego? Qual o perfil dos beneficiários da medida? Que relação existe entre o desempregado na valia do recurso às políticas públicas, direcionadas para o fomento do empreendedorismo na criação do próprio emprego?

A obtenção de uma resposta para as questões acima formuladas pode contribuir para uma melhor adequação dos apoios financeiros à política de emprego, a uma aplicação mais eficaz quanto aos fundos públicos que têm sido investidos em Portugal, com o objetivo da saída dos desempregados para o mercado do trabalho e o desenvolvimento empresarial.

O objetivo deste estudo passa por verificar se a criação do próprio emprego, pode ser utilizado como instrumento, como saída dos desempregados para o mercado de trabalho. Se, com esta tese, for possível demonstrar que através dos apoios financeiros, a conceder diretamente pelo Estado, estaremos a contribuir para aumentar o nível de empreendedorismo e a saída dos desempregados para o mercado do emprego, então o esforço desenvolvido com esta investigação terá valido a pena.

Este trabalho procurará, contribuir para a definição de instrumentos e recomendações de ação que permitam aumentar a criação de novas empresas, através da criação do próprio emprego, por desempregados beneficiários de prestações de desemprego.

De referir que os indicadores previamente identificados foram aqueles que se consideram indispensáveis para a leitura e a análise pressupostos na resposta às questões de cada domínio de avaliação.

1.2 Metodologia

Neste capítulo pretende-se introduzir os fundamentos conceptuais e metodológicos necessários para o desenvolvimento deste trabalho.

Devido à finalidade deste trabalho, importa definir e caracterizar de forma objetiva e clara a evolução do trabalho, o empreendedorismo, o desemprego em Portugal e a criação do próprio emprego, por beneficiários de prestações de desemprego, no âmbito do PAECPE.

Qualquer projeto de investigação é iniciado pela definição dos objetivos e da metodologia de investigação (Moutinho et al 1998). No presente trabalho foi seguida a seguinte metodologia:

- Levantamento do estado da arte e enquadramento teórico do objeto de estudo.
- Análise de informação secundária, nomeadamente dados estatísticos nacionais.
- De campo, através dos dados estatísticos, com os seguintes objetivos:
 - Identificar as características e o perfil dos beneficiários da medida;
 - Avaliar as relações entre três variáveis: género, grupo etário e habilitação literária.
- Confirmação das hipóteses formuladas.
- Aferição empírica do modelo.

1.3 Fontes

Neste estudo utilizou-se fontes de informação de natureza secundária. Assim, foi utilizada informação já existente, em especial nos Sistemas Estatísticos Nacionais, que se considerou pertinentes para as análises desenvolvidas.

A informação produzida para efeitos de gestão da implementação da medida, bem como informação produzida pelo IEFP, IP e INE configurou-se relevante na realização deste estudo.

Dado que se trata dum estudo sobre a influência do recurso a apoios públicos e à criação do próprio emprego, no âmbito do PAECPE, em Portugal, não se encontrou investigação publicada neste tema.

Em relação às fontes foram utilizados, tanto em análise documental como para a recolha de dados quantitativos, vários tipos de documentação:

1. Publicações do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP, IP);
2. Publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE);

3. Publicações do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI);
4. Bibliografia diversa sobre o empreendedorismo em geral;
5. Bibliografia diversa sobre o desemprego;
6. Bibliografia diversa sobre o perfil dos empreendedores portugueses;
7. Bibliografia diversa sobre a evolução da organização do trabalho;
8. Bibliografia diversa sobre o sindicalismo;
9. *Sites* na internet onde se disponibilizam trabalhos de investigação;
10. Decretos-Leis, Leis e Portarias.

A bibliografia considerada relevante para este trabalho foi organizada de modo a apresentar a evolução da organização do trabalho desde a era industrial (final do século XVIII), marcos históricos, o papel dos parceiros sociais, definições de empreendedorismo, empreendedor e a caracterização do desemprego em Portugal. Vai ser apresentado o que a literatura nos oferece de mais relevante.

2. Enquadramento Teórico/ Revisão da Literatura

A diminuição dos grandes investimentos geradores de emprego, o encerramento de empresas, a par de uma cultura de estímulo à iniciativa individual, têm contribuído para o aparecimento de várias micro e pequenas empresas, quer em Portugal, quer a nível mundial.

A economia mundial está a ser modificada por um processo de mudança que apresenta várias ameaças, mas também oportunidades. O rápido crescimento das economias chinesas e brasileiras está a mudar o equilíbrio do poder no Mundo, que anteriormente era dominado pelos Estados Unidos da América (EUA). Perceber estas alterações, suas implicações e motivações, é a alavancagem para reconhecer e responder às pressões dos novos negócios de hoje.

Segundo Sarkar (2010) Portugal não se preparou para a crise, que arrisca a estagnação do país, levando ao encerramento de várias empresas. Portugal não se preparou para o avanço tecnológico, e deixou-se assim, levar numa época em que países emergentes, como a Índia e a China, concorriam diretamente e adquiriam conhecimentos, fornecendo-lhes vantagens competitivas, com elevada rapidez. Portugal necessita por isso, que exista flexibilidade e capacidade de adaptação à constante mudança no comércio mundial.

Em alguns dos casos, a criação de empresas, faz-se a partir de oportunidades de mercado, como é o caso dos EUA, e no caso de Portugal, pela necessidade de criar o próprio emprego, sobretudo pela escassez de trabalho por conta de outrem. Independentemente das causas e das motivações, os pequenos negócios respondem por grande parte da geração de empregos e das inovações. Por isso, se deve fomentar o empreendedorismo, uma vez que é uma fonte de riqueza e de criação de emprego para o país e para as regiões.

O empreendedorismo enquanto campo de estudo tem-se verificado um enorme progresso, dada a importância que apresenta enquanto mecanismo de desenvolvimento económico e de criação de emprego.

O empreendedorismo não depende apenas da sorte, embora esta seja um fator importante, como em quase tudo na vida, não é um dom divino que nasce com as pessoas, que está no gene, aprende-se como as restantes matérias. A criação de novas empresas, dinâmicas e competitivas, é uma alavancagem na modernização da economia.

As oportunidades também se criam. Ter uma ideia para um novo projeto, sabendo que é possível criar um pequeno negócio com um investimento reduzido, é necessário ter-se criatividade, imaginação e estar motivado para correr riscos. A riqueza é de facto criada por empresas, individuais ou coletivas, grandes ou pequenas.

O espírito empresarial, ou empreendedorismo, constitui a dinâmica de identificação e aproveitamento económico de oportunidade, que é fundamental para a promoção do crescimento económico qualificado. Não há crescimento económico sem dinâmica de empreendedorismo.

A Portaria nº 985/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 58/2011, de 28 de janeiro, veio apoiar a criação de novas empresas por parte de desempregados, com o apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, com vista à criação de emprego e ao crescimento económico, nomeadamente por via do investimento. Deste modo, pretende-se promover a reintegração no mercado de trabalho e o regresso à vida ativa dos desempregados, em Portugal.

2.1 Evolução da Organização do Trabalho

A história económica do mundo pode-se dividir em três épocas: a da economia pré-histórica, baseada na caça e na colheita; a da economia agrícola sedentária, na criação de gado e na cultura; e, a do crescimento económico, que se baseava nas trocas, no aumento da produtividade, nas descobertas técnicas e científicas e no prolongamento da duração de vida, que emergia na Europa no século XVIII e se expandiu progressivamente pelo mundo inteiro.

Nos meados do século XVIII com a revolução industrial iniciada em Inglaterra, grandes transformações vão surgir na sociedade, ciência, matérias-primas, tecnologias, fontes de energia utilizadas e nas organizações.

A sociedade industrial nasceu de descobertas técnicas, da criação de riquezas, bem como do movimento de ideias que se traduzem em organizações particulares. No século XIX, a criação de novas riquezas é simbolizado pela fábrica, pela mudança de valores, um modo diferente de ver as relações com os demais. Hoje, as organizações das nossas sociedades são herdeiras dessas mudanças.

Antes da Revolução Industrial, a atividade produtiva era artesanal e manual, com apenas algumas máquinas simples. O mesmo artesão cuidava de todo o processo, desde a matéria-prima até à sua comercialização do produto final. Os trabalhos eram realizados em oficinas nas casas dos próprios artesãos e os profissionais dessa época, dominavam quase todas as etapas do processo produtivo.

Com a Revolução Industrial os trabalhadores passaram a trabalhar para um patrão, como empregados operários, perdendo assim a posse da matéria-prima, do produto final e do seu lucro. Os trabalhos eram efetuados por máquinas que pertenciam aos donos dos meios de

produção que eram detentores de todos os lucros. Este trabalho realizado através de máquinas ficou conhecido por maquinofatura (Brasseul, 2010).

A produção em elevada escala de bens e serviços tornou-se no pilar da rentabilidade e da eficácia industrial e empresarial, grandes produções a preços baixos. A fábrica que emerge da primeira revolução industrial constitui o sustentáculo da desestruturação progressiva das relações sociais de produção, até então circunscritas às corporações das sociedades feudais. Ela vai substituindo progressivamente o fator de trabalho por máquinas cada vez mais sofisticadas e complexas. O trabalho deixou de ter o mesmo significado social, passaram a trabalhar apenas para ganhar dinheiro.

Com a expansão da atividade produtiva que resultou da revolução industrial, surge o desenvolvimento e o crescimento do comércio circunscrito à distribuição de bens e serviços, através de quantidades elevadas e em qualidades diversificadas. Esta evolução vai desenvolver o mercado quer a nível nacional quer internacional.

Assim, se compreende que, como as modalidades da racionalidade económica do capitalismo foram progressivamente alargadas através de uma relação social de produção, de um mercado e de uma organização do trabalho, com base na maximização do lucro e na acumulação de capital.

Com este acelerado crescimento económico, que provinham do processo da industrialização e da urbanização das sociedades, não foi pacífico de realizar. As contradições e a incompatibilidade entre grupos socioprofissionais e classes sociais deram lugar a conflitos sociais, com o desenvolvimento de uma ação coletiva, polarizada em movimentos sociais que se traduziam em greves, sabotagens e tentativas de transformação revolucionária da sociedade capitalista (Kautsky, 1900).

O século XIX foi marcado pela supremacia mundial britânica, uma época de acelerado progresso económico-tecnológico, de expansão colonialista e das primeiras lutas e conquistas dos trabalhadores. No final deste período foi marcado por diversos conflitos entre as potências industriais, causados pela procura de novas áreas para colonizar e descarregar os produtos maciçamente produzidos pela revolução industrial, que culminou, mais tarde, na eclosão, da primeira Guerra Mundial - 1914 (Brasseul, 2010).

Smith, A. (1776) no seu livro “ A Riqueza das Nações”, afirmava que o individualismo é útil para a sociedade. Quando uma pessoa procura o melhor para si, toda a sociedade sai beneficiada. Este autor defendia que o desenvolvimento das indústrias aumentaria constantemente os ganhos dos trabalhadores, pela crescente procura de mão-de-obra, mas com a mecanização maciça desvalorizou o elemento humano.

Nos finais do século XIX e princípios do século XX, apesar de subsistirem algumas diferenças específicas entre a realidade socioeconómica, cultural, a política dos EUA e a dos países capitalistas desenvolvidos da Europa Ocidental, o processo da industrialização e urbanização das diversas sociedades atingia um grau de estruturação muito semelhante.

O século XX desde o ano 1914 caracteriza-se pelos piores excessos, assim como pelos maiores avanços, extensível a todos os domínios da atividade do ser humano. O crescimento da produção e da produtividade aumentou em doze vezes mais o volume da produção mundial, o que veio favorecer a economia. Não existiu outro período na história com tal expansão económica. A qualidade de vida aumentou substancial, a esperança de vida, passou de 50 para 80 anos na Europa Ocidental, e no Terceiro Mundo dos 35 para 65 anos. A população multiplicou-se consideravelmente.

Neste século XXI, e em ambiente de aumento crescente de produtividade, as organizações vêm-se obrigadas a explorar todas as potencialidades em matéria de produtividade e de eficácia. É neste contexto que a dinâmica do progresso tecnológico tem vindo a impor uma mudança organizacional na nossa sociedade.

A verdade é que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) entram na vida quotidiana de todos: nos domicílios, nos locais de trabalho, nas escolas e na generalidade das instituições (públicas ou privadas). As organizações estão conscientes da importância da introdução das TIC, para fazer face à pressão da concorrência económica (Rebelo, 2004).

Como se sabe, a Sociedade da Informação corresponde, na sua essência, a uma sociedade pós-industrial na qual ganham protagonismo novos atores e dinâmicas, como a economia de serviços, os especialistas qualificados, o saber teórico como motor central gerador de inovação ou a “tecnologia do intelecto”, capaz de dar resposta a problemas complexos relacionados, concretamente, com os sistemas da informação. O mundo do trabalho, também se tem caracterizado por uma mutação progressiva do análogo para o digital e do paradigma da máquina para o paradigma da rede.

Enquanto na sociedade industrial o trabalho era caracterizado pela rotina e pela mecanização, na Sociedade da Informação o trabalho é desempenhado em interação, por processos complexos e baseados em fluxos mutantes. De facto, encontramos-nos num contexto de Sociedade de Informação e de mudança tecnológica que influenciam os diversos sectores de atividade, no sentido de garantir mais produção, com melhor qualidade e em tempo útil, assim como maior mobilidade e diferentes abordagens da organização do trabalho (Boyer, 2000).

2.1.1 Marcos Históricos

A Revolução Industrial Inglesa no século XVIII é a transformação mais estudada pela História Económica, por isso, é importante defini-la e caracterizar o seu desenvolvimento a partir dessa época.

Segundo Phyllis Deane (cit. in Brasseur, 2011) podem inferir-se os seguintes elementos:

- O desenvolvimento das técnicas e a extensão do mercado;
- A especialização no mercado nacional e internacional;
- A propagação de bens manufaturados e a acumulação de capital técnico;
- O surgimento de novas classes sociais ligadas ao capital em vez da terra.

Segundo Karl Marx (1965) a Revolução Industrial, que teve início na Grã-Bretanha, integrou o conjunto das chamadas revoluções Burguesas do século XVIII, responsáveis pela crise do Antigo Regime, na passagem do capitalismo comercial para o industrial.

A Revolução Industrial criou duas novas classes – a burguesia industrial e o proletariado. A burguesia Industrial que era constituída por proprietários, de fábricas, minas e caminhos-de-ferro, que se uniram aos já existentes comerciantes e banqueiros. Verifica-se assim, uma divisão na burguesia. De um lado os poderosos banqueiros e magnatas da indústria e do comércio, pertencentes à alta burguesia. Do outro lado, os pequenos comerciantes e industriais, os membros das profissões liberais constituíam a pequena burguesia. Estas subclasses, que embora sendo da mesma classe, entravam em conflito, pois possuíam objetivos e critérios diferentes (Mota, 1996).

A alta burguesia dedicava-se à especulação, ao lançamento de novas indústrias, tendo como objetivo o lucro imediato, procurando construir monopólios. Estavam em guerra aberta em relação aos governos, alegando que só a livre concorrência e o empreendimento sem controlo levaria ao desenvolvimento económico. Assim, a pequena burguesia sentia cada vez mais os efeitos nocivos do crescimento em exagero dos monopólios que a sufocavam, propondo medidas de estabilidade através da intervenção dos governos e de medidas que determinem a especulação. Pretendia assim, assegurar a estabilidade dos preços e impedir os monopólios por parte da alta burguesia (Mota, 1996).

Com a Revolução Industrial, surgiu o proletariado, que se foi desenvolvendo paralelamente com a burguesia industrial. O proletário é o sujeito que depende apenas de um salário para viver, não tendo qualquer outra fonte de rendimento. Com o passar do tempo, esta

classe tornou-se suficientemente forte para se constituir como força opositora à alta burguesia (Mota, 1996).

A evolução da população no século XVIII é caracterizada por uma pressão demográfica em toda a Europa, passando de um regime lento, devido à fome, às epidemias e às guerras, para um regime de crescimento acelerado e regular da população, um desenvolvimento contínuo (Brasseul, 2011).

Karl Marx (1965) não se interessou apenas pelo nascimento da sociedade industrial, mas pela do conflito que a acumulação das riquezas causavam entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores que eram explorados por estes. Para este autor, o capitalismo seria um produto da Revolução Industrial e não sua causa.

A industrialização no século XIX caracterizou-se por uma produção de maior dimensão: produção em massa, fortes investimentos, fabrico em série; pelo desenvolvimento das tecnologias em rede: caminhos-de-ferro, telégrafo, canalizações e mais tarde pela eletricidade e pelo telefone; pelo efeito benéfico do progresso dos transportes e das comunicações e pela entrada em força da ciência nas empresas, o que constitui uma verdadeira revolução económica (Brasseul, 2011).

Durante a segunda metade do século XX a estrutura da produção e do emprego transformaram-se na grande maioria dos países do Mundo.

A grande depressão foi a maior crise financeira do século XX, mas não a única. Nas duas últimas décadas do século XX, os choques petrolíferos e algumas crises regionais tiveram reflexos importantes na economia mundial.

O século XX ficou marcado por várias crises económicas e financeiras, mas a mais grave, que havia de culminar com a Segunda Guerra Mundial, foi a de 1929.

A expansão e intensificação das relações económicas internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial até hoje têm sido uma constante, como corolário de uma maior cooperação internacional. As Nações Unidas após o termo da Segunda Guerra Mundial criaram um conjunto de órgãos de estudo e de agências especializadas, entre os quais o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a reconstrução e desenvolvimento, para o restabelecimento da situação económica e monetária dos países industrializados.

Paralelamente também foi desencadeado uma consciência geral, das necessidades dos países pouco desenvolvidos e da impossibilidade desses países ultrapassarem, por si só, essas situações. Por isso, surge os primeiros projetos de integração em curso, entre eles a União Europeia.

Aglietta (2001) considera que as mudanças que atualmente as empresas ensaiam, estão ligadas ao surgimento de um novo regime de crescimento económico, o qual se pressupõe uma nova articulação entre a poupança dos seus trabalhadores e a rentabilidade das empresas. Os ganhos são passados para segundo plano, onde a prioridade das empresas é a do rendimento dos fundos próprios em benefício dos acionistas. Como resposta, as empresas transformam o seu modo de produção e de organização do trabalho procurando, em simultâneo, respeitar as normas financeiras.

Entre 1988 e 1992, assiste-se a uma mudança radical do cenário político a nível mundial, provocada pelo desaparecimento da União Soviética e da qual resultou a derrocada do seu império político e económico. Chega-se assim, ao fim dos setenta e três anos de socialismo real, quarenta e cinco de bipolarização nuclear e dez anos da «Segunda Guerra Fria». Com o Muro de Berlim, cai também a República Democrática Alemã.

O Tratado de Maastricht, que entra em vigor a partir de 1 de dezembro de 1993, é um processo que conduzirá à União Europeia, que prevê a instituição de uma união económica e monetária. Seguiu-se a adoção de uma política externa conjunta, uma data de iniciativas sociais mais vantajosas e melhor distribuídas e um aumento dos poderes do Parlamento Europeu, até à verdadeira e autêntica união política (Vital-Naquet, Pierre, Bertin, Jacques, 2005).

O desafio do “pós Maastrich” é convencer doze países das vantagens que representa uma união europeia, das vantagens de um continente sem fronteiras e da necessidade de procurar nas empresas, nas relações laborais e sociais e nos momentos de intercâmbio cultural e cognitivo os objetivos científicos, monetários, económicos que guiaram o movimento comunitário, tratando-se assim, de construir e organizar os fundos necessários para a unificação (Vital-Naquet, Pierre et al 2005).

O golpe de estado ocorrido a 25 de abril de 1974, denominado, “Revolução dos Cravos”, depôs o regime ditatorial do Estado Novo, implementando um regime democrático. Este golpe de estado foi conduzido por um movimento militar, o Movimento das Forças Armadas (MFA), que era constituído por capitães, conhecidos por “capitães de abril”, que participaram na Guerra Colonial e que foram apoiados por oficiais milicianos, estudantes, muitos deles universitários. O essencial do programa do MFA pode ser resumido em três D: Democratizar, Desenvolver e Descolonizar. Foi extinta a polícia política (PIDE/DGS) e terminou a censura. Os presos políticos foram libertados, foram autorizados os sindicatos livres e os partidos.

Em 15 de maio de 1974, foi nomeado o General António de Spínola Presidente da República. Segue-se um período de muita agitação social, política e militar, marcado por manifestações, governos provisórios, ocupações, nacionalizações e confrontos militares, que só terminaram com o 25 de novembro de 1975. As primeiras eleições livres, após 50 anos de repressão, foram realizadas em 1975, onde elegeram a Assembleia Constituinte que elaborou um nova Constituição, que foi aprovada em 1976 pela maioria dos deputados.

A introdução do euro é utilizada pelos particulares a partir de 1 de janeiro de 2002. É, a primeira vez na História que um grupo de países independentes abandona as moedas nacionais por uma moeda comum. Para os seus promotores a adoção do euro favorecia uma maior integração política. Em 2010 a União Europeia (UE) conta com 27 membros.

Portugal com a adesão à UE, e sobretudo à moeda única europeia, ascendeu a um patamar de consumo e de expectativas de consumo, sem que o seu potencial produtivo tivesse acompanhado essa ascensão. Com a entrada dos países da Europa Central e de Leste, em que estes competiam no mesmo escalão de especialização de Portugal, mas com trabalho mais barato e com um nível médio de educação mais elevado que em Portugal (Bento, 2009).

2.1.2 Papel da Atividade Sindical

O Movimento Sindical nasce com o início do capitalismo e a industrialização da produção.

As organizações sindicais tiveram origem no século XVIII, durante a revolução industrial na Inglaterra, os trabalhadores oriundos das indústrias têxteis, doentes e desempregados uniram-se através das sociedades de socorro mútuo, para a exigência de direitos mínimos.

Durante a revolução francesa surgiram ideias liberais, que incentivavam a aprovação de leis proibidas à atividade sindical, a Lei Chapelier que, em nome da liberdade dos Direitos do Homem, considerou ilegais as associações de trabalhadores e patrões. Esta Lei proibia a existência de qualquer tipo de organização que prejudicasse a tranquilidade coletiva do trabalho.

A Grã-Bretanha, primeiro país industrializado, faz crescer organizações de trabalhadores em função das profissões. Os primeiros sindicatos que emergiram juntam operários qualificados que reivindicam aumentos salariais, através de negociações. Regulam a formação dos respetivos membros, asseguram proteção contra a doença, velhice, acidentes e o desemprego. Mas esta organização depressa recua, face à firmeza patronal e à oposição das leis.

No século XIX, as organizações reergueram-se clandestinamente. Em 1871, no Reino Unido e, em 1884 na França foi reconhecida a legalidade dos sindicatos e associações. Nos Estados Unidos, o sindicalismo nasceu por volta de 1827 e, em 1886, foi criada a Federação Americana do Trabalho (AFL), contrária à reforma ou mudança da sociedade. Defendia o sindicalismo de resultados e não se vinculava a correntes políticas ou doutrinárias.

Em 1893 é criado o Partido Trabalhista pelos sindicatos, com vista de fazer avançar no Parlamento as reivindicações sociais.

As primeiras formas de sindicatos que emergem em França foram as sociedades de socorro mútuo, que tem como função ajudar os membros em caso de acidente ou de doença, através das cotizações de todos. As sociedades de resistência, nos anos 1830, funcionam de acordo com o mesmo princípio e apoiam as greves concedendo dinheiro aos operários. Sob a ação de Pelloutier surgem as bolsas de trabalho, no final do século, que são sindicatos interprofissionais que se dedicam à solidariedade operária, às reivindicações sociais e ao ensino. Em 1902, a Confederação Geral do Trabalho, caracterizada por tendências anarco-sindicalistas hostis aos partidos políticos e ao jogo parlamentar, torna-se no principal sindicato. Em 1900, os conflitos multiplicando-se e ditam que a greve geral é o principal instrumento da revolução social (Brasseul, 2011).

Através dos Sindicatos, foram alcançados alguns direitos para a classe operária. Contrato de trabalho, o direito à greve, redução do horário de trabalho para 8 horas diárias, o direito ao pagamento de férias e feriados, o abono de família, assim como alguns benefícios de assistência social (Mota, 1996).

Para Lima (2004) na sua abordagem marxista o sindicalismo é visto numa tripla perspectiva: económica, na perspectiva da sua influência sobre os salários, ou seja, na relação entre a oferta e procura no mercado de trabalho; política, como base constituinte do movimento operário e por isso, como fator constituinte da classe operária de classe em si, em classe em si; social, na procura de exercer influência na determinação das condições de trabalho.

2.1.3 Movimento Sindical em Portugal

A evolução do movimento sindical em Portugal segue, em linhas gerais, a evolução verificada noutros países, tendo presente uma industrialização muito mais tardia.

A Revolução de 1820 foi o princípio do Sindicalismo em Portugal. Foi a partir desta época que se criaram as primeiras associações operárias de entre ajuda dos trabalhadores. Só em 1821, se reconheceu a liberdade de organização em associações aos trabalhadores

portugueses. Em 1838 emergiu em Lisboa, a primeira associação da história. A mais importante foi o “ Centro Promotor do Melhoramento da Classe Laboriosa”, criado no ano de 1953.

Em 1914 é criada a primeira Confederação, a União Operária Nacional (UON). Não restou muito tempo para lutar pelos direitos dos trabalhadores, dado que com o regime do Estado Novo, os Sindicatos existentes foram extintos e foi estabelecido o sindicalismo corporativo, controlado pelo Estado conforme constituição de 1933, o que levou no ano seguinte a uma enorme greve geral, demonstrando a força do movimento operário, mas que também levou ao aumento da repressão por parte da ditadura.

Em Portugal a 1 de outubro de 1970, foi fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, mais tarde CGTP, sendo uma organização independente. A CGTP é uma confederação sindical influenciada pelo Partido Comunista Português.

Com a revolução de 25 de abril de 1974 são expulsos os dirigentes sindicais fascistas e as mudanças políticas instituíram os direitos de livre associação e organização sindical, de negociação coletiva, sectorial e de empresas e de greve.

O 1 de maio, dias depois da Revolução do 25 de Abril, é declarado feriado do Dia do Trabalhador, a primeira comemoração e conhecida como a maior manifestação de massas efetuada em Portugal (1974, 25 de abril).

Com esta nova liberdade os sindicatos entram em conflitos e as correntes minoritárias manifestam-se contra a tese coletiva do Partido Comunista Português (PCP), atingindo a Intersindical, que em 1977 se passa a designar Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (1974, 25 de abril).

Segundo Lima (2004) podem ser identificados três períodos distintos no desenvolvimento do sistema de relações laborais, em Portugal. O período entre 1974-1984, marcado por duas fases. Numa primeira fase é marcado pelo processo de institucionalização do sindicalismo livre e independente e pela radicalização dos movimentos sociais, nomeadamente, o movimento sindical e do qual a Intersindical Nacional tem mais força, verificando-se uma elevada conflitualidade entre os sindicatos e as organizações patronais, à qual resulta o âmbito geográfico e profissional das convenções coletivas, onde refletem nas suas normas uma relação de forças desfavorável as organizações patronais. O Estado devido à ausência de diálogo social regula por via administrativa, através das Portarias de Regulamentação de Trabalho (PRT) as relações de trabalho. Numa segunda fase, fins da

década de 70, início de 80, dá-se uma alteração à atuação do Estado, através da diminuição significativa do recurso à via administrativa reduzindo de forma drástica a publicação de PRT.

Um segundo período 1984-2003 cria-se um novo pilar da regulação de emprego com objetivos de concentração ao nível nacional, o Conselho Permanente da Concertação Social (CPCS), que decorre da procura por parte do Estado da coresponsabilização política das organizações sindicais e patronais ao mais alto nível no sentido de uma viragem política.

Um terceiro período terá início em 2003, com a publicação do Código do Trabalho (CT), pela Lei nº 99/2003, de 27/08 e da Lei nº 35/2004, de 29/07, que procede à regulamentação do CT.

Apesar da revolução de abril e da existência das duas grandes associações sindicais, foi necessário esperar até ao ano de 1982 para haver a primeira das cinco greves gerais da CGTP. A primeira greve geral convocada ex-Intersindical foi a fevereiro desse ano e exigiu a demissão do Governo da Aliança Democrática (coligação dos partidos de direita, PPD, CDS e PPM). Não contou com o apoio da União Geral de Trabalhadores (UGT). Segundo fontes sindicais, participaram um milhão e meio de trabalhadores.

Em maio de 1982, ocorreu nova greve geral pelos mesmos motivos, mas também pela morte de dois trabalhadores no Porto. Em 1988 a CGTP entrou em ação contra o famoso "Pacote Laboral" de Cavaco Silva e desta vez com a UGT a aliar-se às manifestações.

Em 2002, a associação promoveu a quarta greve geral para tentar impedir a aprovação do Código do Trabalho de Bagão Félix, contou com 1,7 milhões de trabalhadores.

Em maio de 2007, ocorreu uma greve, quando a CGTP considerou que a revisão do Código do Trabalho do Governo do Partido Socialista (PS) apenas veio agravar a legislação laboral.

A UGT foi criada mais tarde por dirigentes do PS e Partido Popular Democrático (PPD), em conjunto com alguns sindicatos e dirigentes sindicais, tendo havido uma cisão dos sindicatos ligados ao PS e ao PPD, que preferiam criar uma central à parte, em vez de contestarem a predominância dos comunistas.

Os sindicatos e a contratação coletiva em Portugal enfrentam fortes pressões no quadro da agenda da ofensiva neoliberal. A mudança de conteúdo das convenções coletivas de trabalho, hoje em dia, figura na agenda política, como consequência dos desenvolvimentos recentes do sistema de relações laborais em Portugal.

O Código do Trabalho veio trazer profundas mudanças nas regras do jogo, em comparação com períodos anteriores.

O sindicato representa os trabalhadores por conta de outrem, produtores que vendem a sua força de trabalho para obterem o potencial de bens necessários à sua reprodução social. O sindicato desenvolve nos indivíduos que o compõem relações com o poder e, acima de tudo, potencial o seu poder organizacional junto de outros poderes, desde o poder-patrão, do poder-local, até ao poder-Estado e Estado-bloco, ou poder global (Silva 2000).

Os sindicatos deparam-se com um cenário de mudança contínua. Os problemas com que os trabalhadores se deparam, desemprego, precariedade no mercado laboral, desajustamentos de formação e qualificação, aumentos de horário de trabalho, redução de salários, perda de direitos laborais e sociais, entre outros, são justificados através de um processo de “modernização” associados à globalização que ninguém controla.

Para Silva (2007) os problemas com que os trabalhadores se deparam são resultado das decisões e opções de carácter económico, político, social e cultural, em que os sindicatos continuam a ter de os responsabilizar e de negociar: as entidades patronais e as suas estruturas empresariais; o poder económico e financeiro; o Estado através de mecanismos e regras de funcionamento que devem estar ao serviço dos cidadãos e garantir, a liberdade e dignidade dos direitos de cidadania; as multinacionais com as suas estruturas, organização, redes e processos de influência dominadores, de forma a encontrarem formas de responsabilização; as instituições e os organismos públicos, económicos e sociais da União Europeia (UE), de que dependem as suas decisões nas políticas do quotidiano; as instituições e os organismos mundiais que se exigem reformas e respostas à atual situação mundial.

Medina (1990) apesar de privilegiar o papel do Movimento das Forças Armadas (MFA) no processo revolucionário, o autor ressalta o facto de as forças armadas terem-se transformado em agente decisivo da conduta do processo político português, devido à sua ação revolucionária. Destaca a consensual interpretação de que o início da ascensão do MFA se verifica a partir das divergências com o general Spínola em volta da descolonização. Ao conseguir impor o seu programa para a descolonização – contrariamente às teses federalistas de Spínola num primeiro momento, e à descolonização baseada em prazos dilatados após o reconhecimento por Spínola do direito à autodeterminação e independência dos territórios ultramarinos, em 27 de julho, e, posteriormente, ao evitar a reação conservadora de “spínolistas” e das Direitas em 28 de setembro, o MFA assume assim, um pendor revolucionário, aproximando-se dos projetos progressistas de sociedade defendidos por partidos de esquerda.

2.2 Empreendedorismo

A definição de empreendedorismo tem conhecido diferentes critérios e dimensões que, por vezes, se torna difícil observar o seu significado.

Também Stewart (1991) reconhece que a definição de empreendedorismo foi sempre problemática, sendo este termo usado por vários autores com diferentes significados.

Com o passar dos anos, o empreendedorismo foi sendo visto de diferentes significados, em função da área em que era desenvolvido. Durante o século XX o termo Empreendedorismo, definido internacionalmente como “Entrepreneurship”, ganhou peso no meio económico e empresarial. A sua definição tem conhecido diferentes critérios e dimensões.

Deste modo, e assumindo que as origens do estudo do empreendedorismo contam com autores distintos, torna-se importante abordar alguns dos contributos deixados por estes.

Apesar de o empreendedorismo ter sido estudado no século XIX por alguns autores da época, é no século XX que o estudo assume um papel mais relevante na literatura económica, sobretudo a partir dos trabalhos de Schumpeter (1934 e 1942).

Para Reynolds et al (2001) existem três grupos de variáveis que podem influenciar a vocação para o empreendedorismo por parte de um indivíduo:

1 - Variáveis sociodemográficas como a idade o sexo;

2 - Situação que os indivíduos vivem no momento presente, as suas percepções, capacidades para iniciar um novo negócio, percepção das oportunidades existentes no mercado, medo de falhar, ligações a outros empreendedores, percepção das perspetivas económicas para a família e a economia;

3 - Efeito do nível educacional, da importância do rendimento familiar sobre a atividade empreendedora e da atividade laboral corrente dos indivíduos.

O indivíduo, o meio envolvente e a oportunidade são, para Timmons, Smollen e Dingee (1985) citados por Chwee-Huat (1987), os elementos fundamentais que compõem o empreendedorismo.

Henrekson (2002) e Coulter (2003) a importância atribuída ao empreendedorismo é vista segundo três razões: a criação de emprego, a inovação e a criação de riqueza (cit.in Gaspar, 2010).

Segundo Kelly (2011) os vários Governos têm vindo a rever as suas políticas económicas, tendo o empreendedorismo como um estímulo à criação de postos de trabalho, contribuindo para a competitividade, através de empresas inovadoras e com capacidade de ir além-fronteiras.

Segundo o Livro Verde da Comissão Europeia (2003), a importância do empreendedor e da criação de novas empresas para o desenvolvimento económico e social de um país é também um motivo que justifica um esforço de investigação sobre o tema. Identifica como razões para considerar o empreendedorismo importante, o seu contributo para:

- A criação de emprego;
- O crescimento económico;
- Aproveitar o potencial dos indivíduos;
- Melhorar a competitividade;
- Explorar os interesses da sociedade, através da proteção do ambiente, produção de serviços de educação, de saúde e de segurança social.

Analisando os trabalhos publicados, em especial, o estudo de Praag (2007) e Versloot (2007) é possível identificar como quatro as principais razões para justificar a importância do estudo do empreendedorismo (cit. in Gaspar, 2010):

1. A criação de emprego, incluindo o autoemprego;
2. A contribuição da criação de empresas para a criação de riqueza e para o desenvolvimento da economia e da sociedade;
3. A importância das jovens empresas para a inovação;
4. A opção de carreira para uma parte significativa da força de trabalho.

Atualmente a competição associadas à forte concorrência e à tecnologia em constante mudança assiste-se, a uma maior aposta na criatividade e no empreendedorismo de base tecnológica para competir a uma escala global. Tem-se de quebrar o modelo tradicional de apenas criar mais uma empresa, serviço ou produto igual a muitos outros, tem-se que ter como objetivo a criação de algo inovador com origem numa área de I&D, que na maioria das situações se encontra em incubadoras de universidades (Saraiva, 2011).

2.2.1 Surgimento do Empreendedorismo

Segundo Hisrich e Peters (2004) o conceito de empreendedorismo surgiu na economia francesa - “*entrepreneur*” e significa “aquele que está entre”, que significa qualquer coisa como «estar no mercado entre o fornecedor e o consumidor».

O termo empreendedorismo está ligado ao desenvolvimento da palavra francesa “*entrepreneur*”, na data da Idade Média e referia-se ao indivíduo que detinha a responsabilidade de coordenação de uma operação militar (Verin, 1982 apud Filion, 1999).

O termo empreendedorismo foi referido pela primeira vez no ano de 1734, pelo economista francês Richard Cantillon, que procurava diferenciar o empreendedor, ou seja, aquele que assume o risco, do capitalista, indivíduo que fornecia o capital (Sarkar, 2010).

Cantillon (1734) no seu livro “Pionner of Economic Theory” explicava que um sistema de mercado, para que algo fosse vendido, era necessário, principalmente que o produto fosse fabricado, transportado e estocado; e para isso, era necessário, que alguém assumisse os riscos destas operações (apud Soares, D.J et al, 2007).

Nascia assim, o comércio. O tradicional sistema econômico rural e corporativo dava lugar a um novo tipo de regime, onde a figura de um intermediador era necessário entre as relações de compra e venda de mercadorias (Souza, 2006).

O termo empreendedorismo, com o passar dos anos, foi ganhando vários significados para o setor econômico. No século XVIII, o Capitalismo e Empreendedor foram diferenciados, supostamente em função do início da Industrialização, através da Revolução Industrial. A nova Conceção compreendia o indivíduo assumindo riscos, planejando, supervisionando e organizando (Filion, 1998).

Para John Syuart Mill (1848) o empreendedorismo é a base da empresa privada. O empreendedor é aquele que corre riscos e toma decisões, que gera recursos limitados para o alavancar de novos negócios. Carl Menger, na sua obra “Principles of Economics” (1871), o empreendedor é o transformador de recursos em produtos e serviços úteis, criando oportunidades na alavancagem do crescimento industrial. Segundo Jean Baptiste Say (1803), o empreendedor é o agente que transfere recursos econômicos de um setor de pouca produtividade, para um setor de maior produtividade e maior rendimento (Sarkar, 2010).

Segundo Coulter (2003) o estudo do empreendedorismo no início do século XX ganhou algum alento, embora continuasse baseado na premissa de que era um assunto distinto da gestão das organizações, até que Schumpeter publicou os seus primeiros trabalhos de maior relevância sobre o tema.

Assim, Schumpeter proporcionou uma contribuição para o estudo do empreendedorismo ao recuperar a figura do empreendedor no estudo da economia, apresentando-o como principal promotor do desenvolvimento econômico devido à sua função de inovador e ao descrever a sua importância devido à sua capacidade de efetuar novas combinações de recursos produtivos (Lambing e Kuehl, 2003).

Mais recentemente o empreendedorismo é visto como um fenómeno que se expressa pela criação de empresas, tendo como objetivo dos empreendedores a criação de rendas económicas acima do que conseguiram no mercado de trabalho

Essas rendas são a forma como o empreendedor consegue lidar com a incerteza própria da atividade empresarial. Assim, todo o indivíduo é um potencial empreendedor, mas nem todos conseguem identificar oportunidades ou ter condições para criar empresas onde obtenham maior lucro, do que no mercado do trabalho (Montanye, J., 2006).

2.2.2 Definições de Empreendedorismo

Joseph Schumpeter, no início do século XX, desenvolveu uma ideia de empreendedorismo, associando-o claramente à essência da inovação. Para este autor os empreendedores eram indivíduos que criavam formas inovadoras de produção, explorando várias vias: introdução de novas tecnologias e novas mercadorias.

Para Schumpeter (1934) o empreendedor era um agente inovador e essencial na dinâmica das economias, e era reconhecida a importância no seu comportamento estratégico para o alavancar da economia. Segundo este autor, o empreendedorismo surge como uma atividade inovadora que permite novas combinações, através; da introdução de novos bens, ou nova qualidade dos bens; introdução de novos métodos de produção; abertura de novos mercados; obtenção de novas fontes de fornecimento de matérias-primas ou de bens semiacabados; construção de novas organizações em qualquer indústria.

Em 1942, Schumpeter renovou a sua definição de empreendedorismo com o que designou de «destruição criativa». Demonstrava que o empreendedor, ao introduzir inovações e novas tecnologias, contribuía assim, para a substituição de produtos e de processos obsoletos. Assumia assim, uma posição central no avanço e desenvolvimento da economia e da sociedade, e em simultâneo, protagonizava uma função fundamental na evolução da vida empresarial, através da criação de novas empresas com maior capacidade de aproveitar as inovações, substituindo assim, as empresas estabelecidas.

Para Veciana (2000) estas contribuições foram tão importantes que considerou que Schumpeter assumiu um papel essencial no estudo do empreendedorismo, ao definir as bases do papel do empreendedor na economia, constituindo assim a base desta disciplina. Mas ainda assim, foi o trabalho de Keynes quem mais influenciou o poder político, passando Schumpeter para segundo plano durante várias décadas.

Segundo Ronsdalt (1984) o empreendedorismo é um processo gerador de riqueza resultante do assumir de riscos inerentes às obrigações das carreiras dos indivíduos, do valor acrescentado a alguns produtos/serviços ou do dispêndio de tempo.

Drucker (1985) afirmou que os empreendedores não têm de ser provocadores de mudanças, mas antes exploradores de oportunidades criadas pela mudança. Para o autor, e

segundo as linhas de Schumpeter, iniciar um negócio não significa nem é condição suficiente para o empreendedorismo pois, na maior parte dos casos, não traz qualquer inovação ou orientação para a mudança.

Segundo Virtanen (1997) o empreendedorismo é um processo dinâmico, cujo objetivo principal é o de criar valor no mercado de trabalho, através da exploração das inovações económicas. Por isso, o empreendedor contribui também para a alavancagem do seu negócio, criando valor e explorando processos inovadores.

Para Carton, Hofer e Meeks (1998, cit. in Sarkar, 2010) têm uma definição operacional de empreendedorismo que tenta incluir definições de académicos como Schumpeter num conceito compreensivo e adequado. Definem empreendedorismo e o empreendedor como:

(...), a busca de uma oportunidade descontinuada envolvendo a criação de uma organização (ou suborganização) com a expectativa de criação de valor para os participantes. O empreendedor é o indivíduo (ou a equipa) que identifica a oportunidade, reúne os recursos necessários, cria e é responsável pela performance da organização. Portanto, o empreendedorismo é o meio pelo qual as novas organizações são formadas com os empregos resultantes e a criação de bem-estar.

Para Reynolds (1991) o empreendedorismo é visto como um fenómeno mais global, em que o subsistema empreendedor, enquanto parte do sistema social e económico de uma sociedade, desempenha duas funções: a de arbitragem entre subsistemas, financiamento, a inovação e os fornecedores de fatores produtivos; a de integrador do subsistema económico.

Cada autor tem várias definições de empreendedorismo, mas em cada área são mais consensuais, segundo Raposo e Silva, (2000):

- Economia: inovação e desenvolvimento;
- Finanças: risco;
- Gestão: organizações planeiam e utilizam recursos;
- Ciências comportamentais: características do empreendedor;
- Engenharia: distribuidores e coordenadores de recursos;
- Marketing: identificam oportunidades, diferenciam a oferta e adaptam-se aos mercados.

Hisrich (2000) o empreendedorismo é visto como um fenómeno económico, composto por indivíduos, organização e envolvente, em que depende o seu sucesso da interação destes elementos. A organização engloba a orientação estratégica, a atitude competitiva, o nível de

tecnologia disponível e o recurso a redes de informação. A envolvente, exerce influência em quatro aspetos: a complexidade, a turbulência, a hostilidade e a liberalidade. O sucesso depende dos resultados atingidos no crescimento das vendas, nas tendências de emprego e na satisfação podendo ter duas dimensões distintas: sucesso económico e satisfação do empreendedor.

De acordo com Grebel et al. (2003), a ideia de que o empreendedorismo desempenha um papel fundamental na criação de novos empregos, na divulgação de novas tecnologias e na competitividade internacional é corroborada pelos economistas. O empreendedorismo contribui, de forma determinante, para a interação entre sistemas tecnológicos e para a exploração de oportunidades de negócio no mercado.

O conjunto de vários conceitos de empreendedorismo descritos anteriormente descreve este conceito, a partir de elementos como a deteção e exploração de oportunidades de negócio existentes no mercado. O empreendedorismo e, a exploração de oportunidades ocasiona riscos, os elementos da envolvente ambiental, exercem influência sobre este processo, o qual contribui para a inovação e simultaneamente para o desenvolvimento económico.

Assim sendo, este trabalho vai seguir a tendência revelada na literatura no sentido de se gerar um consenso quanto ao conceito de empreendedorismo ser centrado na criação duma nova empresa (Davidsson, Low e Wright, 2001).

Empreendedor, nesta tese, é aquele que cria a sua própria empresa. O empresário pode, portanto, ser ou não um empreendedor, como confirmou Pereira (1998) no seu trabalho de investigação sobre empresários, onde verificou que nem todos eram empreendedores.

Segundo Falcão (2008) existe pelo menos quatro motivos para o empreendedorismo:

- Há empreendedorismo por necessidade, quando os indivíduos não têm liberdade, entendida como capacidades mínimas de inserção na economia, e passam a viver em condições pré-capitalistas, praticando atividades de subsistência ou a pirataria;

- Há empreendedorismo por vocação, quando há liberdade de acesso às oportunidades do mercado;

- Há o empreendedorismo inercial, quando o ambiente institucional é frágil e as empresas desenvolvem com base nas relações interpessoais de seus dirigentes. São, geralmente, os negócios de família, que passam de pai para filho independentemente de capacidade empresarial;

- Há o empreendedorismo pelo conhecimento - criação, procura, distribuição, aperfeiçoamento e aplicação do conhecimento.

Vai-se utilizar um conceito de empreendedorismo centrado na criação duma empresa nova, podendo essa empresa ser inovadora ou limitar-se a copiar um negócio já existente no mercado (Davidsson, Low e Wright, 2001).

Uma pessoa empreendedora necessita ter características diferenciadoras como originalidade; Autoconfiança; Iniciativa; Resistência ao fracasso; Planeamento; Criatividade; Inovação; Relações interpessoais; Correr riscos; Proatividade.

Observando os conceitos apresentados, pode-se, então definir o empreendedorismo como o processo dinâmico realizado pelo indivíduo (empreendedor) que, por iniciativa ou vontade própria, cria ou explora a mudança, inovando e estimulando o desenvolvimento económico.

2.2.3 Empreendedor

O conceito e o processo subjacente de empreender têm merecido contributos de várias disciplinas: da economia, psicologia ou sociologia, pelo que o conceito atual se apresenta mais organizado e socialmente mais reconhecido, associado à capacidade para empreender, tomar iniciativas, criar empresas com base numa ideia e na utilidade social de um produto/serviço, através de uma atitude de assumir riscos e de inovação.

Empreendedores sempre existiram ao longo da nossa história, pessoas que inovaram, que transformaram situações existentes e arriscaram até as próprias vidas nos descobrimentos, como os grandes navegadores, podem ser considerados empreendedores, pois construíram algo de novo, correram riscos e foram arrojados (Dornelas, 2001).

Os empreendedores têm uma posição essencial na economia, estimulam e desenvolvem a atividade económica através das inovações que estabelecem nos seus negócios. São fundamentais para o desenvolvimento das economias, sejam a nível local, regional ou nacional.

Peter Drucker afirmou que os empreendedores não têm de ser provocadores de mudanças, mas sim exploradores de oportunidades criadas pela mudança, o empreendedor está sempre ligado a procura da mudança, reage à mudança e explora-a como uma oportunidade (Drucker, 1985).

O economista francês Say (1803) definiu o empreendedor como sendo um indivíduo que faz passar recursos económicos de um setor de produtividade mais baixo, para um setor de produtividade mais elevado e de maior rendimento, um indivíduo de visão, que obtém lucro através de oportunidades e assumindo os riscos do negócio (apud Soares, D.J et. al, 2007).

Para Hisrich e Peters (2004) os empreendedores são conhecidos pelos seus fortes valores e aspirações profissionais, pelas vastas jornadas de trabalho, pelo seu estilo administrativo dominante e tendem a apaixonarem-se pela organização e renunciam a quase tudo para garantir a sua sobrevivência.

O avanço tecnológico, a elevada competitividade na economia, os meios de produção e serviços sofisticados, são fatores que determinam elevado número de empreendedores. São os empreendedores que eliminam barreiras comerciais e culturais, globalizando e renovando os conceitos económicos, criando novos empregos e novas relações de trabalho, quebrando paradigmas e são geradores de bens e riqueza para a sociedade (Dornelas, 2005)

No século XVII o termo empreendedor era utilizado para descrever uma pessoa que assumia a responsabilidade de dirigir uma ação militar. No final do século XVII e início do século XVIII o termo passou a ser usado para definir uma pessoa que “criava e conduzia projetos, ou criava e conduzia empreendimentos” (Filion: 1999, p.18).

Para Domingues (2002) a criação de empresas depende de dois grupos de fatores:

1. O comportamento do empreendedor, que resulta:

- Componentes cognitivos, isto é, a ideia de negócio;
- Componentes emocionais, isto é, o desejo de se tornar empreendedor;
- Componentes comportamentais, que resultam dos seus traços de personalidade;
- Fatores sociodemográficos, como:
 - Género;
 - Educação;
 - Valores;
 - Antecedentes familiares;
 - Cultura.

2. Fatores ambientais, como:

- Desemprego;
- Existências de novas oportunidades;
- Capacidades que o empreendedor apreendeu;
- Ambiente institucional propício e incentivador ou não para os empreendedores.

Para este autor, a criação da nova empresa resulta de fatores intrínsecos ao perfil do empreendedor e, também, de fatores ambientais.

Empreendedores são pessoas especialistas em perceber e interpretar necessidades e problemas, capazes de idealizar soluções, de transformar sonhos e ideais em realidade, de inovar e correr riscos.

Stephenson (2009) concluiu que independentemente da definição de sucesso existe um grande número de características comuns que são partilhadas por empreendedores de sucesso.

Brian Tracy (2005) define empreendedor como alguém que aceita o risco de criar, modificar ou melhorar algo que dê lucro, alguém que procura oportunidades para gerir lucros satisfazendo necessidades por preencher.

O papel do empreendedor sempre foi importante na sociedade, mas atualmente poderá afirmar-se que é a era do empreendedor, com o empreendedorismo a ser apoiado por instituições educacionais, pelos governos, pela sociedade e corporações (Hisrich e Peters, 2004).

2.3 Empreendedorismo em Portugal

Quando analisamos os dados estatísticos sobre o empreendedorismo em Portugal, verifica-se que o nosso país encontra-se nos últimos lugares. As razões são variadas: culturais, medo de correr riscos, pessimismo, falta de formação e educação, são alguns dos fatores que contribuem para Portugal ser um dos países com um claro défice no que concerne ao espírito empreendedor (Neves, C., 2012).

Os estudos publicados em Portugal sobre o empreendedorismo, os desempregados e a criação de empresas não são em grande número. O empreendedorismo sempre existiu, em todos os que procuram ir mais além e que transformam os desejos em realidade com as suas próprias mãos. Os portugueses sempre foram, de uma forma ou de outra, empreendedores, sendo que cada vez mais terão necessidade de o ser. O empreendedorismo é um excelente veículo para fomentar o bem-estar económico e social.

No que concerne à cultura de risco os portugueses não são muito diferentes dos outros povos, mesmo daqueles que mais se afastam de nós em termos culturais e civilizacionais. Todos os indivíduos partilham os mesmos instintos, desde os de mera sobrevivência até aos de realização pessoal. Todos correm mais ou menos riscos.

A História de Portugal contém dados suficientes para mostrar que o povo português cumpriu e, continua a cumprir a sua quota-parte de coragem para enfrentar desafios: na formação da nação; nos descobrimentos; na diáspora portuguesa e no empreendedorismo.

Desde a Segunda Guerra Mundial, Portugal assistiu cenários muito prósperos, chegando a ultrapassar o crescimento económico europeu. O alargamento à CEE

(Comunidade Económica Europeia) que provocou mudanças, a adesão ao Euro num mercado aberto e globalizado à escala mundial, introduziram alterações profundas e marcantes em Portugal (Pereira, 2011).

Sardinha e Carvalho (2003) no seu estudo compararam países como Portugal, Espanha e os Países do chamado Grupo de Viségrad (Polónia, República Checa, Hungria e Eslováquia) quanto às condições estruturais para o empreendedorismo, concluindo que é na educação e na formação que aqueles países, que entraram na União Europeia (UE) em 2004, têm vantagens sobre os portugueses (cit. in Gaspar, 2010).

Apostar no ensino do empreendedorismo cria alunos e até cidadãos mais capazes de enfrentar e vencer desafios. Vários estudos indicam uma ligação entre o empreendedorismo e a vontade de estabelecer e atingir objetivos, assim como a crença na própria capacidade de controlar o destino (Martinez, A., Levie, J., Kelley D., Saemundsson, R e Schott, T., 2010)

Segundo Gaspar (2010) e em face da escassez de estudos realizados em Portugal sobre o empreendedorismo, procurou-se razões para esclarecer porque é que a criação de empresas não é homogénea em todo o país.

Foram recolhidas informação junto do INE sobre a criação e encerramento de empresas, verificando-se claramente que o país está concentrado em Lisboa e Porto e como esta concentração tende a crescer, em virtude de as taxas de crescimento serem mais altas onde existem mais empresas.

2.3.1 Quem são os Empreendedores Portugueses?

Os empreendedores portugueses são na sua maioria jovens e do género masculino. A idade mais frequente dos empreendedores é de 30 anos, sendo que a média é de 37 anos. Mais de metade dos novos empreendedores (52,4%) tem 35 anos ou menos e cerca de 79,1% têm 45 anos ou menos. Os indivíduos de 65 ou mais anos de idade representam 1,7% do total (Observatório da Criação de Empresas – agosto de 2008).

Apesar de jovens, os empreendedores portugueses tendem a ser profissionais com grande experiência de trabalho, cerca de 2/3 tem mais de 10 anos de tempo de trabalho, ao qual se associa um elevado nível de habilitações académicas, cerca de mais de 40% frequenta a universidade, e 3/4 destes concluíram uma licenciatura ou uma pós-graduação, mestrado ou doutoramento (Observatório da Criação de Empresas – agosto de 2008).

Por setor de atividade, constata-se que no setor de serviços, a maioria dos empreendedores, tem no mínimo frequência universitária. No setor financeiro é de 45,5%, nas atividades imobiliárias de 54,7%, nas empresas de informática e similares é de 58,5%, no

ensino e investigação é de 61,9%, nos serviços de consultadoria e de serviços às empresas é de 73,2%, e na saúde e serviços sociais de 75%. Por sua vez, no setor dos transportes e comunicações, 57,9% têm no máximo o 9º ano, na construção 55,2%, indústria transformadora 54,9% e hotelaria e restauração cerca de 47,4% (Observatório da Criação de Empresas – agosto de 2008).

No que concerne ao género, constata-se que nos sectores de serviços, intermediação financeira, atividades imobiliárias, ensino e investigação, da saúde e serviços sociais, a proporção de homens e de mulheres é muito semelhante. No setor da construção, entre outros, predomina o género masculino (Observatório da Criação de Empresas – agosto de 2008).

As mulheres tendem a ter níveis académicos mais elevados do que os homens. Os empreendedores do género masculino, apenas 35,4% frequentaram o ensino secundário, sendo que 50,6% são do sexo feminino (Observatório da Criação de Empresas – agosto de 2008).

Também existem diferenças significativas nas faixas etárias. Verifica-se que, cerca de 42,2% dos empreendedores com mais de 45 anos possuem habilitações iguais ou inferiores ao 9º ano de escolaridade, face a 32,3% de indivíduos com frequência universidade, licenciatura ou pós-graduação. Os empreendedores com 35 anos ou menos, já possuem na sua maioria no mínimo o ensino superior (44,8%), sendo de 26,5% os empreendedores que têm somente o ensino obrigatório (Observatório da Criação de Empresas – agosto de 2008).

Os empreendedores do género feminino são na sua maioria, mais jovens que os do género masculino, sendo a sua idade média é de 35 anos, e a dos seus congéneres masculinos de 38 anos. Cerca de metade dos empreendedores do género masculino têm 35 anos ou menos (48,8%), e de 60,6% nas mulheres (Observatório da Criação de Empresas – agosto de 2008).

No que concerne as faixas etárias mais elevadas, as maiores habilitações tendem a ser mais frequentes nos homens, cerca de 34,9% dos homens têm, no mínimo, frequência universitária, ao passo que apenas 23% das mulheres possuem esse nível mínimo de habilitações, enquanto nos escalões etários mais jovens, a situação se inverte, sendo de 38,4% para os empreendedores do género masculino com menos de 36 anos que frequentou, pelo menos, o ensino superior, e de 56,4% no caso do género feminino na mesma faixa etária (Observatório da Criação de Empresas – agosto de 2008).

Numa breve análise, verifica-se que, o perfil dos empreendedores portugueses são maioritariamente do sexo masculino, no grupo etário dos 36-45 anos, com habilitações literárias ao nível do 9º ano de escolaridade.

2.3.2 Os Responsáveis pela Implementação e o seu Papel (Os Atores, as Entidades Públicas, as Entidades Privadas)

Há diferentes variáveis e atores no ensino, que exercem um papel fundamental para a qualidade do mesmo. Fatores culturais e o nível do desenvolvimento económico, assim como as próprias políticas governamentais, podem afetar a natureza e impacto do ensino (Martínez et al, 2010).

As autoridades públicas, órgãos com a tutela da política educativa e da economia e emprego em Portugal, o Ministério da Educação e da Ciência, e o Ministério da Economia e do Emprego, devem através das suas políticas e legislação, estimular as iniciativas empreendedoras, como solução de sustentabilidade para o crescimento da economia e para o combate ao desemprego. Deverão também estimular a «cooperação entre os estabelecimentos de ensino e a comunidade local, especialmente as empresas» (Comissão Europeia, 2006).

Ao Ministério da Educação e da Ciência compete, tomar a iniciativa de promover a educação para o empreendedorismo através das escolas, dos seus diretores e dos docentes. Garantir que o ensino do empreendedorismo seja transversal às várias fases e instituições do sistema de ensino, tanto no ensino básico, como no secundário, no profissional ou no ensino superior.

No que concerne ao Ministério da Economia e do Emprego compete, através dos seus serviços, garantir aos desempregados programas de ensino sobre empreendedorismo e formação pragmática ao nível da criação e gestão de uma empresa, apoiando a criação do próprio emprego, na vez da procura de emprego (Comissão Europeia, 2006).

O IEF, IP., reconhece há muito a importância da conexão entre o processo de criação de empregos e da revitalização do tecido económico e social, desenvolvendo várias medidas de apoio técnico e financeiro à criação do próprio emprego ou empresa.

As entidades privadas, também devem ter um papel fundamental, no ensino do empreendedorismo. As parcerias entre o setor público e o privado são essenciais para o desenvolvimento da educação para o empreendedorismo, podendo as instituições privadas funcionar como facilitadoras no processo de indução da realidade empresarial nos estabelecimentos de ensino.

Também as associações empresariais devem intervir, promover e dinamizar a criação de sinergias entre as empresas e os estabelecimentos de ensino. Devem sensibilizar as empresas para a realização de iniciativas de responsabilidade social corporativo (RSC) que motivem mais indivíduos de negócios a tornar parte na educação para o empreendedorismo e

incentivar tanto os empreendedores jovens como os detenham já experiência a envolverem-se na educação do empreendedorismo como exemplos a seguir (Comissão Europeia, 2009).

A Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE) tem um papel pioneiro e muito importante na divulgação do espírito empresarial em Portugal. Há bastante tempo que esta associação promove várias iniciativas que procuram divulgar e fomentar o espírito empreendedor entre os portugueses, através da realização de eventos nas escolas e na feira do empreendedor.

As incubadoras de empresas têm um papel importante no fomento do desenvolvimento de ideias de negócio. Os empreendedores desenvolvem os seus projetos enquanto estão instalados na pré-incubadora e no final do período estas decidem se possuem ou não condições para criar a sua empresa.

Em Portugal existem várias redes de incubadoras: os Business Incubation Centers (BIC), os ninhos de empresas, as incubadoras criadas pela ANJE, os Centros de Apoio à Criação de Empresas (CACE) do IEFP e várias incubadoras privadas (Gaspar, 2010).

Existem também em Portugal, empresas de apoios á criação do próprio emprego ou empresa: Centros de Formalidades de Empresas; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI); Associação Empresarial de Portugal (AEP); Associação Industrial Portuguesa (AIP); Associação Nacional das Empresárias (ANE) e a União das Associações Empresariais da Região Norte (UERN) (www.iefp.pt).

Os Nichos de Empresas têm como objetivo promover o empreendedorismo a nível local e regional, proporcionando a novas empresas, nos primeiros anos de funcionamento, um espaço físico para o exercício da sua atividade (www.iefp.pt).

3. Desenvolvimento/ Aplicação

3.1 A interação entre o Empreendedorismo, o Desemprego a Criação do Próprio Emprego

Atualmente o empreendedorismo deixa de ser olhado numa lógica verticalizada, assumindo um caráter de transversalidade, defendendo-se a sua presença em todos os programas educativos e formativos, como um conjunto de conceitos, métodos e instrumentos que estão relacionados com a criação de novas empresas ou organizações, num novo paradigma, onde o sistema educativo/formativo já não preparam para o trabalho por conta de outrem, mas para o exercício de uma atividade profissional, independentemente da sua natureza.

O espírito empresarial é o motor da inovação, da competitividade, da criação de emprego e na alavancagem do crescimento. Contribui para que as ideias inovadoras se transformem em iniciativas empresariais com sucesso e pode emergir o potencial individual, no sentido de levar os indivíduos a criarem o seu próprio emprego.

A relação entre o desemprego e o empreendedorismo surge no ano de 1943 pelo autor Oxenfeldt, referenciado em (Audretsch, Carree e Thurik, 2001), onde referiu que os indivíduos confrontados com o desemprego e com poucas probabilidades de retorno ao mercado de trabalho poderiam eventualmente encontrar no autoemprego, uma alternativa viável.

Segundo Audretsch et al. (2001), os indivíduos tomam uma decisão em função do estado em que se encontram: desemprego, próprio emprego e emprego. Deste modo, o contributo foi de clarificar o relacionamento entre a atividade empresarial empreendedora e o desemprego, ao evidenciar o funcionamento de um efeito “refúgio”, numa parceria positiva entre o desemprego e o empreendedorismo, sendo que o aumento do desemprego estimula o empreendedorismo, funcionando como um “push fator”.

Segundo Audrestsch e Keilbach (2004) definir o termo empreendedorismo implica considerar dois critérios: o primeiro diz respeito ao estado do conhecimento e a capacidade dos indivíduos em reconhecerem as oportunidades económicas existentes no mercado de trabalho, podendo ser concretizadas com a criação de uma nova empresa; o segundo, no comportamento económico e na criação da nova empresa, de maneira a conciliar o valor económico ao conhecimento.

Para Moreira (2007) as pequenas empresas são importantes para a economia. Esta é uma ideia que representa as vantagens competitivas inerentes à pequena dimensão das

empresas, como a flexibilidade, a rapidez de decisão, a desconcentração burocrática e a capacidade de inovação.

O Governo e os Parceiros Sociais entendem que a promoção de crescimento económico e conseqüente criação de emprego sustentável pressupõe a definição clara de um conjunto de linhas orientadoras de ação e de medidas que contribuam de forma decisiva para o reforço dos fatores de competitividade da nossa economia.

A criação de novas empresas cria vantagens que passam pelo investimento na economia, criação de emprego, promove a competitividade e o desenvolvimento de ferramentas de negócio inovadoras. Por isso, e principalmente nos últimos anos, o empreendedorismo tem sido alvo de maior atenção por parte dos governos e das suas políticas.

Para Gaspar (2010) alguns indivíduos criam a própria empresa porque estão motivados pela oportunidade que identificam, assim como, pela possibilidade de serem empresários. São assim, «puxados» pelo mercado e pela sociedade para o empreendedorismo (pull). Outros indivíduos criam a sua empresa como forma de saída ao desemprego ou à possibilidade de caírem no desemprego, são assim, «empurrados» pela vida para o empreendedorismo (push), neste caso, o apoio do estado, através do IEF, IP., tem sido fundamental, à semelhança do que acontece noutros países.

O empreendedorismo é um conceito cada vez mais em voga, nos variados domínios, como a educação, a formação, o emprego ou o desenvolvimento económico. A criação do próprio emprego, por parte de pessoas desempregadas, é vista como uma solução para o problema estrutural do desemprego, perante uma enorme dificuldade de reinserção na vida ativa como trabalhador por conta de outrem, que apelava a diversas competências e à capacidade criativa de cada indivíduo.

Portugal tem registado, nas últimas décadas uma demografia empresarial bastante dinâmica. O número de novas empresas criadas tem sido substancial. A grande maioria são microempresas, empresas com menos de 10 colaboradores. A atividade destas empresas, algumas das vezes é motivada por razões de subsistência dos seus promotores. É o chamado “empreendedorismo de subsistência”, empreendedores que o são mais por necessidade do que por vocação, conhecimento ou visão empresarial, ou seja, todos aqueles que criaram o seu negócio porque não existia outras fontes de rendimento nem perspetivas de poder vir a ter, devido às dificuldades de entrada ou permanência no mercado de trabalho. O empreendedorismo de sobrevivência é significativo; o de afirmação de projetos é limitado (Godinho, M., 2007).

Este tipo de empreendedorismo é louvável, embora esteja longe de contribuir decisivamente para a competitividade e desenvolvimento da nossa economia. Apesar disto, tem uma função social que não é nada digno de desprezo. Segundo o relatório da Rede Nacional de Centros de Formalidades das Empresas (CFE), em 2007, os desempregados são um grupo com algum peso entre os empreendedores portugueses.

A importância do empreendedorismo na criação de emprego é que, os empreendedores criam mais postos de trabalho do que as empresas instaladas, em termos relativos e em termos absolutos (Gaspar, 2010).

O estudo analisado pelos autores Reynolds, Storey e Westhead (1994) estima que tanto nos E.U.A. assim como na Suécia, cerca de metade dos empregos criados ao longo de um período de seis anos se deveram às pequenas e médias empresas (PME) criadas nesse período (cit. in Gaspar, 2010).

Baptista e Thurik (2004) no seu estudo na relação entre a criação de novas empresas e o desemprego, em Portugal, concluíram que essa relação é pouco significativa e decorre com um desfasamento temporal mais alargado do que na média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (cit. in Gaspar, 2010).

Baptista, Escária e Madruga (2004) encontraram evidência empírica comprovada de que a criação de novas empresas tem efeitos diretos na criação de emprego, assim como também tem efeitos indiretos, através do aumento da concorrência, da inovação e da eficiência (cit. in Gaspar, 2010).

A criação de empresas por pessoas desempregadas através de processos de autoemprego será um caminho cada vez mais a ser percorrido.

A melhoria contínua do ambiente de negócios é essencial para captar novos investidores e em gerar novos projetos de empresas já criadas em Portugal. Muitos investidores e empresas veem, com alguma frequência, dificuldades na sua ação em resultado de leis e praticas administrativas desajustadas às necessidades de uma economia moderna e dinâmica, com impacto negativo na geração de riqueza e na criação de emprego.

Segundo os relatórios do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), promover o empreendedorismo e a dinâmica empreendedora de um país devia ser uma componente da ação por parte de qualquer governo que pretenda fomentar o crescimento económico e o desenvolvimento social (cit. in Gaspar, 2010).

A Comissão Europeia, no seu livro verde sobre o empreendedorismo na Europa (2003), concluiu que os países com maior número das taxas de iniciativa empresarial tendem a ter maior decréscimo subsequente das taxas de desemprego, assim como o «espírito

empresarial» contribui para o crescimento económico e para reforçar a coesão económica e social de regiões menos desenvolvidas e na estimulação da atividade económica, a criação de emprego e a integração dos desempregados no mercado do trabalho (cit. in Gaspar, 2010).

Da literatura analisada, podemos concluir que, o perfil do empreendedor, suas características sociodemográficas, de formação e de ambiente, no processo de criação de empresas, através da criação do próprio emprego, é importante, pelo que considera estas três variáveis, no modelo adoptado no estudo empírico.

3.2 Desemprego em Portugal

O desemprego parece ser o culminar de toda a instabilidade que se vive atualmente no mercado de trabalho. É um dos principais problemas da atual sociedade, que afeta alguns indivíduos e, que constitui em simultâneo uma ameaça para outros, e por isso, tem sido o centro das preocupações dos nossos governantes (Freire, 2001).

A questão do desemprego em Portugal tem sido notícia de abertura nos noticiários televisivos e nas páginas de jornais e revistas mais ou menos especializados. É por isso, uma preocupação social, uma necessidade sentida por todos nós, onde se exige uma solução que minimize as consequências que lhe estão inerentes.

O conceito desemprego é relativamente recente na nossa sociedade, surge no século XIX. Em 1870 na França, o termo francês *chômage* (desemprego) começa a ser aplicado a trabalhadores involuntariamente privados do seu trabalho. Nesta época o desemprego parece ser a suspensão pura e simples do trabalho.

Em Portugal, o desemprego surgiu principalmente a partir de 1974, devido às reformas que vieram transformar a estrutura do sistema económico e social e consequentemente o sistema de emprego (Rodrigues, 1996).

Desemprego é definido pelo IEFP, IP., todo o candidato inscrito num Centro de Emprego (CTE), que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível, e tem capacidade para o trabalho.

Segundo o IEFP, IP., desempregado é todo o candidato inscrito num Centro de Emprego (CTE), que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e possui capacidade para o trabalho. Como imediatamente disponível compreende-se o compromisso do candidato aceitar um posto de trabalho no prazo máximo de 15 dias a contar do momento da inscrição (após este período, a aceitação do posto de trabalho tem que ser imediata). Com capacidade para ocupar um posto de trabalho considera-se o candidato que demonstre possuir aptidões para o exercício de uma

atividade profissional, nomeadamente a inexistência de incapacidade por doença. Os desempregados podem ser classificados como desempregados à procura do 1º emprego (pessoa que nunca teve um emprego) ou desempregados à procura de novo emprego (pessoa que já teve um emprego).

Freyssinet, J. (1998) no seu livro “Le chômage: la découverte” defende que o surgimento do desemprego pressupõe várias condições:

- O desemprego implica um corte entre tempo de trabalho social, com o objetivo de procurar uma remuneração, e tempo de trabalho privado ou doméstico, destinado à satisfação direta das necessidades familiares, isto é, o desemprego tem uma função social e psicológica que faz parte, para além da economia que lhe é globalmente atribuída;

- O desemprego não é um ócio, nem o desemprego deve ser visto como um “preguiçoso” ou um peso social, mas como alguém que, em certo contexto socioeconómico, não consegue, pelos vários motivos (algumas das vezes alheios a si próprio), um lugar produtivo na sociedade;

- O desemprego supõe que o trabalho social seja objeto de uma troca económica, isto é, que o trabalhador venda o seu trabalho a um empregador, o que nos faz refletir nas consequências económicas diretas do desemprego, sempre ligadas a outras alterações na vida do indivíduo;

- O desemprego nasce com a generalização do assalariado, ou seja, o trabalhador não tem à mão outra possibilidade de participação no trabalho social, não possui fonte de rendimento, que a obtenção de um trabalho assalariado. A participação social está, por isso, intimamente ligada ao trabalho.

O desemprego é uma consequência da sociedade que fomos construindo ao longo do tempo, um consumo, por isso, da organização social em que vivemos.

A falta de emprego é um dos principais problemas sociais e humanos de Portugal e do Mundo, e um dos mais difíceis de resolução numa época de profunda transformação.

Wilkinson (1999) defende que as políticas em relação ao desemprego deveriam responder a três objetivos fundamentais:

1. Prevenir o desemprego e a insegurança no trabalho;
2. Reduzir as dificuldades vividas pelos desempregados;
3. Restituir os trabalhos seguros às pessoas.

Assim, estes objetivos proporcionariam aos desempregados a reinserção no mercado de trabalho, evitando o afastamento de determinado contexto social.

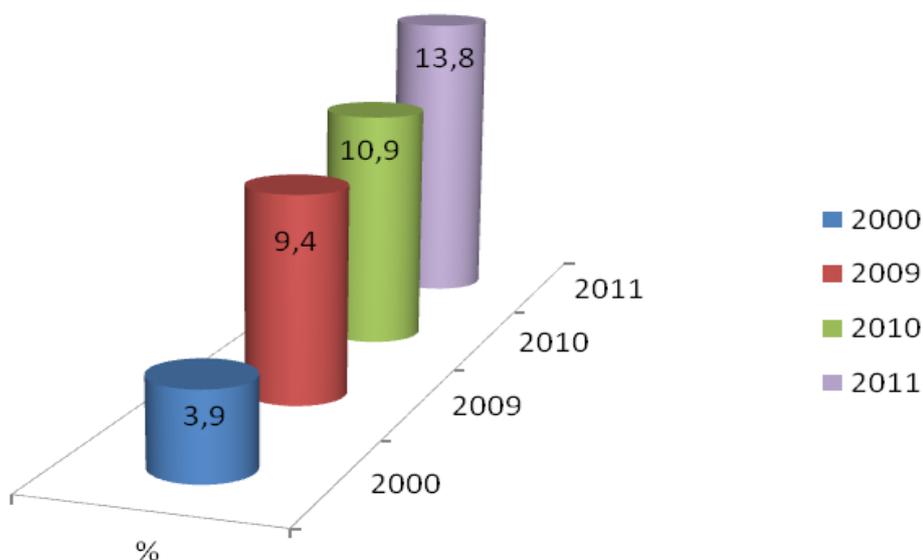
São conhecidas as dificuldades que o país atravessa no que concerne ao emprego. Os indivíduos com mais de 40 anos e os jovens à procura do primeiro emprego são os que mais sofrem com esta situação. Há uns anos atrás, os detentores de uma licenciatura, abria automaticamente as portas do mercado de trabalho, atualmente já não se verifica esta situação, subsistindo mesmo situações em que se torna mais fácil para um indivíduo não licenciado encontrar uma ocupação profissional, ainda que pouco motivadora do ponto de vista financeiro, do que para o jovem licenciado.

Segundo Teixeira (2012) o desemprego galopante que se vive atualmente em Portugal, com indicadores a registar a perda diária de emprego de 800 pessoas. Neste cenário e a confirmarem-se este número elevado de desempregados, dentro de um ano veríamos ultrapassado a barreira de um milhão de desempregados oficiais e, mais de cerca de duzentos mil não declarados oficialmente.

As consequências sociais em Portugal na última década, quanto à evolução do desemprego, são preocupantes. A taxa de desemprego que era de 3,9% em 2000 atingiu os 9,4% em 2009, os 10,9 % em 2010 e os 13,8% em 2011 (gráfico 1).

Efetivamente, os últimos dados estatísticos indicam um agravamento da taxa de desemprego em Portugal. Portugal é também dos Estados membros que apresenta uma das maiores taxas de desemprego jovem (IEFP, IP, 2012).

Gráfico 1 – Evolução da taxa de desemprego, situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do INE.

No final de 2009, estavam inscritos 504 775 desempregados nos Centros de Emprego do Continente. A região Norte apresenta o número mais significativo 228 494 representando 45,3% do total de desempregados, seguido da região de Lisboa e VT com 154 627 que representa 30,6% de desempregados inscritos, o Centro com 74 346 que representa 14,7% de desempregados inscritos, o Algarve com 25 602 que representa 5,1% de desempregados inscritos e o Alentejo com 21 706 que representa 4,3% do total de desempregados registados (quadro 1).

No período homólogo de 2010, estavam inscritos 519 888 desempregados nos Centros de Emprego do Continente, verificando-se um aumento de 3,0% em comparação com o período homólogo, resultando assim num acréscimo anual de 15 113 registos. A região Norte continua a registar o número mais significativo com 234 169 representando 45,0% do total de desempregados, seguido da região de Lisboa e VT 160 618 que representa 30,9%, o Centro com 73 949 que representa 14,2%, o Algarve com 28 298 que representa 5,4% e o Alentejo com 22 854 que representa 4,4% do total de desempregados registados (quadro 1).

No final de dezembro de 2011, o desemprego registado no continente atingia 576 383 indivíduos, verificando-se um aumento de 10,9% comparando com período homólogo de 2010, resultado de um acréscimo anual de 56 495 registos.

A região Norte continua a registar o número mais significativo com 254 514 representando 44,2% do total de desempregados, seguido da região de Lisboa e VT 182 151 que representa 31,6%, o Centro com 82 231 que representa 14,3%, o Algarve com 31 658 que representa 5,5% e o Alentejo com 25 829 que representa 4,5% do total de desempregados inscritos (quadro 1).

Comparando o final do ano de 2009, 2010 e 2011, verifica-se que todas as regiões do Continente registaram aumentos anuais do desemprego, com exceção na região Centro, que em 2010 sofreu uma diminuição face ao período homólogo de 2009. A região que apresentou o crescimento percentual mais significativa na estrutura do desemprego, no Continente, no final de cada ano foi a região Norte, seguida da região de Lisboa VT.

Lisboa VT foi a região que apresentou um acréscimo mais significativo em 2011, comparado com o período homólogo de 2010, com +13,4%, seguido por ordem decrescente a região do Alentejo +13,0%, o Algarve +11,9%, o Centro +11,2% e o Norte +8,7% (quadro 1).

Quadro 1 – Evolução do desemprego registado, no Continente, por Região

Situação no fim do ano

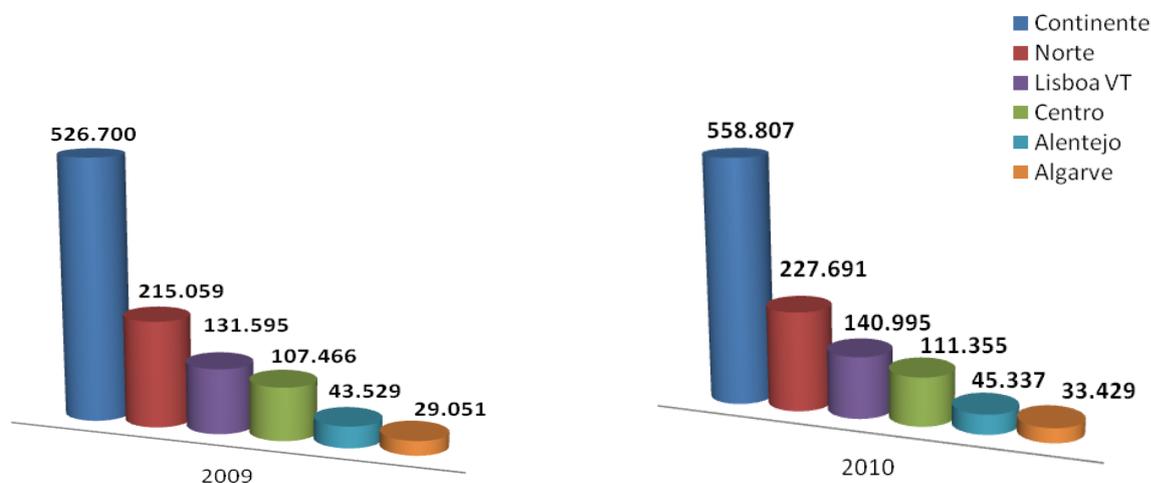
							Variação %	
	2009	%	2010	%	2011	%	2010/2009	2011/2010
Continente	504 775	100,0	519 888	100,0	576 383	100,0	+ 3,0	+ 10,9
Norte	228 494	45,3	234 169	45,0	254 514	44,2	+ 2,5	+ 8,7
Centro	74 346	14,7	73 949	14,2	82 231	14,3	-0,5	+ 11,2
Lisboa VT	154 627	30,6	160 618	30,9	182 151	31,6	+ 3,9	+ 13,4
Alentejo	21 706	4,3	22 854	4,4	25 829	4,5	+ 5,3	+ 13,0
Algarve	25 602	5,1	28 298	5,4	31 658	5,5	+ 10,5	+11,9

Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

Quanto aos beneficiários de prestações de desemprego, no final de 2009, estavam inscritos no Continente 526 700 desempregados. A região Norte apresenta o número mais significativo 215 059, seguido por ordem decrescente a região de Lisboa VT com 131 595 desempregados, a região Centro com 107 466, a região do Alentejo com 43 529 e a região do Algarve com 29 051 desempregados inscritos (gráfico 2).

No período homólogo de 2010, no Continente, estavam registados 558 807 beneficiários de prestações de desemprego, a região Norte continua a registar o maior número de inscritos 227 691, seguido por ordem decrescente a região de Lisboa VT 140 995, a região Centro com 111 355, a região do Alentejo com 45 337 e a região do Algarve com 33 429 beneficiários de prestações de desemprego (gráfico 2).

Gráfico 2 – Caracterização dos beneficiários de prestações de desemprego, no continente - situação no fim do ano



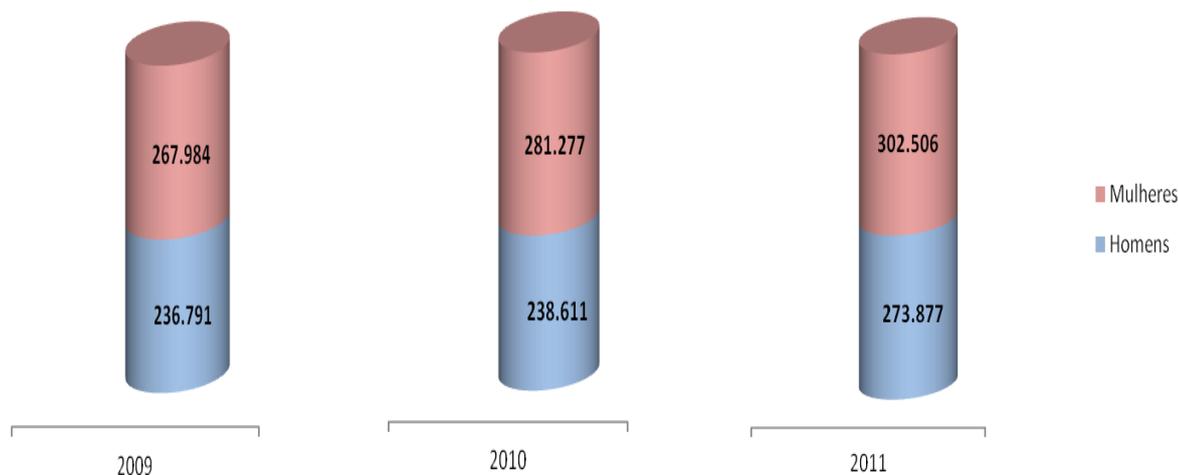
Fonte: Própria adaptada segundo dados do INE.

O desemprego registado nos CTE, no Continente, no final de 2009, 53,1% (267 984) dos desempregados pertencia ao género feminino e 46,9% (236 791) ao género masculino. As mulheres representam a maioria dos desempregados (gráfico 3).

No período homólogo de 2010, o desemprego registado no Continente, as mulheres continuam a registar a taxa mais elevada 54,1% (281 277) dos desempregados e os homens a taxa é de 45,9% (238 611) desempregados registados (gráfico 3).

O desemprego registado nos CTE no Continente no fim de 2011, 52,5% (302 506) dos desempregados era do género feminino e 47,5% (273 877) do masculino. As mulheres continuam a representar a maioria dos desempregados inscritos (gráfico 3).

Gráfico 3 – Caracterização dos desempregados, no Continente, segundo o género
Situação no fim do ano



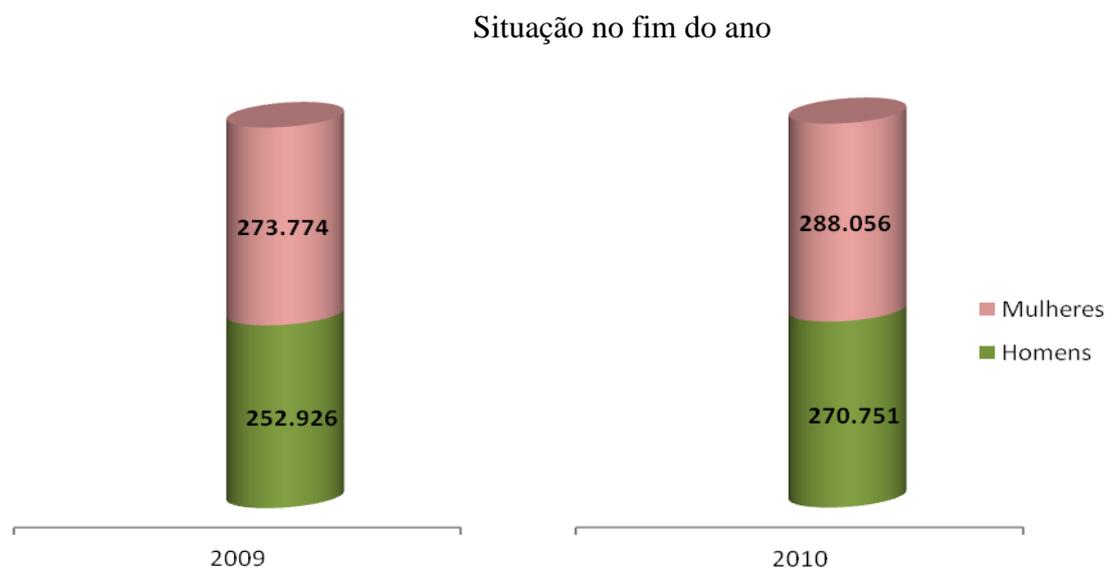
Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEF, IP.

Numa breve análise no período de 2009-2011, no Continente, dos desempregados registados, verifica-se que a taxa percentual das mulheres (53,23%) é maioritariamente superior à taxa percentual dos homens (46,77%).

Os beneficiários de prestações de desemprego, registados no Continente, no final de 2009, pertencem maioritariamente a indivíduos do género feminino e 51,98% (273 774) e 48,02% (252 926) a indivíduos do género masculino (gráfico 4).

No período homólogo de 2010, no Continente, os beneficiários de prestações de desemprego, continua a pertencer maioritariamente a indivíduos do género feminino 51,54% (288 056) e 48,45% (270 751) pertencem ao género masculino (gráfico 4).

Gráfico 4 – Caracterização dos beneficiários de prestações de desemprego, no Continente, segundo o género



Fonte: Própria adaptada segundo dados do INE.

Numa breve análise, no período de 2009-2010, no Continente, quanto ao perfil dos beneficiários de prestações de desemprego, verifica-se que pertence maioritariamente a indivíduos do género feminino 51,76% (561 830) e 48,24% (523 677) a indivíduos do género masculino (gráfico 5).

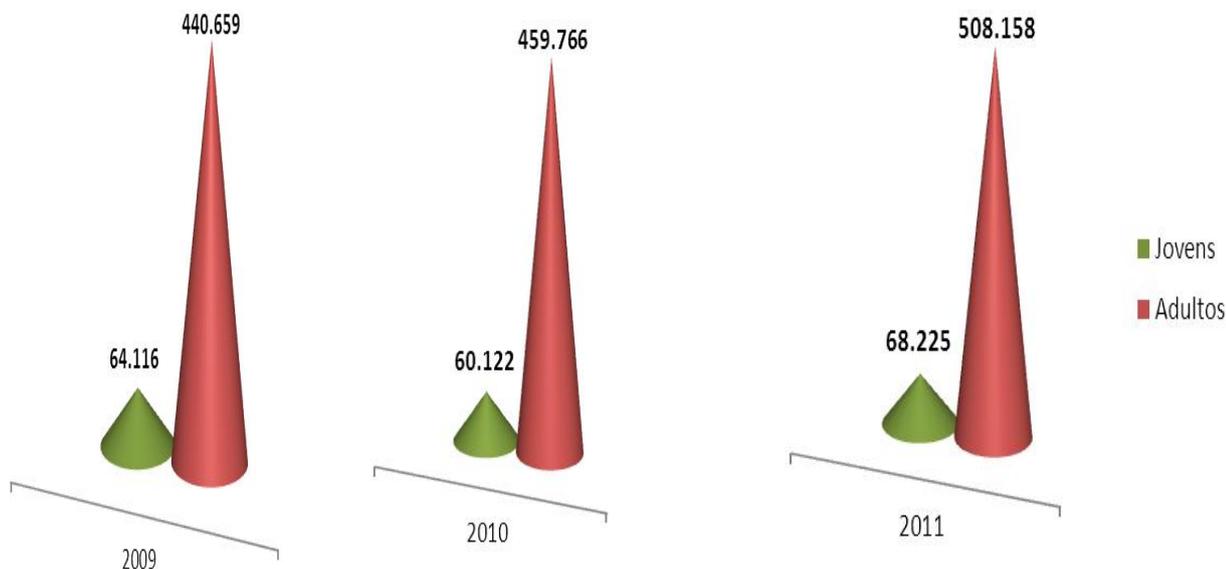
A nível etário no final de 2009, no Continente, os adultos desempregados registam um maior número de inscritos 440 659 (87,3%) em relação aos jovens 64 116 (12,7%) (gráfico 3).

No final de 2010, os adultos desempregados continuam a registar um maior número de inscritos 459 766 (88,4%), em relação aos jovens 60 122 (11,6%). Os adultos desempregados registaram +4,3% e os jovens desempregados -6,2%, em relação ao período homólogo de 2009 (gráfico 5).

No período homólogo de 2011, os adultos desempregados registam um maior número de inscritos 508 158 (88,2%) e os jovens 68 225 (11,8%). Comparando com o ano anterior, o desemprego aumentou nos adultos desempregados 10,5% e nos jovens desempregados 13,5%, com mais 48 392 adultos e mais 8 103 jovens desempregados (gráfico 5).

Gráfico 5 – Caracterização dos desempregados, no Continente, segundo o género

Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IIEFP, IP.

Analisando o período de 2009-2011, verifica-se que os desempregados adultos (87,98%) são maioritariamente superiores aos desempregados jovens (12,02%) inscritos.

O escalão etário 35-54 anos reúne o maior volume de desempregados registados no final de 2009 (229 054) representando 45,4% do total de desempregados inscritos no Continente. Os jovens com menos de 25 anos são o grupo etário com menor crescimento anual 12,7% (64 116) de desempregados. O grupo etários dos 25-34 anos representa 23,7% (119 441) do total de desempregados e o do grupo etário dos 55 e mais anos representa 18,3% (92 164) do total dos desempregados inscritos (gráfico 6).

No período homólogo de 2010, o escalão etário dos 35-54 anos continua a registar um maior número de desempregados inscritos 243 272 (46,8%), seguido por ordem decrescente dos 25-34 anos com 118 217 (22,7%) desempregados inscritos, com 55 e mais anos 98 277 (18,9%) desempregados inscritos e com menos de 25 anos 60 122 (11,6%) desempregados inscritos (gráfico 6).

Na análise da variação de 2010/2009, verifica-se que o grupo etário dos 55 e mais anos registou o maior crescimento da taxa +6,6%, seguido dos indivíduos dos 35-54 anos +6,2%. O grupo dos indivíduos até 25 anos registou -6,2%, bem como indivíduos dos 25-34 anos -1%.

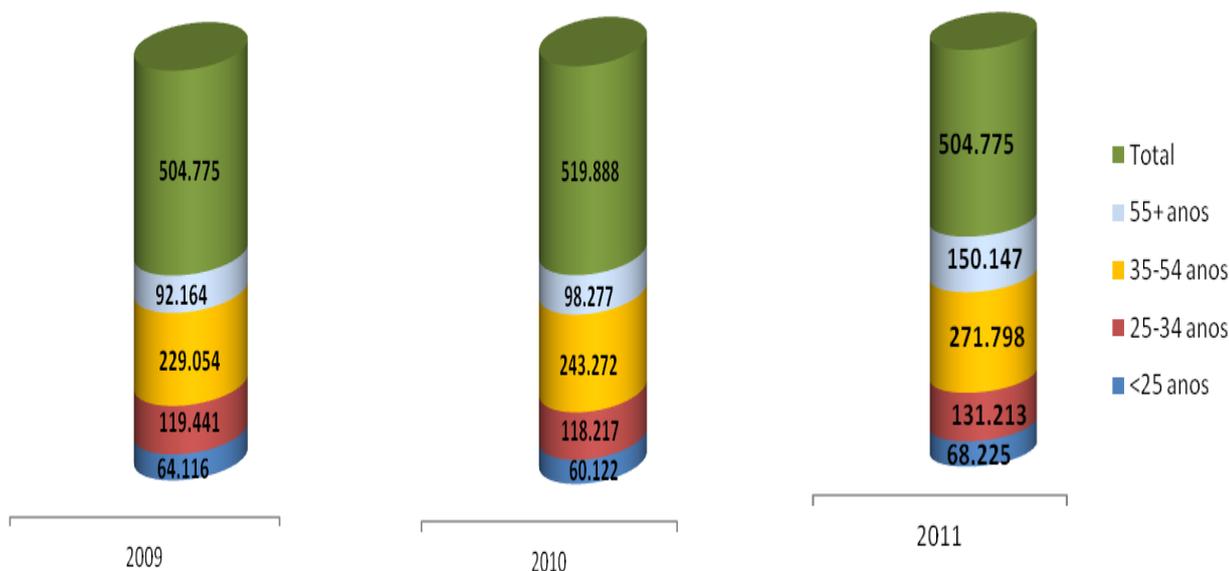
A maioria dos desempregados registados, no final de 2011, tinha entre 35 e 54 anos, representava 47,2% (271 798) do total de desempregados inscritos no Continente. Todos os escalões etários aumentaram o seu volume de desemprego, (ao contrário do período homólogo em que se registaram reduções de desempregados nos dois primeiros escalões), em especial para os jovens +13,5% desempregados inscritos (gráfico 6).

No final de 2011, o grupo etário dos 35-54 anos continua a registar a maior taxa percentual 47,2% (271 798), seguido por ordem decrescente o grupo etário dos 55 e mais anos 18,2% (150 147), dos 25-34 anos 22,8% (131 213) e com 11,8% (68 225) até aos 25 anos, de desempregados inscritos (gráfico 6).

Na análise da variação de 2011/2010, verifica-se que o grupo etário até aos 25 anos foi o que registou um aumento mais elevado +13,5%, seguido por ordem decrescente, indivíduos dos 35-54 anos +11,7%, o grupo etário dos 25-34 anos +11,0% e com 55 e mais anos +7,0%.

Gráfico 6 – Caracterização dos desempregados, no Continente, segundo o grupo etário

Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP.

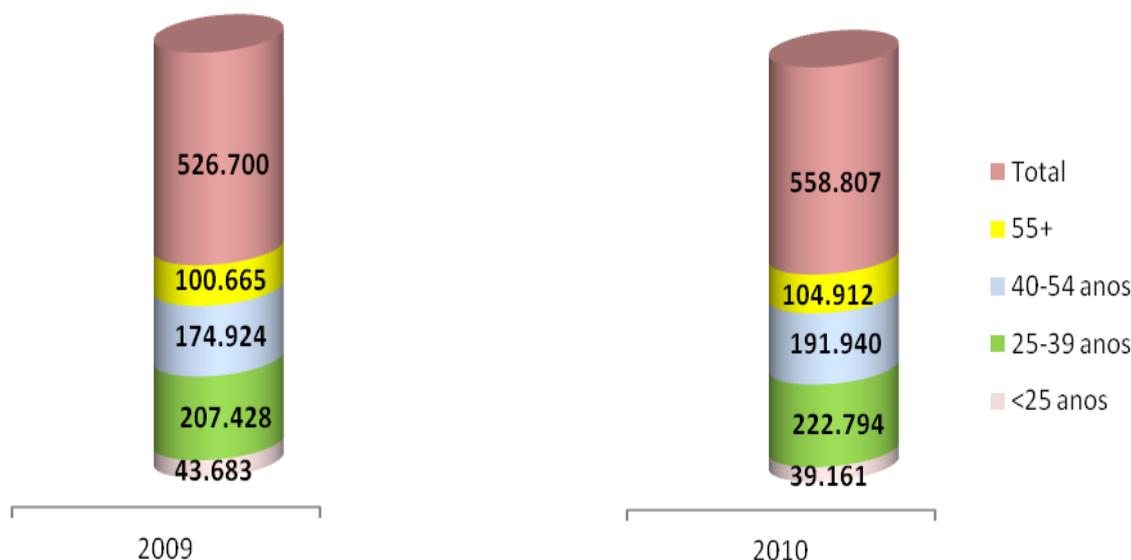
No período de 2009-2011, no Continente, quanto ao grupo etário, verifica-se que os desempregados inscritos correspondem maioritariamente a indivíduos dos 35-54 anos.

No final de 2009, no Continente, estavam registados 526 700 beneficiários de prestações de desemprego. O grupo etário dos 25-39 anos (207 428) registava o maior número de inscritos, seguido por ordem decrescente o grupo etário dos 40-54 anos (174 924), o grupo etários dos 55+ anos (100 665) e o grupo etários até aos 25 anos (43 683) (gráfico 7).

No período homólogo de 2010, no Continente, estavam registados 558 807 beneficiários de prestações de desemprego. O grupo etário dos 25-39 anos continuava a registar o maior número de inscritos (222 794), seguido por ordem decrescente o grupo etário dos 40-54 anos (191 940), o grupo etários dos 55+ anos (104 912) e o grupo etários até aos 25 anos (39 161) (gráfico 7).

Gráfico 7 – Caracterização dos beneficiários de prestações de desemprego, no Continente, segundo o grupo etário

Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do INE.

Verifica-se que no período 2009-2010, no Continente, os beneficiários de prestações de desemprego, pertencem maioritariamente ao grupo etário dos 25-39 anos.

Quanto à escolaridade dos desempregados inscritos, no Continente, no final de 2009, 27 408 (5,4%) não possuem nenhum nível de escolaridade, 142 665 (28,3%) possuem o 1º

Ciclo EB, 96 529 (19,1%) possuem o 2º Ciclo EB, 99 976 (19,8%) possuem o 3º ciclo Ensino Básico, 94 442 (18,7%) possuem o ensino secundário e 43 755 (8,7%) possuem o ensino superior (gráfico 8).

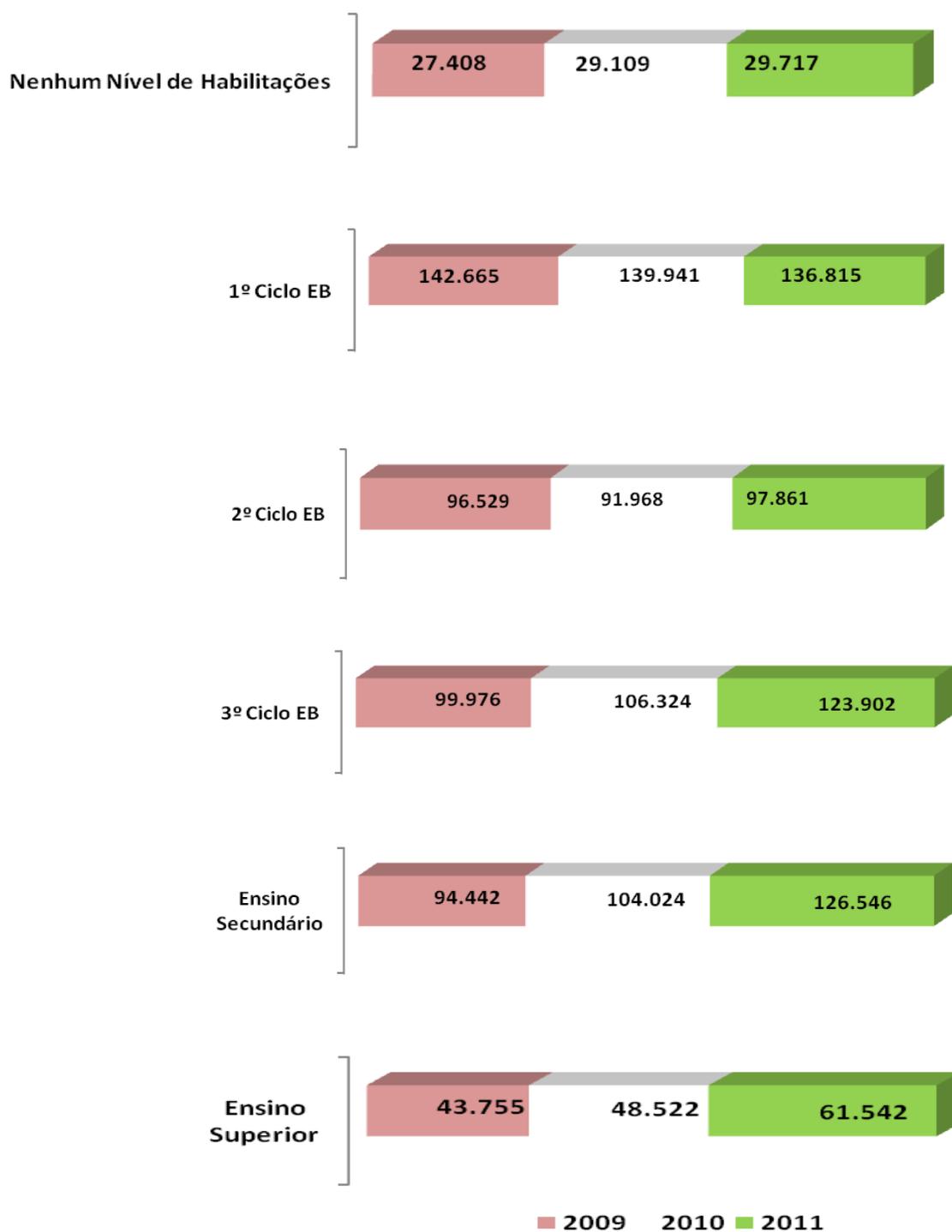
No período homólogo de 2010, a maior taxa percentual continua a pertencer a indivíduos com o 1º ciclo EB 139 941 (26,9%), seguido por ordem decrescente o 3º ciclo EB com 106 324 (20,5%) desempregados inscritos, o ensino secundário 104 024 (20,0%) desempregados inscritos, o 2º Ciclo EB 91 968 (17,7%) desempregados inscritos, o ensino superior 48 522 (9,3%) desempregados e sem nenhum nível de escolaridade 29 109 (5,6%) desempregados inscritos (gráfico 8).

Quando à variação entre 2010/2009, regista decréscimos de desemprego no 1º ciclo do EB (-1,9%) e no 2º ciclo do EB (-4,7%) e aumentos nos restantes níveis escolares, nomeadamente, +6,2% nos desempregados sem nenhum nível de habilitações, +6,3% no 3º ciclo do EB, +10,1% nos detentores do ensino secundário e +10,9 dos desempregados com o ensino superior. Os maiores acréscimos percentuais relativamente ao período homólogo referem-se aos desempregados registados com o ensino secundário (+ cerca de 10 000 desempregados) e com o ensino superior (+ 4 700 desempregados) (gráfico 8).

No que concerne as Habilitações literárias, no final de 2011, o 1º ciclo do EB continua a recolher a maior percentagem dos desempregados inscritos (23,7%) corresponde a 136 815 inscritos, seguindo-se por ordem decrescente, o secundário com 22,0% (em 2010 a segunda percentagem mais elevada correspondia ao 3º ciclo do EB com 20,5% do total dos desempregados daquele ano) corresponde a 126 546 inscritos, o 3º ciclo do EB com 21,5% corresponde a 123 902, o 2º ciclo do EB com 17% corresponde a 97 861 e o ensino superior com 10,7% corresponde a 61 542. Os que não possuíam qualquer nível de habilitação representavam 5,2% e corresponde a 29 717 desempregados (gráfico 8).

Relativamente à variação no período 2011/2010, regista decréscimos de desemprego no 1º ciclo do EB (-2,2%) e aumentos nos restantes níveis escolares, nomeadamente, +2,1% nos desempregados sem nenhuma habilitação, +6,4% no 2º ciclo do EB, +16,5% no 3º ciclo do EB, +21,7% no secundário e +26,8% no ensino superior. Verifica-se que, face ao período homólogo, os desempregados com o ensino superior foram os que registaram um aumento percentual mais elevado, seguido dos com o ensino superior (gráfico 8).

Gráfico 8 – Caracterização dos desempregados, no Continente, segundo as habilitações literárias, no período de 2009-2011



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

No período 2009-2011, verifica-se que os indivíduos com o ensino superior registaram o maior crescimento percentual.

Na comparação destas variáveis, no período de 2011/2010, observou-se um incremento do desemprego, sobretudo em relação ao género masculino +14,8%, nos mais jovens +13,5%, e nos indivíduos detentores do ensino superior +26,8% (quadro 2).

No que concerne ao perfil dos desempregados no final de 2009, no Continente, é maioritariamente do sexo feminino (53,1%), adulto no escalão etário 35-54 anos (45,4%), com escolaridade ao nível do 1º ciclo do EB (28,3%), contudo neste período anual, o desemprego afetou mais os homens (+36,4%), os adultos (+26,3%), sobretudo no escalão etário 35-54 anos (+30,1%), detentores do ensino secundário (+34%) (quadro 2).

No período homólogo de 2010, continua a ser maioritariamente do género feminino (54,1%), adulto no escalão etário 35-54 anos (46,8%), com escolaridade ao nível do 1º ciclo do EB (26,9%) (quadro 2).

O perfil dos desempregados, que se encontravam registados no fim de dezembro de 2011, no Continente e à semelhança de anos anteriores, corresponde a um grupo de pessoas maioritariamente do sexo feminino (52,5%), apesar da sua proporção se ter reduzido de 54,1% em 2010 para 52,5% em 2011, pertencentes ao segmento etário 35-54 anos (47,2%), com o nível de escolaridade igual ao 1º ciclo E.B. (23,7%) (quadro 2).

Analisando o período de 2009-2011, o perfil dos desempregados registados, no Continente, pertencem a indivíduos maioritariamente do género feminino, no grupo etário dos 35-54 anos, com habilitações literárias ao nível do 1º ciclo do EB.

Os desempregados inscritos com o 1º ciclo do ensino básico mantiveram-se maioritariamente ao longo de todo o período em análise, apesar de se observar uma diminuição percentual anual, ao longo do período temporal.

Os indivíduos detentores do ensino superior, no período 2009-2011, registaram o maior aumento percentual de desempregados inscritos, seguido dos desempregados com o ensino secundário.

Apesar de a taxa de desemprego das mulheres ser superior à dos homens, o género masculino registou um aumento considerável na variação de 2011/2010, registando um aumento percentual de +14,8%. Também o grupo etário, dos menores de 25 anos, registaram um aumento percentual (+13,5%) significativo na variação de 2011/2010.

Quadro 2- Estrutura e evolução do desemprego registado segundo: género, grupo etário e habilitações literárias

Situação no fim do ano

	2009	%	2010	%	2011	%	Variação %	
							2010/2009	2011/2010
Desemprego Registado	504 775	100,0	519 888	100,0	576 383	100,0	+ 3,0	+ 10,9
Género								
Homens	236 791	46,9	238 611	45,9	273 877	47,5	+ 0,8	+ 14,8
Mulheres	267 984	53,1	281 277	54,1	302 506	52,5	+5,0	+ 7,5
Grupo Etário								
<25 anos	64 116	12,7	60 122	11,6	68 225	11,8	- 6,2	+ 13,5
25-34 anos	119 441	23,7	118 217	22,7	131 213	22,8	-1	+ 11,0
35-54 anos	229 054	45,4	243 272	46,8	271 798	47,2	+ 6,2	+ 11,7
55 e + anos	92 164	18,3	98 277	18,9	150 147	18,2	+ 6,6	+ 7,0
Jovens	64 116	12,7	60 122	11,6	68 225	11,8	- 6,2	+ 13,5
Adultos	440 659	87,3	459 766	88,4	508 158	88,2	+ 4,3	+ 10,5
Habilitações								
Nenhum nível de instrução	27 408	5,4	29 109	5,6	29 717	5,2	+ 6,2	+ 2,1
Básico - 1º ciclo	142 665	28,3	139 941	26,9	136 815	23,7	-1,9	-2,2
Básico - 2º ciclo	96 529	19,1	91 968	17,7	97 861	17,0	- 4,7	+ 6,4
Básico - 3º ciclo	99 976	19,8	106 324	20,5	123 902	21,5	+ 6,3	+ 16,5
Secundário	94 442	18,7	104 024	20,0	126 546	22,0	+ 10,1	+ 21,7
Superior	43 755	8,7	48 522	9,3	61 542	10,7	+ 10,9	+ 26,8

Fonte: Própria adaptada segundo dados do IIEFP, IP.

O perfil dos desempregados, no Continente, no período temporal (2009-2011), pertence maioritariamente a indivíduos do género feminino, no grupo etário dos 35-54 anos, com habilitações literárias ao nível do 1º ciclo do ensino básico.

Quanto ao perfil dos beneficiários de prestações de desemprego, no Continente, no período de 2009-2010, pertence maioritariamente a indivíduos do sexo feminino, no grupo etário dos 25-39 anos.

3.3 Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE)

Em maio de 2009, a Eurostat, estimava que o desemprego tinha tingido, nos 27 países da EU, os 8,9%, ou seja, cerca de 21 462 milhões de pessoas, o que significou um aumento de 5 111 milhões face ao período homólogo de 2008.

Procurando reagir à crise, os vários países da EU anunciaram medidas para aplicação em cada Estado-membro, dotadas da flexibilidade necessária à diversidade dos sistemas financeiros e regras nacionais, mas acima de tudo capazes de salvaguardar o investimento, o poder de compra e o emprego como pilares da sua política económica nacional.

Portugal, com a crise a acentuar-se, o plano anticrise assentou em 5 eixos: apoio ao emprego e reforço da proteção social; apoio especial à atividade económica, exportações e PME; investimento em energia sustentável; modernização de escolas e da infraestrutura tecnológica; reforço da transparência dos mercados financeiros.

Face ao contexto económico atual e às características do desemprego registado que apresenta baixos níveis de escolaridade e de qualificações profissionais, o que constitui um obstáculo à (re) inscrição no mercado de trabalho, o governo tem vindo a apostar em medidas ativas de emprego.

Assim, no que concerne às medidas de apoio ao emprego, destaca-se o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), criado em setembro de 2009. O PAECPE prevê um conjunto de medidas específicas destinado a apoiar a criação de projetos empresariais de pequena dimensão e a criação de novos empregos.

Conforme Decreto-Lei n.º 102/2011, de 20 de outubro, compete ao IEFP, IP., combater o desemprego, promover a criação do emprego e a sua qualidade, promover a qualificação escolar e profissional dos jovens e dos adultos, fazer o ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego, ou seja, promover a inserção profissional dos diferentes públicos, particularmente daqueles com um maior risco de exclusão do mercado de emprego.

No atual panorama português, onde a taxa de desemprego tende a aumentar, parece surgir, como inevitabilidade, o sucesso do Empreendedorismo na Criação do Próprio Emprego, uma medida que potencie a melhoria dos níveis de empregabilidade e a reinserção dos desempregados no mercado de trabalho, através das políticas ativas de emprego. A criação de empresas por pessoas desempregadas através de processos de auto emprego será um processo cada vez mais frequente.

O PAECPE, criado pela Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, e alterado pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro, é um programa a promover e a executar pelo IEFP, IP.,

e pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada (CASES).

O PAECPE trata-se de uma iniciativa pertinente porque promove o combate ao desemprego, pela via da criação de microempresas (e do fomento do empreendedorismo), prosseguindo ao mesmo tempo propósitos de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, de inserção no mercado de trabalho de grupos desfavorecidos e de contribuir assim, para o objetivo comunitário da coesão económica e social.

No que concerne às intervenções dos Centros de Emprego, e tendo em vista a ativação da medida de apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, o PAECPE compreende as seguintes modalidades:

- Pagamento, por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego;
- Possibilidade de acesso a crédito com garantia e bonificação da taxa de juro;
- Apoio técnico à criação e consolidação dos projetos.

Os apoios à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego têm como objetivos, apoiar os projetos de criação do próprio emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego, desde que os mesmos assegurem o emprego, a tempo inteiro, dos promotores subsidiados.

O PAECPE tem sido, desde então, o principal instrumento de incentivo ao empreendedorismo no âmbito da intervenção do IEFP, na vertente do apoio financeiro à viabilização de projetos de investimento. Os projetos apoiados possibilitam o emprego aos seus promotores e criam também oportunidades de trabalho para outros desempregados.

3.3.1 Destinatários

De acordo com a Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro, são destinatários do PAECPE os beneficiários de prestações de desemprego: do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego inicial.

Segundo o IEFP, IP., Subsídio de Desemprego, é a prestação pecuniária paga mensalmente a quem perdeu o emprego de forma involuntária, que se encontre inscrito para emprego no CTE e reúna o prazo de garantia necessário. Destina-se a compensar a perda das remunerações de trabalho.

Subsídio Social de Desemprego - Este subsídio, de natureza similar ao subsídio de desemprego, é pago quando:

- Não estão reunidas as condições para receber o subsídio de desemprego (subsídio social de desemprego inicial) ou já recebeu todo o subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subsequente).

- O rendimento mensal do agregado familiar, por pessoa, não ultrapassa 80% do IAS (Indexante dos Apoios Sociais).

De acordo com o previsto no artigo 34º do Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de novembro, sempre que o beneficiário de prestações de desemprego apresente um projeto que origine, pelo menos, a criação do seu próprio emprego, a tempo inteiro, há lugar ao pagamento, por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego deduzido das importâncias eventualmente já recebidas.

É promotor do projeto de criação de empresa o beneficiário do pedido de financiamento que se propõe constituir a nova empresa ou adquirir capital social de uma empresa já existente, que decorra de aumento de capital social. O promotor à data do pedido de financiamento deve ter pelo menos 18 anos de idade (Portaria n.º 985/2009, 4 de setembro).

A medida de apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego permite beneficiar do pagamento do montante global das prestações de desemprego, isoladamente ou em cumulação com crédito bonificado e garantido (Microinvest ou Invest+).

O montante das prestações de desemprego deve ser aplicado, na sua totalidade, no financiamento do projeto, podendo ser aplicado em operações associadas ao projeto, nomeadamente na realização de capital social da empresa a constituir ou na cessão de estabelecimento.

Todos os projetos que obtenham financiamento podem beneficiar do apoio técnico à criação e consolidação. Estes apoios são assegurados por uma rede de entidades/serviços de apoio ao empreendedorismo credenciados pelo IEF, IP..

3.3.2 Requisitos do Projeto/ Empresas

- São requisitos do projeto:

- Quando o projeto inclua, no investimento a realizar, a compra de capital social ou a cessão de estabelecimento, a empresa cujo capital é adquirido ou a empresa trespessante do estabelecimento não pode ser detida em 25% ou mais, por cônjuge, unido de facto ou familiar do promotor até ao 2º grau em linha reta ou colateral;

- A empresa cujo capital é adquirido não pode, também, ser detida em 25% ou mais por outra empresa na qual os sujeitos referidos anteriormente detenham 25% ou mais do respetivo capital;

- O projeto deve apresentar viabilidade económico-financeira;

- O investimento a realizar e os postos de trabalho devem estar concluídos no prazo de um ano após o início de atividade.

No projeto que inclua, no investimento a realizar, a aquisição de capital social, esta tem de decorrer de aumento de capital social, não podendo financiar a aquisição de partes sociais existentes (compra de quotas de sócios).

- São requisitos das empresas:

- A nova empresa não pode estar constituída à data da entrega do projeto, com exceção do projeto que inclua, a compra de capital;

- Desde a data da contratualização dos apoios e até à extinção das obrigações, a nova empresa deve:

a) Estar regularmente constituída e registada;

b) Dispor de licenciamento e outros requisitos legais para o exercício da atividade;

c) Ter a situação regularizada com as Finanças;

d) Ter a situação regularizada com a Segurança Social;

e) Encontrar-se em situação de cumprimento no que respeita a apoios financeiros concedidos pelo IEFP,IP.;

f) Possuir contabilidade organizada, desde que legalmente exigido.

3.3.3 Incumprimento

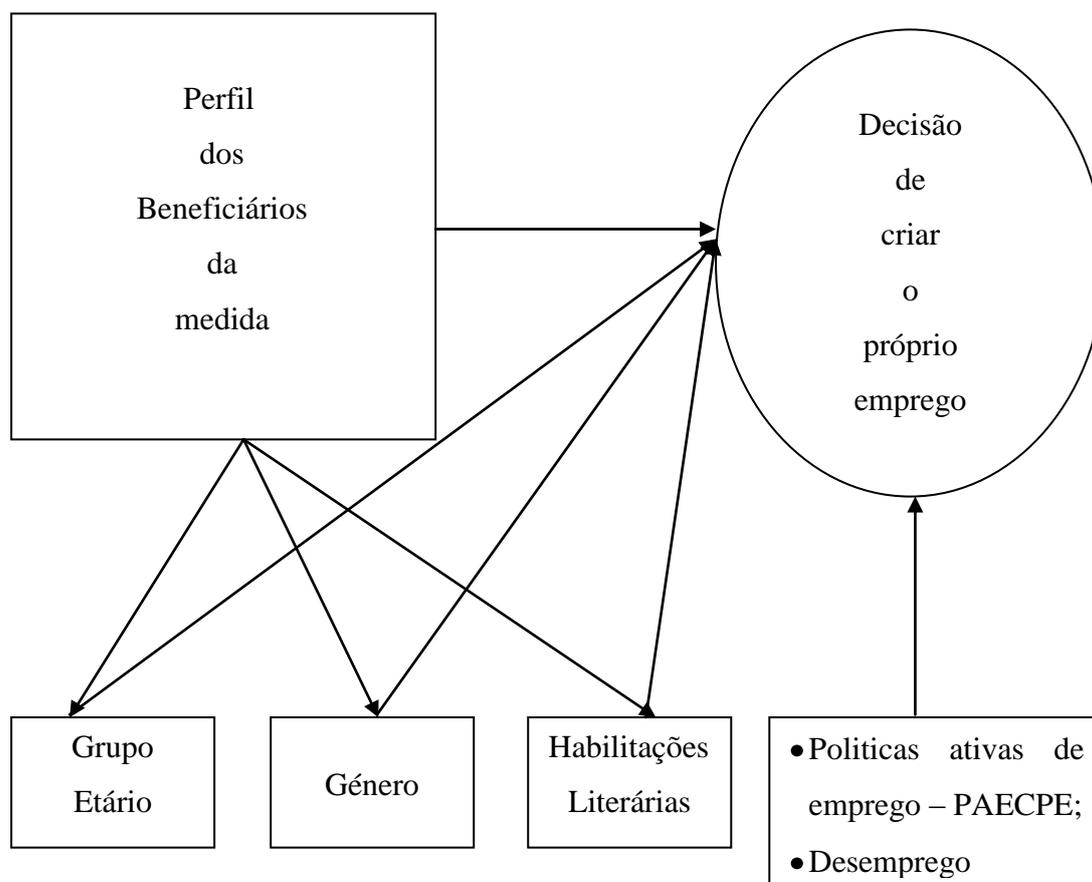
O incumprimento de qualquer das condições ou obrigações previstas na lei, regulamentação, protocolos e contratos aplicáveis tem como consequência, em caso de incumprimento imputável à entidade, a revogação dos benefícios já obtidos, assim como dos supervenientes, implicando a devolução voluntária dos correspondentes valores ou instauração de processo de cobrança coerciva de acordo com o artigo 17º da Portaria nº 985/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 58/2011, de 28 de janeiro.

3.4 Modelo de Análise

Após a análise da investigação considerada relevante, o modelo que vai ser utilizado para esta tese tem como objetivo estudar a influência do papel das políticas ativas de emprego, direcionadas para o fomento do empreendedorismo na criação do próprio emprego, por beneficiários de prestações de desemprego, em Portugal, no âmbito do PAECPE.

O perfil dos beneficiários da medida, características sociodemográficas e de formação, nomeadamente: idade, género e habilitações literárias, que se pretende caracterizar e características ambientais, nomeadamente o desemprego e o apoio através das políticas ativas de emprego, influenciam a decisão dos beneficiários de prestações de desemprego, na criação do próprio emprego, no âmbito do PAECPE (figura 1).

Figura 1 – Modelo a testar



3.4.1 Enquadramento dos projetos registados no Continente - Portugal

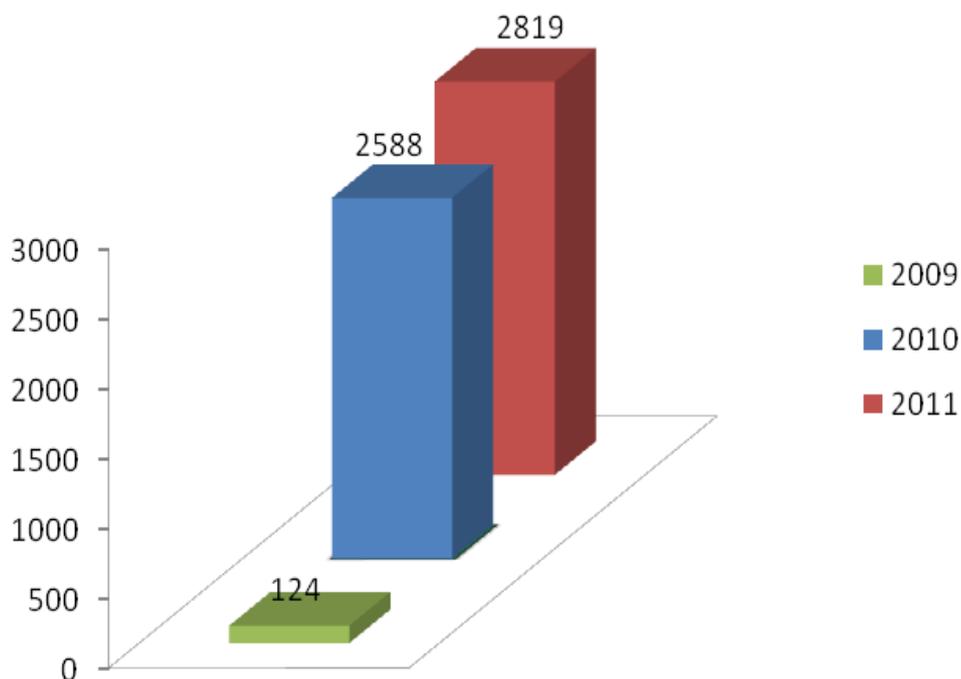
Dos projetos registados no final de dezembro de 2009, 2010 e 2011, no âmbito do PAECPE – criação do próprio emprego, estes são os exemplos criados por pessoas que um dia, quando o desemprego lhes bateu à porta, quiseram dar novo rumo à sua vida e passaram de desempregados a empreendedores. Em comum, uma enorme força de vencer o obstáculo do desemprego.

Este estudo vai analisar as características do perfil dos beneficiários da medida, nomeadamente, o género, grupo etário e nível de habilitações literárias. A amostra que vai ser utilizada é baseada em dados estatísticos disponíveis pelo IEFP, IP, no final dos anos de 2009, 2010 e 2011, no Continente.

No final de dezembro de 2009, o número de projetos abrangidos a nível nacional, no âmbito do PAECPE – criação do próprio emprego, criado em setembro de 2009, foram 124 projetos. No período homólogo de 2010, registaram-se no Continente 2 588 projetos. O número total de projetos abrangidos no final de 2011 aumentou (+8,93%) em relação ao ano anterior registando 2 819 projetos (gráfico 9).

Gráfico 9 – Projetos registados, no Continente, no âmbito do PAECPE

Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada nos dados do IEFP, IP.

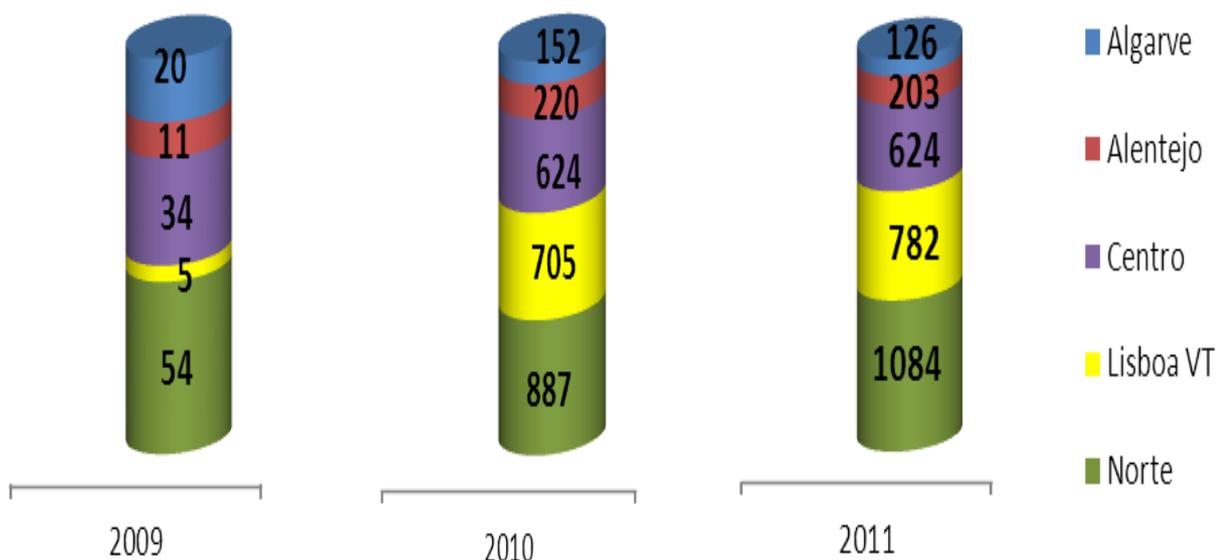
Segundo dados estatísticos do IEFP, IP., no final de dezembro de 2009, estavam registados 124 projetos, no Continente, no âmbito do PAECPE. A Região Norte foi a que registou o maior número de projetos 54 (43,55%), seguido por ordem decrescente a Região Centro com 34 (27,42%) projetos, a Região do Alentejo com 11 (8,87%) projetos, a Região do Algarve com 20 (16,13%) projetos, a Região de Lisboa e Vale do Tejo com 5 (4,03%) projetos registados (gráfico 10).

No período homólogo de 2010, no Continente, estavam registados 2 588 projetos. A Região Norte continua a ser a região com o maior número de projetos 887 (34,27%), seguido por ordem decrescente a Região de Lisboa e Vale do Tejo com 705 (27,24%) projetos, a Região Centro com 624 (24,11%) projetos, a Região do Alentejo com 220 (8,50%) projetos registados e a Região do Algarve com 152 (5,87%) projetos registados (gráfico 10).

No final de dezembro de 2011, o número de projetos registados eram 2 819 a nível nacional, do PAECPE. A Região Norte continua a ser a região que regista o maior número de projetos 1 084 (38,45%), seguido por ordem decrescente a Região de Lisboa e Vale do Tejo com 782 (27,74%) projetos, a Região Centro com 624 (22,14%) projetos, a Região do Alentejo com 203 (7,20%) projetos registados e a Região do Algarve com 126 (4,47%) projetos registados (gráfico 10).

Gráfico 10 - Caraterização dos projetos registados segundo a Região

Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

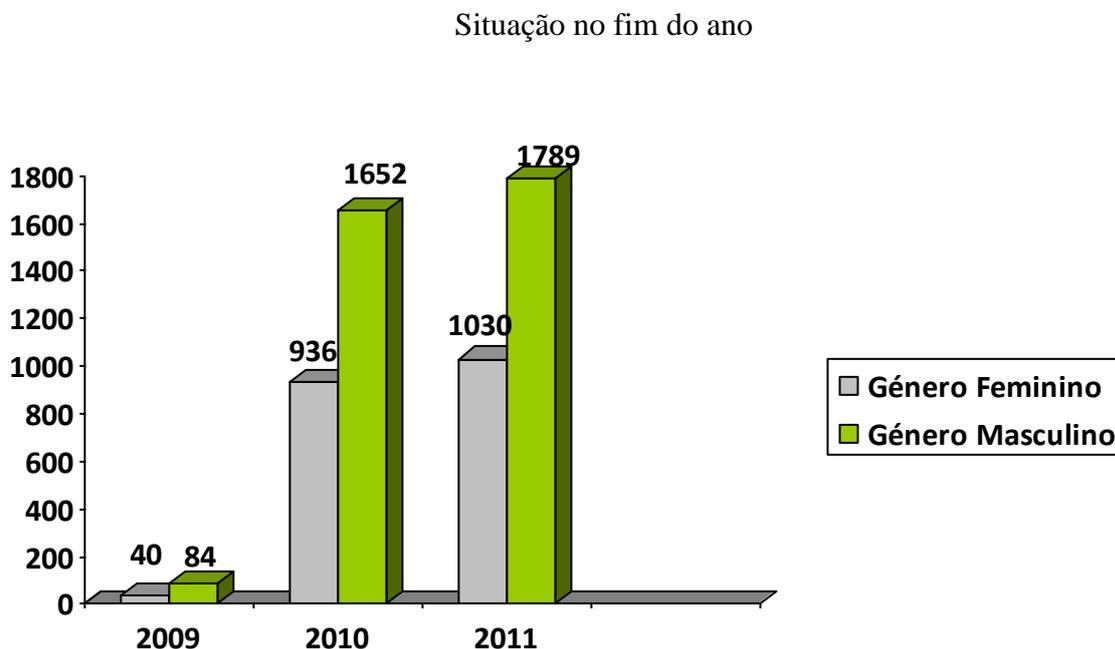
Verifica-se um aumento do número de projetos registados no final de dezembro de 2011 (+8,93%), face ao período homólogo de 2010. A Região Norte foi a mais significativa, registando um aumento no 22,2% face a 2010.

O perfil dos beneficiários da medida, no final de 2009 no Continente, quanto ao género, pertence a um grupo de indivíduos maioritariamente do género masculino 84 (67,74%) e, no género feminino 40 (32,26%) beneficiários abrangidos, no âmbito do PAECPE (gráfico 11).

No final de dezembro de 2010, no Continente, dos 2 588 projetos abrangidos, continuam a pertencer maioritariamente a indivíduos do sexo masculino 1 652 (63,83%) e 936 (36,17%) indivíduos do sexo feminino, no âmbito do PAECPE (gráfico 11).

No período homólogo de 2011, no Continente, estavam registados 2 819 projetos, sendo que 1 789 (63,46%) pertencer a indivíduos do género masculino e 1 030 (36,54%) pertencem a indivíduos do género feminino, do PAECPE (gráfico 11).

Gráfico 11 – Caraterização dos beneficiários da medida, no Continente, segundo o género



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

Uma breve análise aos beneficiários da medida, no período temporal (2009-2011), registados no Continente, no âmbito do PAECPE, quanto ao género, confirma a predominância dos homens 63,73% (contrariamente aos desempregados inscritos e

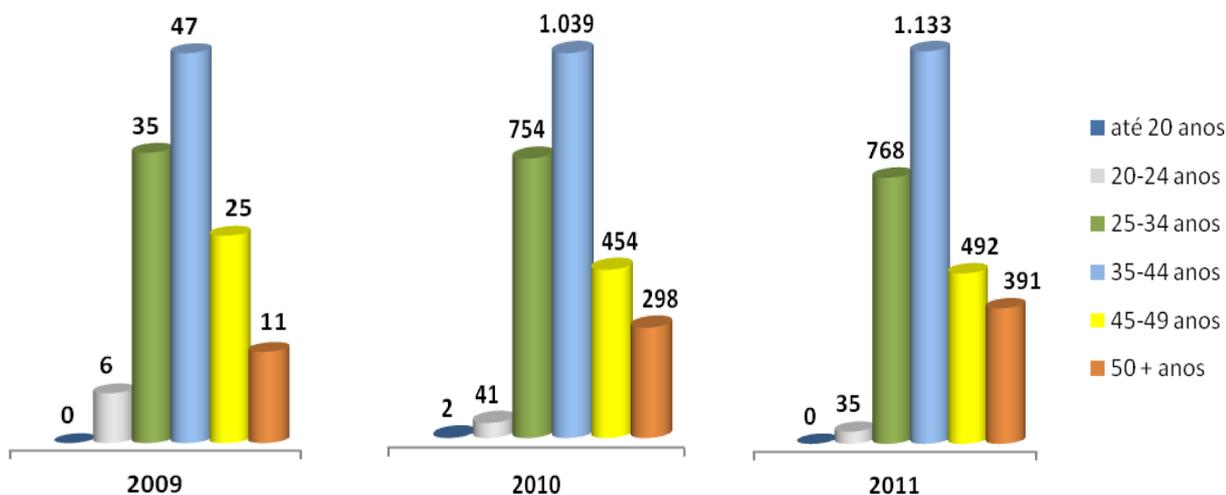
beneficiários de prestações de desemprego, que pertencem maioritariamente ao género feminino) e 36,27% pertencentes ao sexo feminino.

No que concerne ao grupo etário verifica-se no final de dezembro de 2009, um número mais elevado no grupo dos 35-44 anos com 47 (37,9%) beneficiários da medida, seguindo-se por ordem decrescente 35 (28,23%) beneficiários entre 25-34 anos, dos 45-49 anos 25 (20,16%) beneficiários, com 50 e mais anos 11 (8,87%) beneficiários, dos 20-24 anos 6 (4,84%) beneficiários e sem nenhum beneficiário o grupo etário até aos 20 anos (gráfico 12).

No final de dezembro de 2010, o grupo etário dos 35-44 anos continua a ser o mais significativo a nível global, com 1 039 (40,15%) beneficiários, seguido por ordem decrescente o grupo dos 25-34 anos com 754 (29,13%) beneficiários, dos 45-49 anos 454 (17,54%) beneficiários, com 50 ou mais anos 298 (11,51%) beneficiários, o grupo dos 20-24 anos 41 (1,58%) beneficiários e até aos 20 anos apenas 2 (0,08%) beneficiários (gráfico 12).

No período homólogo de 2011, no Continente, dos 2 819 projetos registados, continuam a pertencer maioritariamente a indivíduos dos 35-44 anos 1 133 (40,19%), seguido por ordem decrescente o grupo etário dos 25-34 anos 768 (27,24%) beneficiários, o grupo etário dos 45-49 anos 492 (17,45%) beneficiários, o grupo etário com 50 ou mais anos 391 (13,87%) beneficiários, o grupo etário dos 20-24 anos 35 (1,24%) beneficiários e o grupo etário até aos 20 anos sem nenhum beneficiário da medida (gráfico 12).

Gráfico 12 – Caracterização dos beneficiários da medida, no Continente, por grupo etário, no período de 2009-2011



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP.

Uma breve análise ao perfil dos beneficiários da medida, registados no Continente, no âmbito do PAECPE, no período de 2009-2011, quanto ao grupo etário, verifica-se a predominância de indivíduos dos 35-44 anos.

No que concerne ao nível de habilitações e desagregando por nível de educação, dos 124 projetos registados no final de 2009, no Continente, verifica-se que os indivíduos com o 9º ano de escolaridade representam a maioria dos beneficiários da medida 27,42% (34) do total, seguido por ordem decrescente beneficiários com 6 anos de escolaridade 25% (31) do total, com o 12º ano de escolaridade 21,77% (27) do total, com mais de 12 anos de escolaridade 13,71% (17) do total, com 4 anos de escolaridade 10,48% (13) do total e com menos de 4 anos de escolaridade 1,61% (2) do total dos projetos registado na medida, no âmbito do PAECPE (gráfico 13).

Dos 2 588 projetos registados no final do ano de 2010, no Continente, continuam a pertencer a indivíduos com o 9º ano de escolaridade 32,03% (829) do total de beneficiários da medida, seguido por ordem decrescente beneficiários com 12 anos de escolaridade 24,11% (624) do total, com mais de 12ºanos de escolaridade 18,16 % (470) do total, com 6 anos de escolaridade 17,58% (455) do total, com 4 anos de escolaridade 7,73% (200) do total e com menos de 4 anos de escolaridade 0,39% (10) do total de beneficiários da medida (gráfico 13).

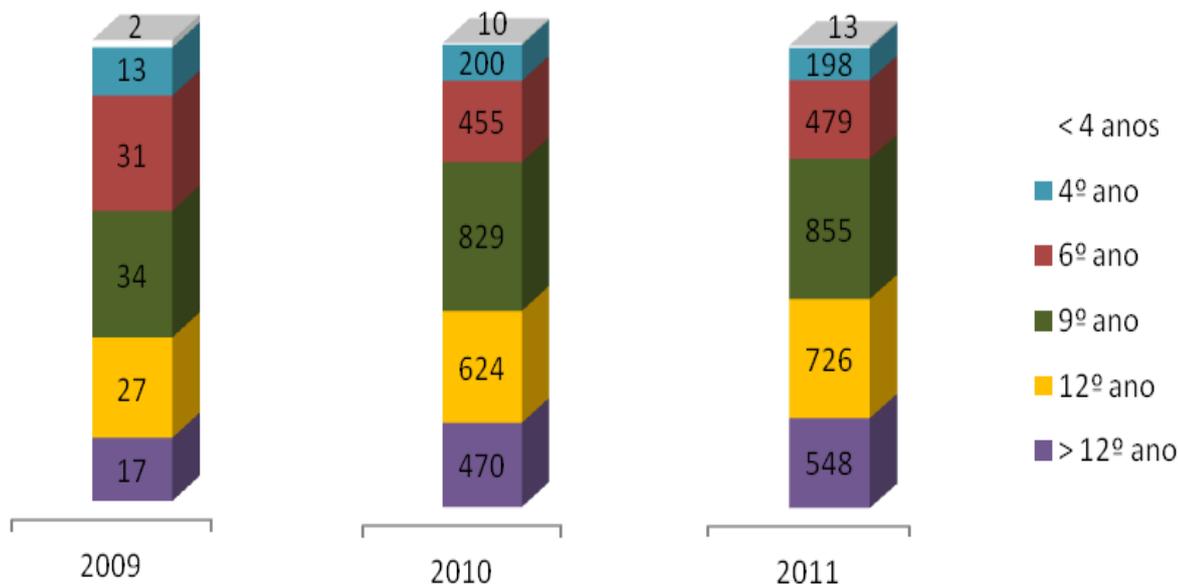
No período homólogo de 2011, dos 2 819 projetos registados no âmbito do PAECPE, no Continente, continuam a pertencer maioritariamente a indivíduos com o 9º ano de escolaridade 30,33% (855) do total, seguido por ordem decrescente, beneficiários que possuem o 12º ano de escolaridade 25,75% (726) do total, com mais de 12 anos de escolaridade 19,44% (548) do total, com 6 anos de escolaridade 16,99% (479) do total, com 4 anos de escolaridade 7,02% (198) do total e com menos de 4 anos de escolaridade 0,46% (13) do total dos beneficiários da medida do PAECPE (gráfico 13).

Verifica-se que, no período em análise (2009-2011), os indivíduos com o 9º ano de escolaridade representam a maioria os beneficiários da medida.

Os beneficiários da medida, no âmbito do PAECPE, no período temporal 2009-2011, no Continente, com menos representatividade, pertencem a indivíduos com menos de 4 anos de escolaridade.

Gráfico 13 – Caracterização dos beneficiários da medida, no Continente, segundo as habilitações literárias

Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP.

Uma breve análise aos beneficiários da medida, registados no Continente, no período de 2009-2011, quanto às habilitações literárias, são maioritariamente indivíduos com habilitações literárias ao nível do 9º ano de escolaridade (superior ao nível de habilitações dos desempregados inscritos, no mesmo período).

Verifica-se que no período de 2009-2011, no Continente, o perfil dos beneficiários da medida, no âmbito do PAECPE, pertencem a indivíduos maioritariamente do género masculino, do grupo etário dos 35-44 anos e com habilitações literárias ao nível do 9º ano de escolaridade.

Quanto ao perfil dos desempregados inscritos nos Centros de Empregos, no Continente, no período temporal, pertenciam maioritariamente a indivíduos do sexo feminino (contrariamente aos beneficiários da medida), no grupo etário dos 35-54 anos, com o nível de habilitações escolares igual ao 1º ciclo EB (inferiores às habilitações literárias dos beneficiários da medida).

3.4.2 Enquadramento Territorial do Distrito de Porto versus Distrito de Lisboa

O Porto pertence a um distrito de Portugal, correspondente ao núcleo da província tradicional do Douro Litoral. Tem como limite a norte o Distrito de Braga, a leste o Distrito de Vila Real, a sul o Distrito de Viseu e o Distrito de Aveiro e a oeste o Oceano Atlântico. Possui uma área de 2 395 km² (17.º maior distrito português) e uma população residente 1 827 191 habitantes. A sede do distrito é a cidade com o mesmo nome (INE, 2009).

O distrito integra-se na Região Norte e subdivide-se em 18 municípios: Amarante; Baião; Felgueiras; Gondomar; Lousada; Maia; Marco de Canaveses; Matosinhos; Paços de Ferreira; Paredes; Penafiel; Porto; Póvoa de Varzim; Santo Tirso; Trofa; Valongo; Vila do Conde e Vila Nova de Gaia (Wikipedia, consultado em 30.03.2012).

O desemprego registado no final de 2009, no Distrito do Porto, foi de 124 693 desempregados. Vila Nova de Gaia é o concelho que representa o maior número de desempregados 25 960 (20,82%), seguindo-se por ordem decrescente o Porto com 14 530 (11,65%), Gondomar com 11 194 (8,98%), Matosinhos com 8 835 (7,09%), Maia com 8 186 (6,56%), Valongo com 7 279 (5,84%), Santo Tirso com 6 901 (5,53%), Paredes com 5 653 (4,53%), Vila do Conde com 5 493 (4,41%), Póvoa de Varzim com 4 204 (3,37%), Amarante com 3 806 (3,05%), Penafiel com 3 745 (3%), Felgueiras com 3 610 (2,9%), Trofa com 3 598 (2,89%), Marco de Canaveses com 3 565 (2,86%), Paços de Ferreira com 3 500 (2,81%), Lousada com 2 865 (2,3%) e Baião com 1 769 (1,42%) desempregados inscritos (quadro 3).

No que concerne a beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social, no final de 2009, no Distrito do Porto, estavam registados 115 265. O Concelho de Vila Nova de Gaia é o que representa o maior número de beneficiários inscritos 21 287 (18,47%), seguido por ordem decrescente o Porto com 12 472 (10,82%), Gondomar com 11 058 (9,59%), Matosinhos com 10 757 (9,33%), Maia com 8 508 (7,38%), Valongo com 6 766 (5,87%), Santo Tirso com 6 452 (5,60%), Vila do Conde com 5 950 (5,16%), Paredes com 4 955 (4,30%), Póvoa de Varzim com 4 050 (3,51%), Felgueiras com 3 554 (3,08%), o concelho de Penafiel com 3 335 (2,89%), Paços de Ferreira 3 277 (2,84%), Trofa com 3 242 (2,81%), Marco de Canaveses com 3 178 (2,76%), Lousada com 2 715 (2,36%), Amarante com 2 681 (2,33%) e Baião com 1 028 (0,9%) beneficiários de prestações de desemprego (quadro 3).

Segundo dados estatísticos do IEFPP, IP., no final de dezembro de 2009 (setembro a dezembro), o número de projetos registados no Distrito do Porto no âmbito do PAECPE, eram 22. Destes 22 projetos, 4 (18,18%) pertencem ao concelho de Gondomar, 1 (4,5%) ao concelho da Maia, 2 (9,1%) ao concelho de Matosinhos, 3 (13,63%) ao concelho do Porto e 12 (54,55%) ao concelho de Santo Tirso (quadro 3).

Quadro 3 – Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e dos beneficiários da medida, no Distrito do Porto, por concelho, no final de 2009

Concelho	Desemprego Registrado	Beneficiários Subsídio	Beneficiários Medida
Amarante	3.806	2.681	0
Baião	1.769	1.028	0
Felgueiras	3.610	3.554	0
Gondomar	11.194	11.058	4
Lousada	2.865	2.715	0
Maia	8.186	8.508	1
Marco de Canaveses	3.565	3.178	0
Matosinhos	8.835	10.757	2
Paços de Ferreira	3.500	3.277	0
Paredes	5.653	4.955	0
Penafiel	3.745	3.335	0
Porto	14.530	12.472	3
Póvoa de Varzim	4.204	4.050	0
Santo Tirso	6.901	6.452	12
Trofa	3.598	3.242	0
Valongo	7.279	6.766	0
Vila do Conde	5.493	5.950	0
Vila Nova de Gaia	25.960	21.287	0
Total	124.693	115.265	22

Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP..

No final de 2010, no Distrito do Porto, estavam registados 126 472 desempregados. Verifica-se um acréscimo de desempregados, comparado com o período homólogo de 2009. Vila Nova de Gaia continua a ser o concelho com maior número de desempregados 27 925 (22,08%), seguindo-se por ordem decrescente o Porto com 14 842 (11,74%), Gondomar com 11 731 (9,28%), Matosinhos com 8 842 (6,99%), Maia com 7 890 (6,24%), Valongo 7 451 (5,89%), Santo Tirso com 6 868 (5,43%), Paredes com 5 686 (4,50%), Vila do Conde 4 961 (3,92%), Amarante com 4 155 (3,29%), Povo de Varzim com 4 008 (3,17%), Penafiel 3 844 (3,04%), Marco de Canaveses com 3 819 (3,02%), Trofa com 3 595 (2,84%), Paços de Ferreira com 3 298 (2,61%), Felgueiras com 3 159 (2,50%), Lousada com 2 595 (2,05%) e Baião com 1 803 (1,43%) desempregados inscritos (quadro 4).

No que concerne a beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social, no final do ano de 2010, estavam registados 122 809. O concelho de Vila Nova de Gaia é o que representa o maior número com 22 844 (18,60%) beneficiários de subsídio de desemprego inscritos, seguido por ordem decrescente o concelho do Porto com 12 929 (10,53%),

Gondomar com 11 676 (9,51%), Matosinhos com 11 317 (9,22%), Maia com 9 004 (7,33%), Valongo com 7 053 (5,74%), Santo Tirso com 6 578 (5,36%), Vila do Conde com 6 296 (5,13%), Paredes com 5 568 (4,53%), Póvoa de Varzim com 4 356 (3,55%), Penafiel 3 853 (3,14%), Paços de Ferreira 3 772 (3,07%), Marco de Canaveses 3 590 (2,92%), Trofa com 3 476 (2,83%), Felgueiras com 3 413 (2,78%), Lousada com 3 200 (2,61%), Amarante 2 807 (2,29%) e Baião com 1 077 (0,88%) beneficiários inscritos (quadro 4).

No final de 2010, o número de projetos registados no Distrito do Porto eram 391, no âmbito do PAECPE. Destes 391 projetos que deram entrada, 25 (6,39%) correspondem ao concelho de Amarante, 25 (6,39%) ao concelho de Felgueiras, 38 (9,72%) ao concelho de Gondomar, 76 (19,44%) ao concelho da Maia, 43 (10,99%) ao concelho de Matosinhos, 1 (0,3%) ao concelho de Penafiel, 74 (18,93%) ao concelho do Porto, 14 (3,58%) ao concelho da Póvoa de Varzim, 42 (10,74%) ao concelho de Santo Tirso, 22 (5,63%) ao concelho de Valongo e 31 (7,93%) ao concelho de Vila Nova de Gaia (quadro 4).

Quadro 4 – Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida, no Distrito do Porto, por concelho, no final de 2010

Concelho	Desemprego Registrado	Beneficiários Subsídio	Beneficiários Medida
Amarante	4.155	2.807	25
Baião	1.803	1.077	0
Felgueiras	3.159	3.413	25
Gondomar	11.731	11.676	38
Lousada	2.595	3.200	0
Maia	7.890	9.004	76
Marco de Canaveses	3.819	3.590	0
Matosinhos	8.842	11.317	43
Paços de Ferreira	3.298	3.772	0
Paredes	5.686	5.568	0
Penafiel	3.844	3.853	1
Porto	14.842	12.929	74
Póvoa de Varzim	4.008	4.356	14
Santo Tirso	6.868	6.578	42
Trofa	3.595	3.476	0
Valongo	7.451	7.053	22
Vila do Conde	4.961	6.296	0
Vila Nova de Gaia	27.925	22.844	31
Total	126.472	122.809	391

Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

No final de 2011, o desemprego registado no Distrito do Porto é de 137 958 desempregados. Verifica-se um acréscimo de desempregados, comparado com o período homólogo de 2010. Vila Nova de Gaia continua a ser o concelho com maior número de desempregados inscritos 30 323, seguindo-se por ordem decrescente o Porto com 16 138, Gondomar com 13 105, Matosinhos com 10 194, Maia com 9 026, Valongo 8 099, Santo Tirso 6 578, Paredes 6 416, Vila do Conde 5 338, Penafiel 4 611, Amarante 4 513, Póvoa de Varzim 4 190, Marco de Canaveses 4 167, Paços de Ferreira 3 934, Trofa 3 610, Felgueiras com 3 017, Lousada 2 856 e Baião com 1 843 desempregados inscritos (quadro 5).

No final de dezembro de 2011, no Distrito do Porto, estavam registados 525 projetos, no âmbito do PAECPE. Dos 525 projetos que deram entrada, 31 (5,90%) correspondem ao concelho de Amarante, 30 (5,71%) ao concelho de Felgueiras, 27 (5,14%) ao concelho de Gondomar, 48 (9,14%) ao concelho da Maia, 42 (8%) ao concelho de Matosinhos, 106 (20,19%) ao concelho de Penafiel, 112 (21,33%) ao concelho do Porto, 10 (1,90%) ao concelho da Póvoa de Varzim, 36 (6,86%) ao concelho de Santo Tirso, 21 (4%) ao concelho de Valongo e 62 (11,81%) ao concelho de Vila Nova de Gaia (quadro 5).

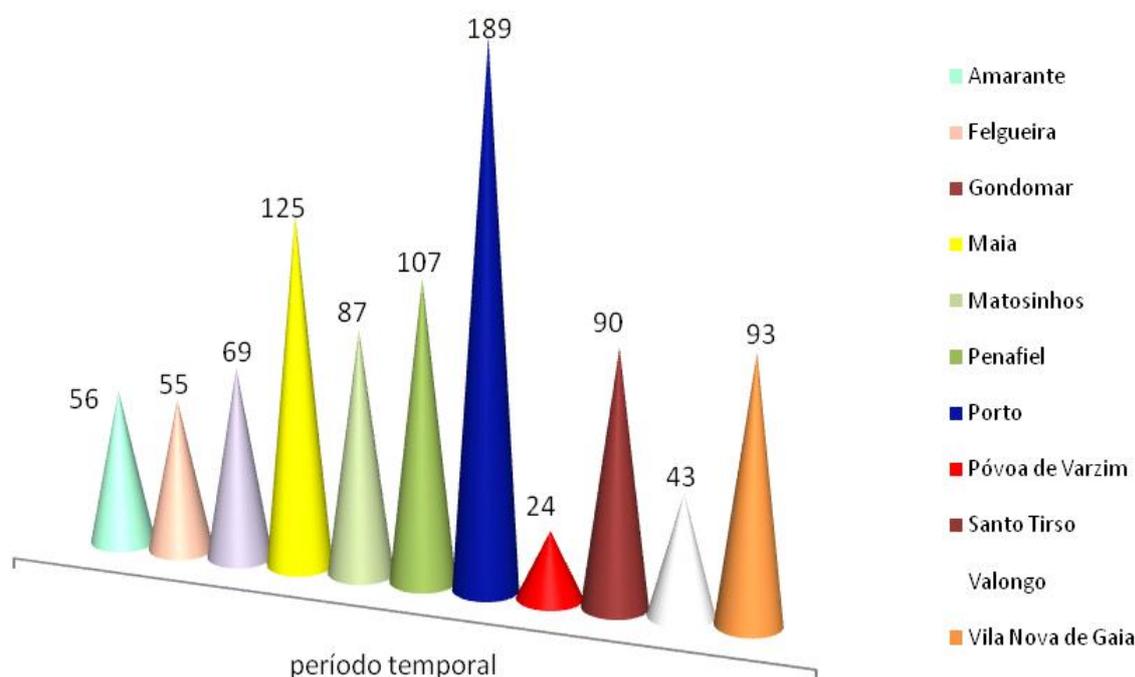
Quadro 5 – Estrutura do desemprego e beneficiários da medida, no Distrito do Porto, por concelho, no fim de 2011

Concelho	Desemprego Registado	Beneficiários da Medida
Amarante	4.513	31
Baião	1.843	0
Felgueiras	3.017	30
Gondomar	13.105	27
Lousada	2.856	0
Maia	9.026	48
Marco de Canaveses	4.167	0
Matosinhos	10.194	42
Paços de Ferreira	3.934	0
Paredes	6.416	0
Penafiel	4.611	106
Porto	16.138	112
Póvoa de Varzim	4.190	10
Santo Tirso	6.578	36
Trofa	3.610	0
Valongo	8.099	21
Vila do Conde	5.338	0
Vila Nova de Gaia	30.323	62
Total	137.958	525

Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP.

Verifica-se um aumento do número de projetos registados no final de dezembro de 2011 (+34,2%), face ao período homólogo de 2010. O concelho de Penafiel e do Porto foram os que tiveram um aumento mais significativo.

Gráfico 14 - Caracterização dos projetos registados no Distrito do Porto, por concelho, no período de 2009-2011



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP.

Uma breve análise, no período temporal (2009-2011), no Distrito do Porto, no âmbito do PAECPE, o concelho do Porto registou o maior número de projetos 189 (20,15%), seguido por ordem decrescente o concelho da Maia com 125 (13,33%) projetos, Penafiel com 107 (11,41%) projetos, Vila Nova de Gaia com 93 (9,91%) projetos, Santo Tirso com 90 (9,59%) projetos, Matosinhos com 87 (9,28%) projetos, Gondomar com 69 (7,36%) projetos, Amarante com 56 (5,97%), Felgueiras com 55 (5,86%) projetos, Valongo com 43 (4,58%) e Póvoa de Varzim com 24 (2,56%) projetos registados (gráfico 14).

De referir que o concelho de Penafiel, registou 1 projeto em 2010 e 106 em 2011, aumento considerável face ao período homólogo de 2010.

O Distrito de Lisboa possui uma área de 2 761 km² é o 16º maior distrito de Portugal. Possui 16 municípios: Alenquer; Amadora; Arruda dos Vinhos; Azambuja; Cadaval; Cascais; Lisboa; Loures; Lourinhã; Mafra; Odivelas; Oeiras; Sintra; Sobral de Monte Agraço; Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

No final de dezembro de 2009, estavam inscritos no Distrito de Lisboa 91 382 desempregados. Lisboa é o concelho que regista um maior número de desempregados inscritos 22 236 (24,33%), seguido por ordem decrescente o concelho de Sintra com 17 362 (19%), o concelho de Amadora com 8 729 (9,55%), o concelho de Cascais com 7 916 (8,66%), o concelho de Loures com 7 897 (8,64%), Vila Franca de Xira com 6 136 (6,71%), Oeiras com 5 428 (5,94%), Odivelas com 5 054 (5,53%), Torres Vedras com 2 881 (3,15%), Mafra com 2 510 (2,75%), Alenquer com 1 963 (2,15%), Lourinhã com 1 017 (1,11%), Azambuja com 1 011 (1,11%), Cadaval com 491 (0,54%), Arruda dos Vinhos com 385 (0,42%) desempregados e Sobral de Monte Agraço 366 (0,40%) desempregados inscritos (quadro 6).

No que concerne a beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social, no final de 2009, no Distrito de Lisboa, estavam registados 99 490 beneficiários. Dos 16 concelhos do Distrito de Lisboa, Lisboa é o concelho que regista um maior número de beneficiários de prestações de desemprego com 20 704 (20,91%), seguido por ordem decrescente, o concelho de Sintra com 19 855 (19,96%), Loures com 9 682 (9,73%), Amadora com 8 904 (8,95%), Cascais com 8 094 (8,14%), Vila Franca de Xira com 7 603 (7,64%), Odivelas com 6 569 (6,60%), Oeiras com 6 079 (6,11%), Torres Vedras com 3 003 (3,02%), o concelho de Mafra com 2 655 (2,67%), Alenquer com 2 488 (2,50%), Azambuja com 1 344 (1,35%), Lourinhã com 1 044 (1,05%), Cadaval com 675 (0,7%), Arruda dos Vinhos com 479 (0,5%) e Sobral de Monte Agraço com 312 (0,3%) beneficiários de prestações de desemprego (quadro 6).

Quanto ao número de projetos abrangidos no âmbito do PAECPE, no final do ano de 2009, o Distrito de Lisboa registava apenas 3 projetos, 2 projetos registados no concelho de Lisboa e 1 projeto registado no concelho de Loures (quadro 6).

Quadro 6 – Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e dos beneficiários da medida, no Distrito de Lisboa, por concelho, no final de 2009

Concelho	Desemprego Registado	Beneficiários Subsídio	Beneficiários Medida
Alenquer	1.963	2.488	0
Amadora	8.729	8.904	0
Arruda dos Vinhos	385	479	0
Azambuja	1.011	1.344	0
Cadaval	491	675	0
Cascais	7.916	8.094	0
Lisboa	22.236	20.704	2
Loures	7.897	9.682	1
Lourinhã	1.017	1.044	0
Mafra	2.510	2.655	0
Odivelas	5.054	6.569	0
Oeiras	5.428	6.079	0
Sintra	17.362	19.855	0
Sobral de Monte Agraço	366	312	0
Torres Vedras	2.881	3.003	0
Vila Franca de Xira	6.136	7.603	0
Total	91.382	99.490	3

Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP. e INE.

Verifica-se uma participação passiva do desempregado, no seu próprio processo de reintegração no mercado de trabalho, na medida de apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, no âmbito do PAECPE, no Distrito de Lisboa (no mesmo período o Distrito do Porto registava 22 projetos), no final de 2009.

No final do mês de dezembro de 2010, estavam inscritos no Distrito de Lisboa cerca de 95 961 desempregados. Lisboa continua a ser o concelho que regista um maior número de desempregados 22 914 (23,88%), seguido por ordem decrescente Sintra com 17 965 (18,72%) desempregados inscritos, Amadora com 9 453 (9,85%) desempregados inscritos, Cascais com 9 024 (9,40%) desempregados inscritos, Loures com 8 650 (9,01%) desempregados inscritos, Vila Franca de Xira com 6 269 (6,53%) desempregados inscritos, Oeiras com 5 930 (6,18%) desempregados inscritos, Odivelas com 5 492 (5,72%) desempregados inscritos, Torres Vedras com 2 893 (3,01%) desempregados inscritos, Mafra com 2 396 (2,50%) desempregados inscritos, Alenquer com 1 928 (2,0%) desempregados inscritos, Lourinhã com 992 (1,03%) desempregados inscritos, Azambuja com 918 (0,96%) desempregados inscritos, Arruda dos Vinhos com 430 (0,45%) desempregados inscritos, Cadaval com 421 (0,44%)

desempregados inscritos e Sobral de Monte Agraço com 286 (0,30%) desempregados inscritos (quadro 7).

No que concerne a beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social, no final de 2010, estavam registados 106 538 inscritos. Lisboa é o Concelho que regista um maior número de beneficiários de prestações de desemprego 21 604 (20,28%), seguido por ordem decrescente o concelho de Sintra com 21 538 (20,22%) beneficiários de prestações de desemprego, Loures com 10 283 (9,65%) beneficiários de prestações de desemprego, o concelho de Amadora com 9 378 (8,80%) beneficiários de prestações de desemprego, Cascais com 8 729 (8,19%) beneficiários de prestações de desemprego, o concelho de Vila Franca de Xira com 8 164 (7,66%) beneficiários de prestações de desemprego, Odivelas com 7 076 (6,64%) beneficiários de prestações de desemprego, Oeiras com 6 427 (6,03%) beneficiários de prestações de desemprego, Torres Vedras com 3 399 (3,19%) beneficiários de prestações de desemprego, Mafra com 3 028 (2,84%) beneficiários de prestações de desemprego, Alenquer com 2 714 (2,55%) beneficiários de prestações de desemprego, o concelho de Azambuja com 1 378 (1,29%) beneficiários de prestações de desemprego, o concelho de Lourinhã 1 208 (1,13%) beneficiários de prestações de desemprego, Cadaval com 741 (0,70%) beneficiários de prestações de desemprego, Arruda dos Vinhos com 535 (0,5%) beneficiários de prestações de desemprego e Sobral de Monte Agraço com 336 (0,32%) beneficiários de prestações de desemprego (quadro 7).

No final de 2010, o número de projetos registados no Distrito de Lisboa no âmbito do PAECPE eram 413. Dos 413 projetos registados, 34 (8,23%) pertencem ao concelho da Amadora, 77 (18,64%) ao concelho de Cascais, 131 (31,72%) pertencem ao concelho de Lisboa, 67 (16,22%) ao concelho de Loures, 4 (1,00%) ao concelho de Sintra, 57 (13,80%) ao concelho de Torres Vedras e 43 (10,41%) ao concelho de Vila Franca de Xira (quadro 7).

Numa breve análise, verifica-se que o concelho de Lisboa regista o maior número de projetos (31,72%).

Quadro 7 – Estrutura do desempregado, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida, no Distrito de Lisboa, por concelho, no final de 2010

Concelho	Desemprego Registado	Beneficiários Subsídio	Beneficiários Medida
Alenquer	1.928	2.714	0
Amadora	9.453	9.378	34
Arruda dos Vinhos	430	535	0
Azambuja	918	1.378	0
Cadaval	421	741	0
Cascais	9.024	8.729	77
Lisboa	22.914	21.604	131
Loures	8.650	10.283	67
Lourinhã	992	1.208	0
Mafra	2.396	3.028	0
Odivelas	5.492	7.076	0
Oeiras	5.930	6.427	0
Sintra	17.965	21.538	4
Sobral de Monte Agraço	286	336	0
Torres Vedras	2.893	3.399	57
Vila Franca de Xira	6.269	8.164	43
Total	95.961	106.538	413

Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP. e INE.

No final do ano 2011, estavam inscritos no Distrito de Lisboa 108 744 desempregados. Lisboa continua a ser o concelho que regista um maior número de desempregados 25 471 (23,42%), seguido por ordem decrescente o concelho de Sintra com 19 868 (18,27%), Amadora com 11 056 (10,17%), Loures com 10 030 (9,22%), Cascais com 9 440 (8,69%), Vila Franca de Xira com 7 304 (6,72%), Odivelas 6 832 (6,28%), Oeiras com 6 828 (6,27%), Torres Vedras com 3 516 (3,23%), Mafra com 2 682 (2,47%), Alenquer com 2 146 (1,97%), Lourinhã com 1 159 (1,07%), Azambuja com 1 028 (0,9%), Cadaval com 524 (0,48%), Arruda dos Vinhos com 460 (0,42%) e Sobral de Monte Agraço com 400 (0,36%) desempregados registados (quadro 8).

No período homólogo de 2011, no Distrito de Lisboa, estavam registados 422 projetos. Dos 422 projetos, 13 (3,08%) pertencem ao concelho da Amadora, 92 (21,80%) pertencem a Cascais, 121 (28,67%) pertencem ao concelho de Lisboa, 93 (22,04%) pertencem ao concelho de Loures, 6 (1,42%) pertencem ao concelho de Sintra, 46 (10,90%) pertencem ao concelho de Torres Vedras e 51 (12,09%) pertencem ao concelho de Vila Franca de Xira (quadro 8).

Quadro 8 – Estrutura do desempregado e beneficiários da medida, no Distrito de Lisboa, por concelho, no final de 2011

Concelho	Desemprego Registrado	Beneficiários Medida
Alenquer	2.146	13
Amadora	11.056	0
Arruda dos Vinhos	460	0
Azambuja	1.028	0
Cadaval	524	0
Cascais	9.440	92
Lisboa	25.471	121
Loures	10.030	93
Lourinhã	1.159	0
Mafra	2.682	0
Odivelas	6.832	0
Oeiras	6.828	0
Sintra	19.868	6
Sobral de Monte Agraço	400	0
Torres Vedras	3.516	46
Vila Franca de Xira	7.304	51
Total	108.744	422

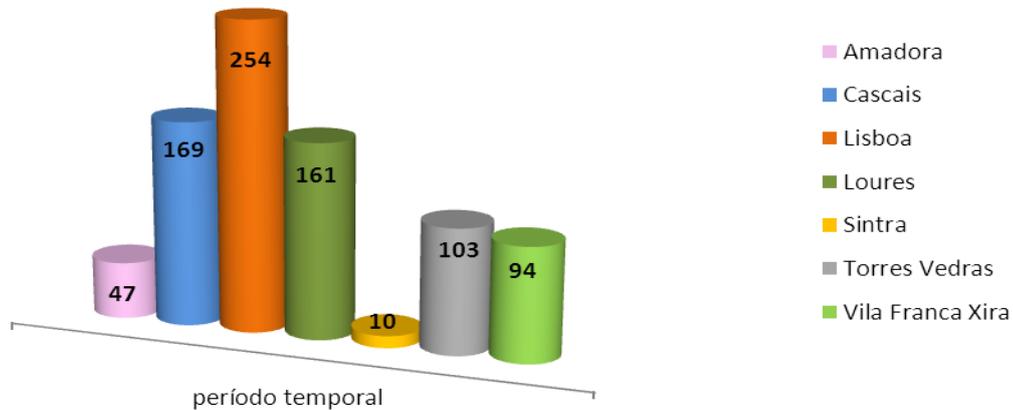
Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP. e INE.

Verifica-se um aumento do número de projetos registados no final de dezembro de 2011 (+2,2%), face ao período homólogo de 2010. O concelho de Lisboa e o do Porto foram os que tiveram um aumento mais significativo.

No período temporal (2009-2011), no Distrito de Lisboa, estavam registados 838 projetos. Lisboa foi o concelho que registou o maior número de projetos 254 (30,31%), seguido por ordem decrescente o concelho de Cascais com 169 (20,17%) projetos, o concelho de Loures com 161 (19,21%) projetos, o concelho de Torres Vedras com 103 (12,29%) projetos, o concelho de Vila Franca de Xira com 94 (11,22%) projetos, o concelho de Amadora com 47 (5,61%) e o concelho de Sintra com 10 (1,19%) projetos registados, no âmbito do PAECPE (gráfico 15).

Sintra apesar de ser um concelho com elevado número de desempregados inscritos (logo a seguir ao concelho de Lisboa), apresenta um número reduzido de projetos registados, no âmbito do PAECPE. Verifica-se, um elevado número de projetos registados no concelho de cascais, face ao número de desempregados inscritos.

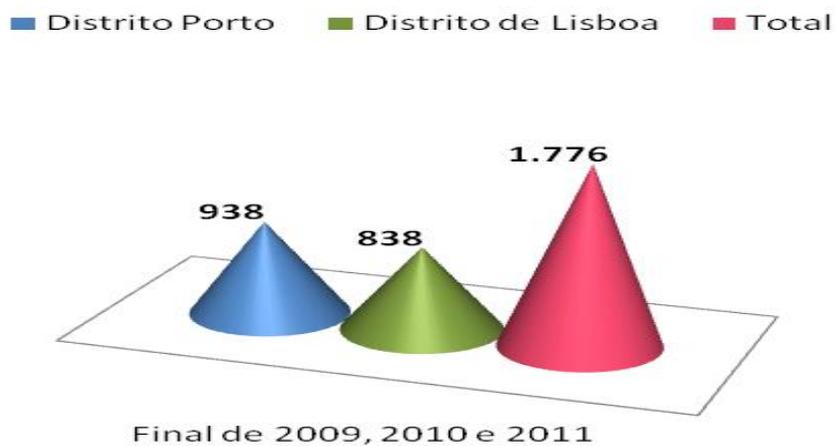
Gráfico 15 - Caracterização dos projetos registados no Distrito de Lisboa, no período de 2009-2011



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

Analisando o período de 2009-2011, Distrito do Porto versus Distrito de Lisboa, verifica-se que o Distrito do Porto apresenta um número de projetos superior ao registado no Distrito de Lisboa, com uma taxa de 52,82% que corresponde a 938 projetos e o Distrito de Lisboa apresenta uma taxa de 47,18% que corresponde a 838 projetos registados, num total de 1 776 (gráfico 16).

Gráfico 16 - Caracterização dos projetos registados no Distrito do Porto vs Distrito de Lisboa, no período temporal



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

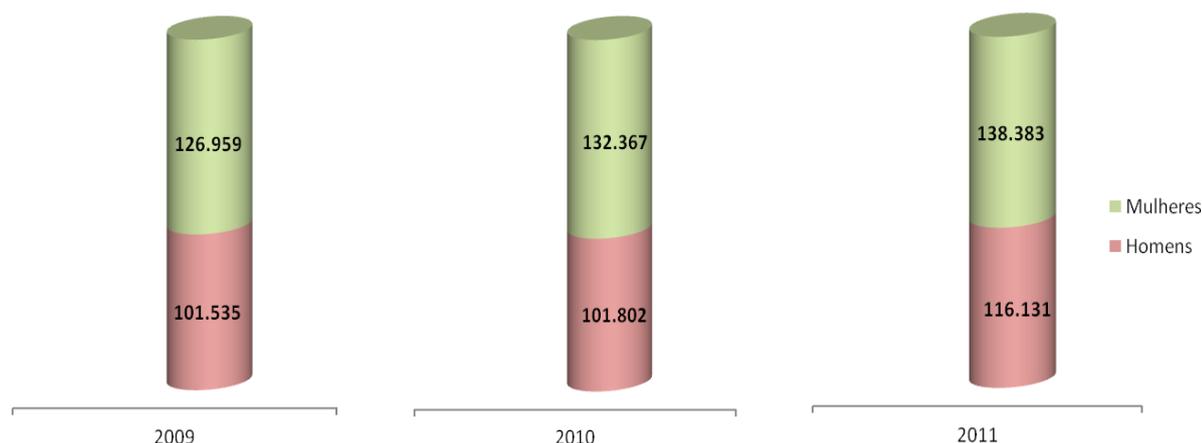
3.4.3 A Região do Norte versus Região de Lisboa e Vale do Tejo

A Região do Norte compreende 8 sub-regiões: Alto Trás-os-Montes; Ave; Cávado; Douro; Entre Douro e Vouga; Grande Porto; Minho-Lima e Tâmega, numa área de cerca de 21 278 Km². Tem 144 quilómetros de costa atlântica e é a região portuguesa com maior área de fronteira.

Possui uma população de cerca de 3,7 milhões de habitantes (1/3 da população nacional), sendo que cerca de 38% da população jovem está concentrada na Região (CCDRN).

No final de 2009, na Região Norte, estavam inscritos 228 494 desempregados. As mulheres representam a maioria dos desempregados 55,56% (126 959) em relação aos homens 44,44% (101 535). No período homólogo de 2010, estavam inscritos 234 169 desempregados. As mulheres continuam a registar o maior número de desempregados 56,53% (132 367), em relação aos homens 43,47% (101 802). No final de 2011, estavam inscritos 254 514 desempregados, 54,37% (138 383) pertenciam ao género feminino e 45,63% (116 131) pertenciam ao género masculino. (gráfico 17).

Gráfico 17 - Estrutura do desemprego registado por género, na Região Norte, no período de 2009-2011

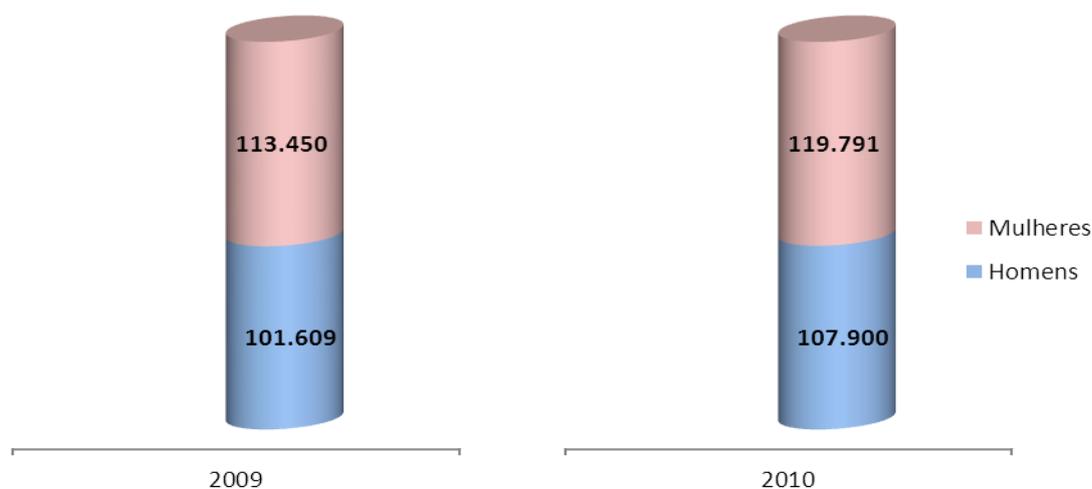


Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

Quanto aos beneficiários de prestações de desemprego, no final de 2009, na Região Norte, estavam inscritos 215 059 beneficiários. As mulheres representam a maioria dos desempregados 52,75% (113 450) em relação aos homens 47,25% (101 609).

No período homólogo de 2010, na região Norte, estavam inscritos 227 691 beneficiários de prestações de desemprego. As mulheres continuam a registar o maior número de desempregados 52,61% (119 791), em relação aos homens 47,39% (107 900) (gráfico 18).

Gráfico 18 - Estrutura dos beneficiários de prestações de desemprego, segundo o género, na Região Norte, no final de 2009 e 2010



Fonte: Própria adaptada segundo dados do INE.

Numa breve análise ao período de 2009-2011, na Região Norte, verifica-se um aumento anual de desempregados inscritos, bem como, dos beneficiários de prestações de desemprego.

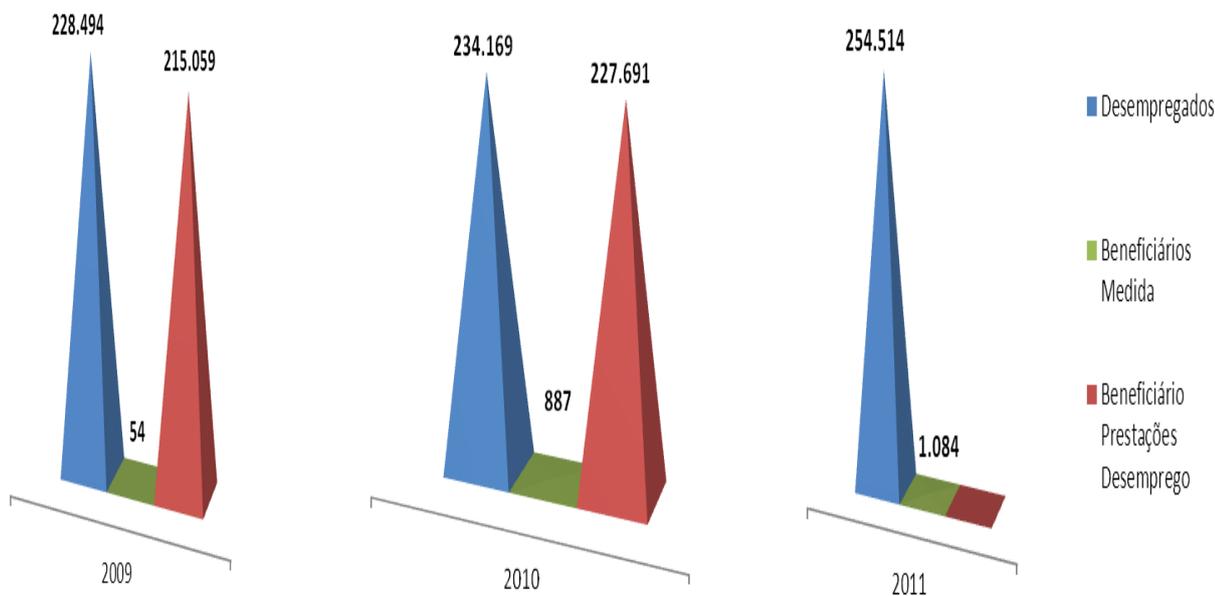
O género feminino representa o maior número de desempregados inscritos 55,45%, bem como, os beneficiários de prestações de desemprego 52,68%.

Quanto aos projetos registados, no período temporal, no final de 2009 estavam registados 54 projetos na região Norte. No período homólogo de 2010, estavam registados 887 projetos na região Norte. No fim de 2011, estavam registados 1 084 projetos a nível da região Norte (gráfico 19).

O número de projetos aumentou anualmente, ao longo do período de análise, mas ainda assim, verifica-se uma participação passiva do desempregado beneficiário de prestações de desemprego, na criação do próprio emprego.

Gráfico 19 - Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida, na Região Norte

Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEF, IP e INE.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem uma área de 11 633 Km² e compreende 5 sub-regiões: Grande Lisboa; Lezíria do Tejo; Médio Tejo; Oeste e a Península de Setúbal. A Grande Lisboa tem uma área de 1 381 Km², tem uma população de cerca de 2,8 habitantes e compreende 8 concelhos: Amadora (cidade); Cascais (vila); Lisboa (cidade-capital); Loures (cidade); Mafra (vila); Odivelas (cidade); Oeiras (vila); Sintra (vila) e Vila Franca de Xira (cidade). As localidades mais populosas são: Lisboa, Queluz, Amadora, Algueirão-Mem Martins e Agualva-Cacém. (Wikipedia, 2012).

No final de 2009 na Região de Lisboa VT, estavam inscritos 154 627 desempregados. Os homens representam a maioria de desempregados 50,47% (78 046) em relação às mulheres 49,53% (76 581) desempregados inscritos (gráfico 20).

No período homólogo de 2010, estavam inscritos 160 618 desempregados. As mulheres registam o maior número de desempregados 50,21% (80 639), em relação aos homens 49,79% (79 979) (gráfico 20).

No final de 2011, na Região de Lisboa VT, estavam inscritos 182 151 desempregados, o género masculino regista o maior número de desempregados 50,74% (92 427) em relação ao género feminino 49,26% (89 724) (gráfico 20).

Gráfico 20 - Estrutura do desemprego registado por género, na Região de Lisboa e Vale do Tejo



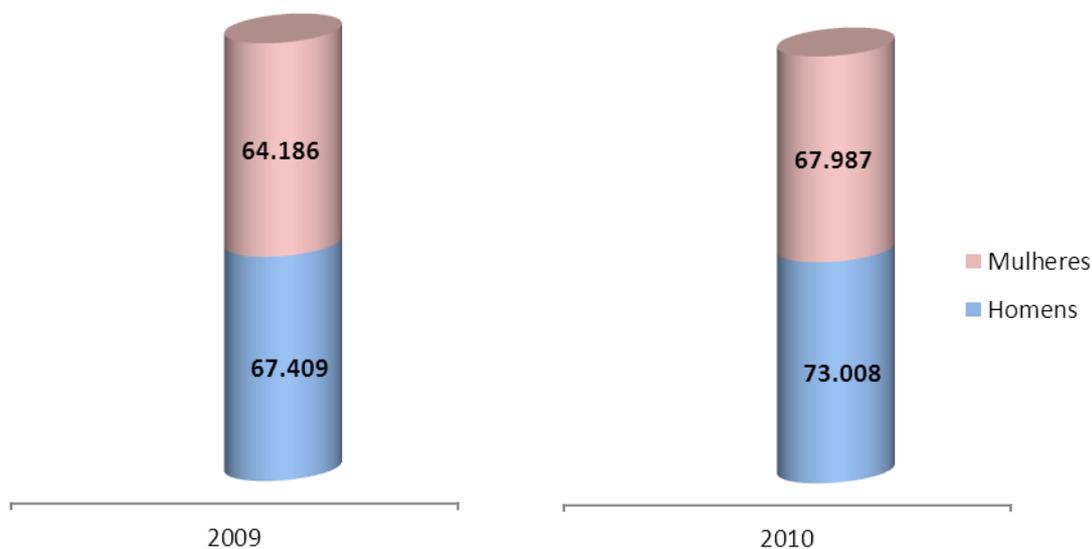
Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP.

Analisando o período de 2009-2011, na Região de Lisboa VT, verifica-se que os homens representam maioritariamente o número de desempregado inscritos (50,35%), em relação às mulheres (49,65%).

No que concerne aos beneficiários de prestações de desemprego, no final de 2009, na Região de Lisboa VT, estavam inscritos 131 595 desempregados. Os homens representam a maioria dos desempregados 51,22% (67 409) em relação às mulheres 48,78% (64 186). No período homólogo de 2010, estavam inscritos 140 995 beneficiários de prestações de desemprego. Os homens continuam a registar o maior número de desempregados 51,78% (73 008), em relação às mulheres 48,22% (67 987) (gráfico 21).

Gráfico 21 - Estrutura dos beneficiários de prestações de desemprego, segundo o género, na Região de Lisboa e Vale do Tejo

Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do INE.

O perfil dos beneficiários de prestações de desemprego, no período de 2009-2010, quanto ao sexo, pertencia a indivíduos maioritariamente do género masculino.

Numa breve análise, verifica-se que no final de 2009 estavam inscritos 154 627 desempregados, 131 595 beneficiários de prestações de desemprego e 5 projetos registados, na região de Lisboa VT (gráfico 22).

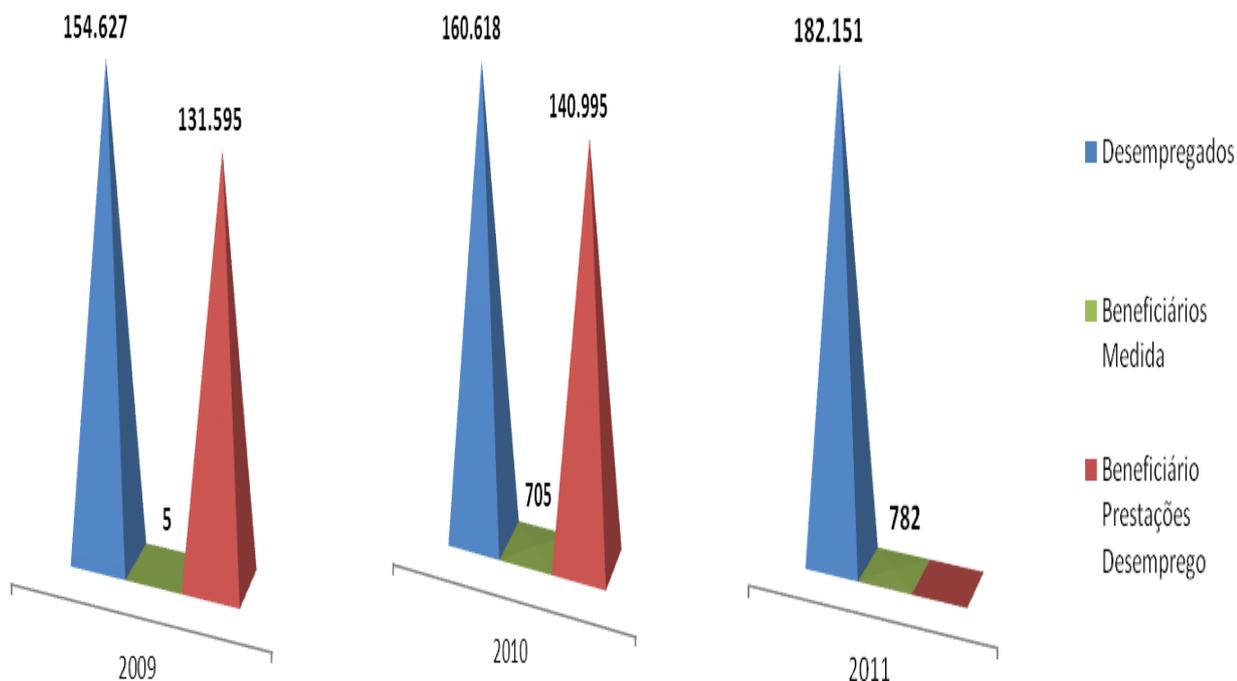
No período homólogo de 2010, estavam inscritos 160 618 desempregados, 140 995 beneficiários de prestações de desemprego e 705 projetos registados (gráfico 22).

No final de 2011, estavam inscritos 182 151 desempregados e 782 projetos registados, no âmbito do PAECPE (gráfico 22).

Observa-se uma participação passiva dos beneficiários de prestações de desemprego, na criação do seu próprio emprego, no âmbito da medida do PAECPE, na região de Lisboa VT, face ao número de desempregados inscritos, bem como aos beneficiários de prestações de desemprego.

Gráfico 22 - Estrutura do desemprego, dos beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários da medida, na Região Lisboa e Vale do Tejo

Situação no fim do ano



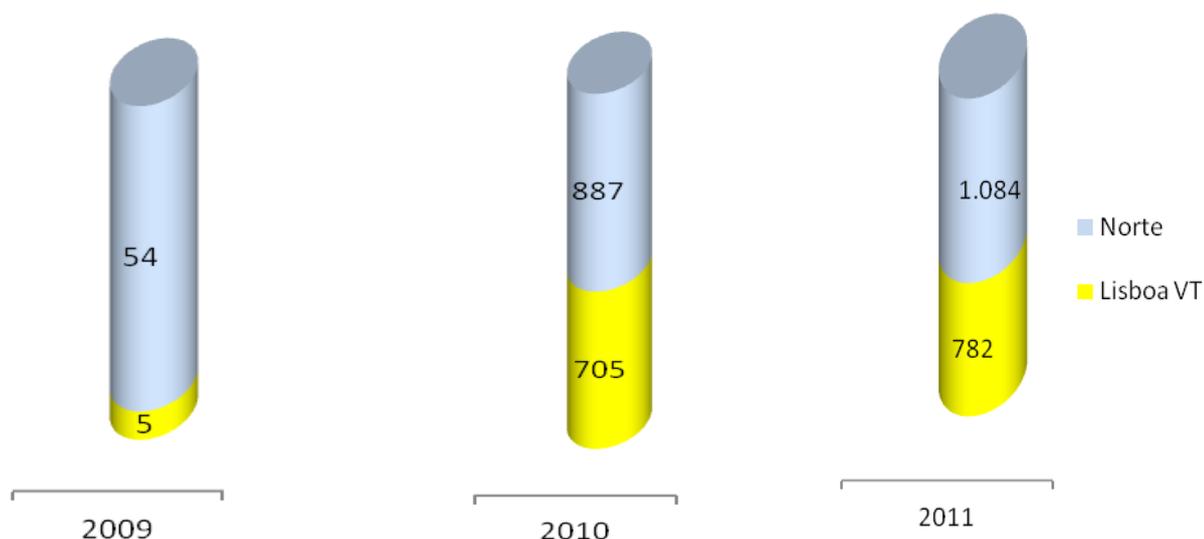
Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP e INE.

Dos 124 projetos registados no final do 2009, 54 (43,55%) correspondem à Região Norte e 5 (4,03%) à Região de Lisboa VT. No período homólogo de 2010, dos 2 588 projetos registados, 887 (34,27%) projetos pertencem à Região Norte e 705 (27,24%) à Região de Lisboa VT. No final de dezembro de 2011 dos 2 819 projetos abrangidos, a Região Norte registava 1 084 (38,45%) e a Região de Lisboa e VT registava 782 (36,05%) (gráfico 23).

Numa breve análise, verifica-se que a Região Norte, registou um aumento percentual de 22,2% no final de 2011, em relação ao período homólogo de 2010.

Quanto à região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se um aumento percentual de 11% no final de 2011, em relação ao período homólogo de 2010.

Gráfico 23 - Estrutura dos projetos registado, na Região Norte vs Região Lisboa e Vale do Tejo – Situação no fim do ano



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP.

Analisando os dados por região, no período de 2009-2011, verifica-se que, na Região Norte o número de projetos 2 025 (57,58%) foi superior, ao número de projetos registados na Região de Lisboa VT 1 492 (42,42%).

Uma breve análise aos desempregados inscritos, no período temporal (2009-2011), verifica-se que os desempregados inscritos na Região Norte (717 177) são superiores aos desempregados inscritos na Região de Lisboa e VT (497 396).

No que concerne ao género, verifica-se que, na Região Norte os desempregados inscritos são maioritariamente do sexo feminino (55,45%), contrariamente à Região Lisboa VT, em que os desempregados inscritos são maioritariamente do género masculino (50,35%).

Quanto aos beneficiários de prestações de desemprego, na região Norte estavam registados 442 750 beneficiários, número superior aos beneficiários inscritos 272 590 na região de Lisboa VT.

4. Resultados

4.1 Formulação do problema e definição do modelo de análise

O referencial teórico possibilitou a discussão dos temas empreendedorismo e criação do próprio emprego, identificando as dimensões do empreendedorismo e as características dos beneficiários da medida, e as diferenças e semelhanças em ambos os temas.

A questão deste estudo consiste em saber, se existe alguma influência do recurso às políticas ativas de emprego, através do PAECPE, da medida – pagamento por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego, como meio para fomentar o empreendedorismo na criação do próprio emprego, por desempregados.

No fundo, pretende-se saber se o recurso a este apoio, por parte dos desempregados, contribui para a criação de novas empresas e criação do próprio emprego.

Assim, esta investigação irá analisar se existe uma relação entre a utilização deste apoio, na decisão de avançar com a criação de novas empresas, através da criação do próprio emprego, por beneficiários de prestações de desemprego, em Portugal, bem como caracterizar o perfil dos beneficiários desta medida.

Neste estudo será adoptado um modelo contingencial, seguindo as recomendações indicadas na literatura (Miettinen e Hedberg, 1993), explicam que, a personagem e o comportamento do empreendedor mais efetivos dependem das circunstâncias do ambiente e da organização, por isso, os modelos contingenciais são os que mais adaptam para a investigação em empreendedorismo (citado em Dinis, 2002).

Segundo Reynolds et al (2001), existem três grupos de variáveis que podem influenciar a tendência para o empreendedorismo por parte de um indivíduo: variáveis sociodemográficas como a idade e o sexo; situação em que se encontram os indivíduos, as suas percepções, capacidades para iniciar um novo negócio, percepção das oportunidades existentes no mercado, o receio de correr riscos, percepção das perspectivas económicas no seio familiar e na economia; nível de habilitações e a importância do rendimento familiar sobre a atividade empreendedora.

Vários trabalhos têm procurado explicar o sucesso das jovens empresas através do perfil dos empreendedores, sem contudo, apresentarem resultados conclusivos (Jesuino, Reis e Cruz, 1988 e Pereira, 1998).

Para Verheul et al (2001), a idade dos indivíduos pode influenciar os níveis de empreendedorismo, uma vez que existem diferentes níveis de disponibilidade para criar uma empresa nos vários grupos etários.

Segundo Verheul e Thurik (2001), existem diferenças entre os géneros no que respeita ao empreendedorismo. Referem como principais diferenças o modo como financiam os seus negócios, resultado dos diferentes estilos de gestão existentes entre os géneros, o tipo de negócios escolhidos e as experiências vividas como empreendedores. Também existem diferenças quanto ao nível educacional: os homens com maior formação nas áreas tecnológicas e as mulheres com maior formação nas áreas económicas, comerciais e administrativas.

Assim, neste trabalho, adopta-se uma abordagem, em que a variável perfil do beneficiário da medida é utilizada como uma de várias que podem contribuir para a variável dependente, que é a criação do próprio emprego.

Dado que o empreendedorismo depende de vários fatores, e tendo em conta os propósitos enunciados neste trabalho, procura-se agora definir as hipóteses a testar. As hipóteses serão definidas tendo como base características sociodemográficas, de formação e ambientais. Para cada uma das hipóteses serão medidas as seguintes variáveis, respetivamente: género e grupo etário; habilitações literárias e apoios públicos.

4.2 Definição das hipóteses a testar

Com base na metodologia apresentada e na sequência das recomendações da literatura já referidas procura-se agora definir as hipóteses a testar. As hipóteses serão definidas tendo como base as características sociodemográficas, de formação e ambientais. Para cada uma das características serão medidas variáveis com o propósito de avaliar o perfil dos beneficiários da medida, no âmbito do PAECPE.

Segundo GIL (1989) hipótese é uma suposta resposta, ao problema a ser investigado. É uma proposição que se forma e que será aceite ou rejeitada, depois de devidamente testada.

Segundo Kerlinger, cit. in por GIL (1989) hipótese é um enunciado baseado nas relações entre duas ou mais variáveis.

Para Reynolds et al (2001), existem três grupos de variáveis que podem influenciar a propensão para o empreendedorismo por parte de um indivíduo:

1. Variáveis sociodemográficas como a idade e o sexo;
2. Situação que os indivíduos vivem no momento atual, as suas perceções, capacidades para iniciar um novo negócio, perceber as oportunidades existentes no mercado, receio de falhar, ligações a outros empreendedores;
3. Efeito do nível de habilitações, da importância do rendimento familiar sobre a atividade empreendedora e da atividade laboral corrente dos indivíduos.

Assim, de acordo com as questões de investigação anteriormente enunciadas, com os objetivos e problemática da nossa pesquisa e através da revisão bibliográfica, formulámos três hipóteses para o nosso estudo que, além de claras e objetivas, fossem passíveis de serem testadas pelos dados disponíveis, nos sistemas estatísticos nacionais.

Neste contexto, estabeleceu-se a primeira hipótese que procura determinar a influência dos fatores sociodemográficos na propensão para o empreendedorismo:

H1: A propensão para o empreendedorismo, na criação do próprio emprego, depende das características sociodemográficas:

X1: Género

X2: Grupo etário

H2: A propensão para o empreendedorismo, na criação do próprio emprego, depende da seguinte característica de formação:

X3: Nível de habilitações literárias

Para Reynolds et al (2001), o nível de desenvolvimento económico de um país depende do ambiente político e do ambiente sociocultural do mesmo e, que por sua vez, influenciam os seus níveis de empreendedorismo.

Com base nestes dados, definiu-se a hipótese 3.

H3: A propensão para o empreendedorismo, na criação do próprio emprego, depende das seguintes características ambientais:

X4: Políticas ativas de emprego – PAECPE

X5: Desemprego

4.3 Universo e Amostra

Em relação ao universo dos projetos, trabalhou-se com o número de projetos abrangidos registados pelo PAECPE, no Continente, no período de 2009-2011.

O estudo incide principalmente nas características sociodemográficas e de formação, nomeadamente, género e grupo etário e nível de habilitações literárias dos beneficiários da medida. Os resultados apresentados são consequência dos dados estatísticos nacionais, tratados de acordo com a finalidade do trabalho.

A amostra desta pesquisa tem como enquadramento o Continente, o Distrito do Porto versus Distrito de Lisboa e Região Norte vs Região de Lisboa e Vale do Tejo, dos projetos abrangidos no âmbito do PAECPE., no período de 2009-2011.

5. Análise e Discussão de Resultados

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de modo a que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Os resultados apresentados referem-se às análises estatísticas dos dados recolhidos, organizados no sentido de dar resposta às questões de investigação e testar as hipóteses formuladas.

5.1 Caraterização dos projetos registados no Continente

Os resultados apresentados são consequência dos dados estatísticos disponíveis pelo IEFP, IP., e INE, tendo sido recolhidos e tratados de acordo com a finalidade do trabalho.

No período em análise (2009-2011), no Continente, estavam registados 5 531 projetos. A região Norte, é a que apresenta o maior número de projetos 36,61% (2 025), seguido por ordem decrescente a região de Lisboa VT 26,98% (1 492) projetos registados, a região Centro 23,18% (1 282) projetos registados, a região do Alentejo 7,85% (434) projetos registados e a região do Algarve 5,39% (298).

Em comparação com os desempregados inscritos, verifica-se também a predominância de desempregados inscritos na região Norte (44,79%), seguido por ordem decrescente a região Lisboa VT (31,07%), a região Centro (14,40%), a região do Algarve (5,34%) e a região do Alentejo (4,40%). A região do Alentejo, no que concerne a projetos abrangidos, possui mais do que a região do Algarve (contrariamente ao número de desempregados inscritos).

Quanto aos beneficiários de prestações de desemprego, no período 2009-2010, no Continente, estavam registados 1 085 507. A região Norte regista o maior número de beneficiários (40,79%), seguido por ordem decrescente a região de Lisboa VT (25,11%), a região Centro (20,16%), a região do Alentejo (8,19%) e a região do Algarve (5,76%).

5.2 Caraterísticas do perfil dos beneficiários da medida do PAECPE

Um dos objetivos deste estudo era caracterizar o perfil, dos beneficiários da medida, através de caraterísticas sociodemográficas e de formação, nomeadamente, sexo e idade e, nível de habilitações literárias. Os dados obtidos merecem de facto alguma reflexão.

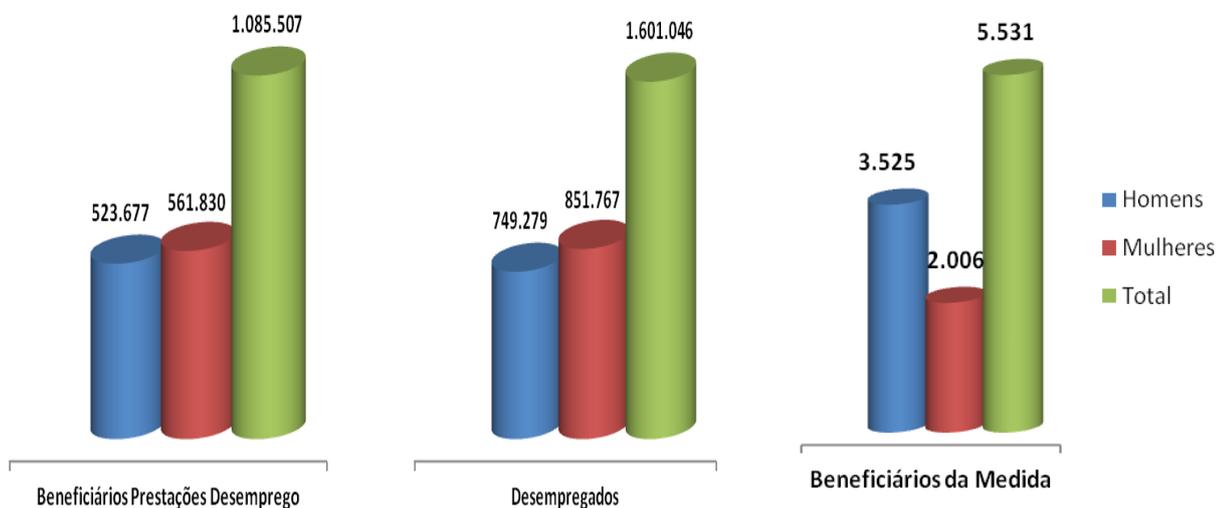
De acordo com os dados apresentados no gráfico 11, no período temporal, que decorreu entre 2009 e 2011, dos 5 531 projetos registados no Continente, os beneficiários da medida são maioritariamente do sexo masculino 63,73% (3 525) e 36,27% (2006) do sexo feminino. Esta diferença evidencia uma maior propensão dos indivíduos do sexo masculino para criarem o seu próprio emprego a partir do apoio disponibilizado pela medida do PAECPE.

Desde modo, esta medida explicita desigualdades de participação em função do género, denotando que a sua conversão em instrumento de política de igualdade de género sugere a necessidade de introduzir alterações no seu modelo de aplicação.

Quanto aos desempregados, nesse período temporal, são maioritariamente do sexo feminino (contrariamente aos beneficiários da medida). Dos 1 601 046 desempregados registados no Continente, 851 767 (53,20%) pertencem ao género feminino e 749 279 (46,80%) pertencem ao género masculino, verificando-se assim a predominância do género feminino (gráfico 24).

Se considerarmos apenas o público-alvo da medida, ou seja, beneficiários de prestações de desemprego, no período de 2009-2010, verificamos que os beneficiários são maioritariamente do sexo feminino 561 830 (contrariamente aos beneficiários da medida) representam 51,76% e 523 677 são do género masculino que representam 48,24% do total dos beneficiários de prestações de desemprego (gráfico 24).

Gráfico 24 – Caracterização dos beneficiários de subsídio, dos desempregados e dos beneficiários da medida, por sexo



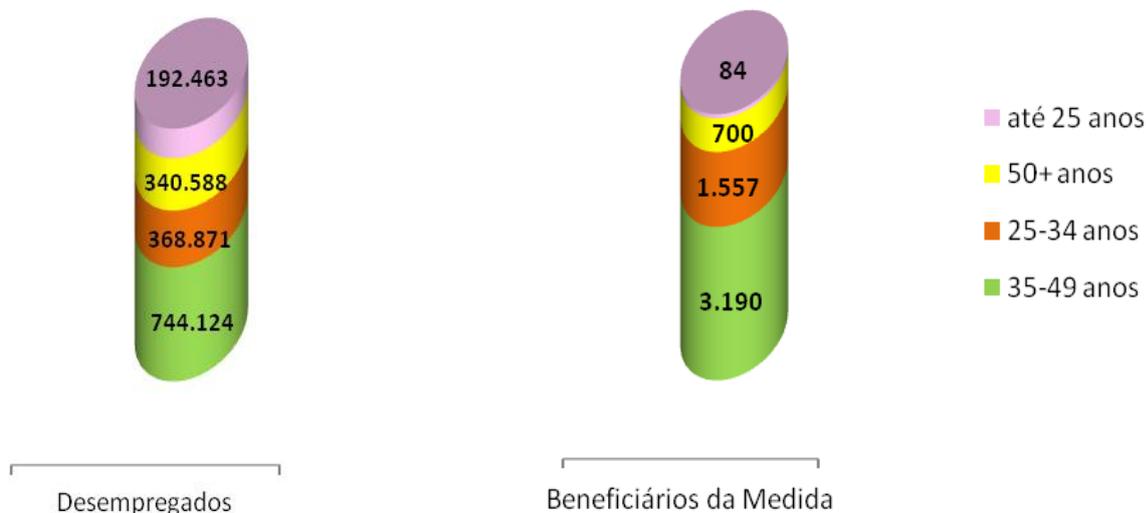
Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP e INE.

No presente estudo, verifica-se que o predomínio do género masculino dos beneficiários da medida, derivado dos dados estatísticos nacionais recolhidos e tratados, não acompanha a tendência nacional dos desempregados, bem como dos beneficiários de prestações de desemprego. De facto, no período 2009-2011, a taxa dos beneficiários da medida do sexo masculino (63,73%), ultrapassava largamente a do sexo feminino (36,27%).

Podemos assim, afirmar que, o género influencia a propensão para o empreendedorismo na criação do próprio emprego.

No que concerne ao grupo etário, verifica-se que os beneficiários da medida no âmbito do PAECPE, no período de análise, pertencem maioritariamente a indivíduos no escalão dos 35 aos 49 anos com 3 190 projetos que representam 57,67% do total de beneficiários, seguido por ordem decrescente o grupo etário dos 25 aos 34 anos com 1 557 projetos que representa 28,15% do total de beneficiários, o grupo etário dos 50 e mais anos 700 projetos que representa 12,66% do total de beneficiários e o grupo etário até aos 25 anos com 84 projetos registados que representa 1,62% do total (gráfico 25).

Gráfico 25 – Caracterização dos desempregados e dos beneficiários da medida, por grupo etário, no período 2009-2011



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFPP, IP.

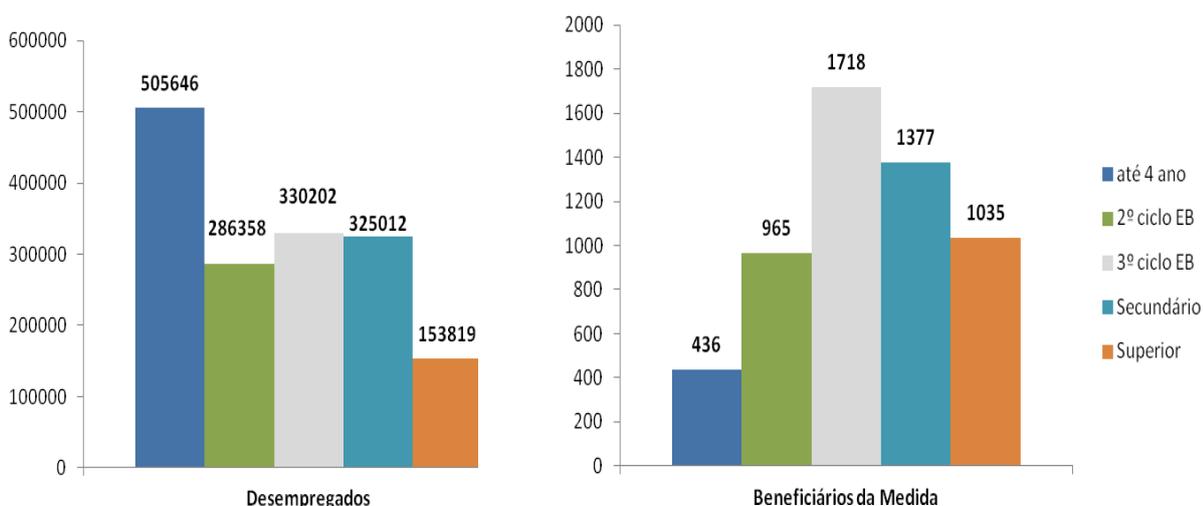
Verifica-se que o predomínio do grupo etário dos 35-49 anos dos beneficiários da medida, derivado dos dados estatísticos nacionais, acompanha a tendência nacional do grupo etário dos desempregados inscritos. Podemos afirmar que, o grupo etário influencia a propensão para o empreendedorismo na criação do próprio emprego.

Relativamente às habilitações literárias, no período 2009-2011, verifica-se que o grupo mais significativo dos beneficiários são os que possuem o 9º ano de escolaridade 1 718

representando 31,06%, seguidos dos promotores que possuem 12 anos de escolaridade 1 377 representando 24,9%, com o ensino superior 1 035 promotores representando 18,71%, com 6 anos de escolaridade 965 promotores representam 17,45%, com 4 anos de escolaridade 411 promotores representando 7,43% e com 25 promotores com o nível de habilitações inferior a 4 anos representando 0,5% (gráfico 26).

É de salientar que o padrão de habilitações escolares apresentado pelos desempregados registados nos centros de emprego nesse período é diferente, uma vez que o grupo mais significativo são os desempregados que possuem até 4 anos de escolaridade 505 646 representando 31,58%. Por outro lado, a proporção de desempregados com o ensino superior é inferior (9,6%) à registada nos beneficiários da medida.

Gráfico 26 – Caracterização dos desempregados e beneficiários da medida, por nível de habilitações literárias, no período 2009-2011



Fonte: Própria adaptada segundo dados do IEFP, IP.

Verifica-se, que existe uma maior apetência no recurso à medida entre os beneficiários com níveis de escolarização mais elevados, em relação aos desempregados inscritos.

No presente estudo, verifica-se que o predomínio das habilitações literárias dos beneficiários da medida, derivado dos dados estatísticos nacionais, não acompanha a tendência nacional das habilitações literárias dos desempregados inscritos, no período temporal.

Podemos afirmar que, o nível de habilitações literárias influencia a propensão para o empreendedorismo, na criação do próprio emprego.

Uma das características que interessava medir dizia respeito à participação dos desempregados na criação do próprio emprego. Esta medição tinha como objetivo perceber até que ponto o ambiente do indivíduo o levava à criação do próprio emprego. De facto, e referenciando o gráfico 9 e gráfico 24 verifica-se a existência de uma participação passiva de desempregados subsidiados, que criaram o seu próprio emprego.

Assim, podemos afirmar, que o ambiente em que se encontra o desempregado, bem como as políticas ativas de emprego – PAECPE, não influenciam a propensão para o empreendedorismo, na criação do próprio emprego, por desempregados.

5.3 Limitações do estudo

O desemprego tem sido objeto de sucessivas referências em contexto político, económico e social. A sua abordagem em termos das políticas ativas de emprego, na concessão de apoios à criação do próprio emprego, por parte de desempregados, tem sido quase inexistente no nosso país.

O estudo teve como objetivos principais identificar se o PAECPE contribui para a inserção dos desempregados no mercado de trabalho, bem como determinar as características sociodemográficas, de formação e ambientais dos beneficiários da medida.

Fica a impressão, apesar do esforço para realizar este trabalho, de se ter observado apenas alguns pormenores, que julgamos bastante importantes, num conjunto de fatores relacionados com os beneficiários de prestações de desemprego, na criação do próprio emprego, no âmbito do PAECPE. Porém, gostaríamos de ter estudado a relação de outras variáveis (por exemplo tempo de inscrição no desemprego e experiência profissional dos beneficiários da medida).

Apesar dos resultados obtidos serem positivos, o estudo encontrou algumas dificuldades e limitações, de tempo, mas principalmente de recursos, foram alguns dos fatores que impediram de concretizar a investigação, os quais permanecem para futuras investigações.

Este trabalho está limitado pela fraqueza da informação estatística disponível. O facto dos dados referentes às características sociodemográficas e de formação, dos beneficiários de prestações de desemprego, no final de 2011, não estarem ainda disponíveis, limita a sua representatividade. Outra limitação prende-se com o facto da escassez de informação

estatística sobre as variáveis analisadas. Também, os dados estatísticos disponíveis nos sistemas estatísticos, IEFP, IP e INE, no período temporal, são contraditórios.

6. Conclusão

O objetivo geral desta investigação foi a análise da influência que, o recurso ao PAECPE pode ter na criação de novas empresas e no próprio emprego, por desempregados beneficiários de prestações de desemprego, bem como caracterizar o perfil dos beneficiários da medida.

O PAECPE trata-se de uma iniciativa pertinente porque tem como objetivo, promover o combate ao desemprego e o fomento ao empreendedorismo.

Assim, através deste recurso, procuram-se formas de incentivar o empreendedorismo, que resulta em reconhecer a importância que este fenómeno tem para o desenvolvimento da economia e do país.

No que concerne aos principais objetivos da investigação, estes foram cumpridos na obtenção dos seguintes resultados:

- Verificar quais os determinantes que influenciam o desempregado a criar o seu próprio emprego.

Principais determinantes da criação do próprio emprego:

1. Género;
2. Grupo etário;
3. Habilitações literárias;
4. Políticas ativas de emprego;
5. Desemprego.

A teoria de base social (sociologia) procura explicar de que forma:

H1 – A propensão para o empreendedorismo, na criação do próprio emprego, depende das características sociodemográficas:

X1: Género: verifica-se que os beneficiários da medida de apoio à criação do próprio emprego no período de 2009-2011, são caracterizados por serem maioritariamente do sexo masculino, tendo implícito uma participação desigual em função do género.

X2: Grupo etário: O grupo etário dos 35-44 anos de idade é o que predomina entre os beneficiários da medida. Verifica-se uma participação passiva dos jovens, na criação do próprio emprego, no âmbito do PAECPE.

H2 – A propensão para o empreendedorismo, na criação do próprio emprego, depende da seguinte característica de formação:

X3: Nível de habilitações literárias: verifica-se que a maioria dos beneficiários possui baixos níveis de escolaridade mas, superiores aos apresentados pelos desempregados e desempregados subsidiários inscritos nos CTE no período de análise (2009-2011).

H3 – A propensão para o empreendedorismo, na criação do próprio emprego, depende das seguintes características ambientais:

X4: Políticas ativas de emprego – PAECPE: quanto aos recursos públicos, observa-se uma participação passiva do desempregado no seu próprio processo de reintegração no mercado de trabalho, através deste apoio (PAECPE).

X5: Desemprego: verifica-se que as mudanças forçadas nas vidas das pessoas, provocadas pelo desemprego, não influenciam os desempregados, na criação do próprio emprego.

Não foi possível quantificar alguns dos indicadores, nomeadamente, dados referentes a 2011, da caracterização do perfil (grupo etário e habilitações literárias) dos beneficiários de prestações de desemprego, uma vez que estes ainda não se encontram disponíveis nos Sistemas de Estatística Nacionais.

Acredita-se que os promotores tenham noção da grande concorrência do mundo globalizado, do acelerado desenvolvimento tecnológico, da enorme exigência de mercado, da falta de emprego por conta de outrem, por isso, essas pessoas apresentam uma postura proativa, capazes de identificar uma oportunidade, abrir um novo mercado, sendo designados por empreendedores por necessidade.

Em Portugal as taxas de desemprego crescem de forma ininterrupta passando de 9,4% em final de 2009 para 10,9% em 2010 e para 13,8% em 2011. Numa análise ao desemprego em Portugal, por género, verificamos que não atinge todos os trabalhadores com a mesma intensidade, a taxa de desemprego anual das mulheres é sempre superior à dos homens. Em função da idade o desemprego atinge mais o grupo etário dos 35-49 anos e a nível de escolaridade atinge mais os indivíduos com escolaridade igual ao 1º ciclo do ensino básico.

Podemos considerar que o fenómeno do desemprego em Portugal, no período em análise, cresce de forma ininterrupta e apresenta características de seletividade, atingindo de forma mais profundas as mulheres e os indivíduos com baixa escolaridade.

No que concerne aos beneficiários da medida do PAECPE, verifica-se a predominância dos homens em relação às mulheres (contrariamente à taxa de desemprego, onde as mulheres são superiores aos homens), no grupo etário dos 35-54 anos, com habilitações literárias ao nível do 9º ano de escolaridade, baixas mas ainda assim, superiores aos dos desempregados.

Torna-se ainda possível concluir que, existem diferenças significativas entre regiões do país no que se refere à dinâmica de criação de novas empresas, na criação do próprio emprego, bem como na evolução que essa dinâmica registou no final de 2009, 2010 e 2011.

Concluiu-se assim, que o género influencia na decisão de criar o seu próprio emprego, bem como, o grupo etário e as habilitações literárias.

Como conclusão final deste estudo, podemos afirmar que, se observa uma participação excessivamente passiva do desempregado no seu próprio processo de recolocação no mercado de trabalho, através da criação do seu próprio emprego, no âmbito do PAECPE.

6.1 Indicações para Investigação Futura

A informação obtida através dos dados recolhidos, e a limitação do presente estudo, permite continuar a investigação. Neste sentido podem ser feitas as seguintes propostas de investigação futura:

- Alargamento do presente estudo a outras regiões do país, permitindo aprofundar a análise de “*clusters*”, nomeadamente verificando a eventual existência de diferenças entre os beneficiários da medida, de zonas urbanas e zonas rurais;

- Aperfeiçoar o modelo conceptual proposto, com base nos resultados obtidos, nomeadamente explorando mais em pormenor os relacionamentos entre a variável dependente e a experiência profissional dos beneficiários da medida vs tipo de atividade implementada na criação da nova empresa, pelos beneficiários da medida.

6.2 Recomendações

No quadro das políticas ativas de emprego e formação profissional é necessário adotar medidas urgentes e estruturais que permitam modernizar as políticas ativas de emprego e o ajustamento entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, promovido pelo serviço público de emprego.

Os governos deverão dar um contributo importante, apostando a médio/longo prazo numa melhor formação nos jovens portugueses.

Perante o crescimento acelerado do desemprego, das reduções salariais, da perda de competitividade da economia nacional, este é o momento ideal para se iniciar um novo modelo económico português, que seja capaz de estimular a confiança, criatividade e audácia, começando a mudar as mentalidades e crenças culturais de exiguidade enraizadas, com vista a retomar um desenvolvimento económico sustentável, com mais e melhores oportunidades para todos os cidadãos.

Na atual conjuntura internacional de crise económica e de agravamento do desemprego a preocupação é, sobretudo, com a deterioração do mercado de trabalho. Neste sentido, é cada vez mais necessário a implementação de políticas públicas adequadas aos

problemas do mercado de trabalho português, capazes de responder a uma crise de natureza conjuntural e de se relacionarem com uma política económica sustentável.

Urge igualmente reforçar as políticas ativas de emprego que permitam, nomeadamente, apoiar os desempregados na sua inserção no mercado de trabalho, incentivar a criação e a manutenção dos postos de trabalho e reforçar a qualificação e empregabilidade dos colaboradores no ativo dos desempregados.

É também imperioso promover políticas de reforço da capacidade de adaptação das empresas portuguesas à mudança, nomeadamente através da negociação coletiva.

Reforçar o valor do mercado da investigação, leva-nos a incentivar, desde os mais baixos níveis de escolaridade, conhecimentos, atitudes e práticas ligadas ao empreendedorismo e à inovação, assim como, estimular o trabalho em rede de universidades, incubadoras e empresas, centros de investigação, e fomentar a integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas.

O ensino e a formação para o empreendedorismo deverão incentivar a iniciativa individual e a criação do próprio emprego. Poderá ser assim, uma alavancagem para a economia portuguesa e levar a uma mudança de atitudes e comportamentos. Portugal deve empreender no ensino, torná-lo mais pragmático, de acordo com o mundo atual, seguir as suas mudanças.

A nossa história económica está cheia de preconceitos e de muitas situações de crise sustentadas por uma certa mentalidade de subsídio, muito ao perfil dos portugueses. Impõe-se mudar e criar uma mentalidade diferente, capaz de combater os maus hábitos e as velhas rotinas. Precisamos de apostar na iniciativa e na inovação como forma de criar riqueza e emprego. Precisamos também de colaboradores com formação, motivados para o trabalho e criação de riqueza, no progresso económico e no desenvolvimento social.

Novas medidas de políticas ativas de emprego, deverão imergir, no sentido de maiores níveis de produtividade, competitividade e emprego, introduzindo mecanismos de melhoria, nomeadamente através do desenvolvimento de linhas de financiamento que permitam a criação de projetos de investimento enquadrados no novo ambiente económico, bem como a promoção de soluções de autoemprego.

Considerando os resultados obtidos neste trabalho, recomenda-se a elaboração de um estudo a partir de outras variáveis, tais como: experiência profissional, duração do tempo de desemprego, identificando se existe alguma relação entre essas variáveis e a variável dependente.

Referências Bibliográficas

- Aglietta, M. (2001). *A Theory of Capitalist Regulation: the US experience*. Nova Iorque: Verso.
- Albuquerque, L. (1985). *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Audretsch, D. B. e Keilbach, M. (2004). *Entrepreneurship Capital and Economic Performance*. Regional Studies.
- Bento, V. (2009). *Perceber a Crise para Encontrar o Caminho*. Lisboa: Bnomics.
- Bernoux, P. (2005). *A Sociologia das Organizações*. Porto: Rés-Editora Lda.
- Boyer, R. (2000). *Reformas institucionais para o crescimento, emprego e coesão social*, in Boyer, R. et al., *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*. Oeiras: Celta.
- Brasseul, J. (2011). *História Económica do Mundo – Das Origens aos Subprimes*. Lisboa: Edições texto & grafia.
- Camara, P. (1997). *Novo Humanator – Recursos Humanos e Sucesso Empresarial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Carvalho, F., Neves, J., Caetano, A. (2001). *Manuel de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Comissão Europeia (2006). Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, «Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem. Bruxelas:
- Comissão Europeia (2009). *Entrepreneurship in Vocational Education and Training*. Luxemburgo; Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Domínguez, Francisco J. (2002). *El Emprendedor. Una Propuesta de Modelo Explicativo de Comportamiento*. Proceeding das XII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica. Covilhã (p. 1-7).
- Dornelas, JCA (2005). *Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Drucker, P. (2008). *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. Cengage Learning Editores, América Latina.
- Ferreira, M. (2010). *Ser Empreendedor – Pensar, Criar e Moldar a Nova Empresa*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Freire, J. (2001). *Sociologia do Trabalho: uma introdução*. Porto: Edições Afrontamento.
- Freyssinet, J.(1998). *Le chômage: la découverte*. Paris: Éditions la Découverte.

- Fryer, D. (1988). *Handbook of life, stress, cognition and heal*. New York: John Wiley and Sons, Ltd.
- Gaspar, F. (2010). *O Processo Empreendedor e a Criação de Empresas de Sucesso*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Godin, S. (2011). *O grande Muu!*. Barcarena: Editorial Presença.
- Godinho, M., Simões (2007-2013). *I&D, Inovação e Empreendedorismo*. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Hisrich, R., Peters, M. (2004). *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman.
- Jesuíno, J., Reis, E., Cruz, E. (1988). *Motivações Empresariais em Portugal – Uma Perspectiva Trans-Cultural*. Revista de Gestão.
- Kautsky, K. (1900). *La Question Agraire – Etude sur les Tendances de L’Agriculture Moderne*. Paris: V. Giard e E. Brière (eds).
- Kelley, D. (2011). *Global Entrepreneurship Monitor – 2010 Global Report*. EUA: Babson
- Knight, F. (1971). *Risk, Uncertainty, and Profit*. Chicago: University of Chicago Press. Orig. public., 1921.
- Lambing, P., Kuehl, Charles R. (2003). *Entrepreneurship, 3rd edition*. New Jersey: Prentice Hall.
- Lima, M. (2004). *Relações Coletivas de Trabalho e Flexibilidade Ofensiva nos anos 90 em Portugal: Configuração e Mudança das Normas Laborais – da regulação Sectorial à Regulação da Empresa*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- Martinez, A., Levie, J., Kelley D., Saemundsson, R e Schott, T. (2010). *Global Entrepreneurship Monitor Special Report: A Global Perspective on Entrepreneurship Education and Training*. London: Global Entrepreneurship Research Association.
- Marx, K (1965). *Oeuvres – Économie I, Gallimard*. Paris; Bibliothèque de la Pléiade.
- Medina, J. (1990). *História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Multilar.
- Moreira, P. (2007). *Liderança e Cultura de Rede em Portugal*. Liboa: Livros Horizonte.
- Mota, A. (1996). *A Evolução da Técnica e da Organização do Trabalho – Perspetiva Histórica e Económica. Noções Gerais*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Pereira, F. (1998). *A Representação Social do Empresário: Fatores de Criação de Empresas*. Tese de Doutoramento defendida no ISCTE.
- Praça, A., Antunes, A., Amorim, A., Borga, C., Cascais, F. (1974). *25 de abril - documento*. Lisboa: Casaviva Editora, Limitada.
- Pereira, A. (2011). *Portugal na Hora da Verdade – Como Vencer a Crise Nacional*. Lisboa: Grávida Publicações.

- Rebelo, G. (2004). *Teletrabalho e Privacidade – Contributos e Desafios para o Direito do Trabalho*. Lisboa: RHEditora.
- Rodrigues, M^a João (1996). *O sistema de emprego em Portugal: crise e mutações*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Saraiva, P. (2011). *Empreendedorismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sarkar, S. (2010). *Empreendedorismo e Inovação*. Lisboa: Escolar Editora.
- Schumpeter, J. (1961). *The Theory of Economic Development: Na inquiry into Capital, Credit, Interest and the Business Cycle*. New York: Oxford University Press.
- Sexton, D. & Landstrom, H. (2000). *The Blackwell Handbook of Entrepreneurship* (pp. 45-63). Malden, Ma: Blackwell.
- Silva, M. (2006). *Ação Sindical: Transformação e Desenvolvimento*. 1^a ed. Porto: Campo das Letras.
- Silva, M. (2007). *Centralidade do Trabalho e Ação Coletiva: Sindicalismo em tempo de globalização*. Lisboa: ISCET. Dissertação de Doutoramento.
- Silva, R. (2011). *Os novos desafios da economia global*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.
- Sinsaulieu, R. (1997). *Sociologia da Empresa - Organização, Cultura e Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Smith, A. (2007). *Riqueza das Nações*. Brasil: Hemus Livraria.
- Sousa, M. (1974). *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Stephenson, J. (2009). Disponível em <http://www.entrepreneur.com/homebasedbiz/article200730.html>. (Consultado em 03/02/2012).
- Vargas, R. (2005). *Os Meios Justificam os Fins – Gestão Baseada em Valores: da Ética Individual à Ética Empresarial*. Lisboa: Gradiva.
- Vital-Naquet, Pierre, Bertin, Jacques (2005). *Le Grand Livre de L'Histoire du Monde – Atlas Historique*. Bolonha: Zanichell Editore S.p.A.
- Grupo dos 35 (2011). *Portugal Primeiro – Empreendedores Precisam-se*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Virtanen, M. (1997). *The role of different theories in explaining entrepreneurship*. Helsinki School of Economics and Business Administration, Small Business Center.

LEIS

Lei n^o 46/2008, de 27 de agosto

Decreto-Lei n^o 102/2011, de 20 de outubro.

Decreto-lei n^o 72/2010, de 18 de Junho.

Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de novembro.

Portaria nº 985/2009, de 04 de Setembro.

Portaria nº 58/2011, de 28 de Janeiro

Manual de Procedimentos do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego.

Observatório da Criação de Empresas – agosto 2008

Jornal

Teixeira, M (2012, 26 de abril). A cada dia novas faturas da crise. Testam paciência dos portugueses. *Jornal Viva Cidade*, p.24.

Revista

Neves, C. (2012). Os jovens portugueses e as iniciativas empreendedoras. *Eu S.A.: as oportunidades da inovação. Dirigir a revista para chefias e quadros*, nº 112, 44 (1).

Biblionet

Falcão, J. (2008). O espírito empreendedor e a alma do negócio. Disponível em <http://www.falcaocontexto.com/?p=125>. [Consultado em 25/03/2012].

<http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=2086>. [Consultado em 13/02/2012].

www.anje.pt. [Consultado em 25/02/2012].

<http://aeiou.expresso.pt/qual-o-futuro-do-sindicalismo-em-portugal=f606850>. [Consultado em 29/02/2012].

<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Paginas/Home.aspx>.

[Consultado em 12/03/2012].

www.cm-porto.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=cmp.stories/9663. [Consultado em 15/03/2012].

<http://www.aml.pt/web/index.php?&iLevel1=gaml&iLevel2=territorio&iContent=index.html>.

[Consultado em 20/03/2012].

http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_%C3%81rea_Metropolitana_de_Lisboa. [Consultado em 20/03/2012].